



# Plano de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul

## **PHE-MS**

Habitação de Interesse Social

Parte 2



# DIAGNÓSTICO

LEVANTAMENTO DA  
SITUAÇÃO HABITACIONAL



# DIAGNÓSTICO - LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL

Esta etapa do documento - levantamentos da situação habitacional - correspondeu à organização e sistematização de dados e informações que irão subsidiar o diagnóstico do setor habitacional, apontaram as necessidades de provisão de moradias e estruturação institucionais para combate ao déficit habitacional do Estado.

Os levantamentos de dados e informações abrange o período de 2005 a 2009 e estão organizados segundo os temas apontados pela Equipe de Coordenação do Plano de Habitação Estadual de Mato Grosso do Sul no Termo de Referência.

Constituíram fonte de informação para o desenvolvimento do trabalho os órgãos públicos estaduais, federais e outras instituições que atuam no setor habitacional ou cujas ações implicam na demanda por atendimento de necessidades habitacionais da população do estado.

As informações sobre cada segmento derivam de várias fontes e são, muitas vezes, contraditórias. Diante desta condição, sempre que disponível, são também apresentados os critérios adotados pelas diversas fontes.

Tem como principais referência os estudos desenvolvidos a partir da década de 80 e que culminaram na elaboração do Plano Nacional de Habitação – PlanHab – e sua aprovação na Conferência Nacional das Cidades. Os trabalhos que orientaram o diagnóstico do setor habitacional de MS foram o Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas- 2000, o Déficit Habitacional no Brasil 2007, ambos da Fundação João Pinheiro, a Tipologia das Cidades Brasileiras do Observatório das Metrópoles, e principalmente o PlanHab, desenvolvido sob a coordenação do MCidades.

Além dos estudos técnicos que orientaram a elaboração do diagnóstico do setor habitacional de MS, outras fontes de informação foram utilizadas: do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; da SEMAC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia; da SEHAC – Secretaria de Estado de Habitação e Cidades e Questionário de Informações Municipais, aplicado na etapa anterior, via WEB, nos 78 (setenta e oito) Municípios do Estado. O Questionário de Informação Municipal foi respondido por 62,82% das prefeituras, cujos municípios abrigam 72,96% da população de Mato Grosso do Sul.

## Características de MS

Neste capítulo estão sintetizadas as principais informações que permitem fazer a caracterização do Estado de Mato Grosso do Sul. São apresentadas informações físico-territoriais, demográficas, sociais, econômicas, de infraestrutura e habitação, especialmente aquelas de interesse mais direto à elaboração do Plano Habitacional do Estado.

As informações aqui apresentadas foram compiladas de fontes oficiais, especialmente da SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, da SEPROTUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção da Indústria, Comércio e do Turismo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério da Saúde, DATASUS - Departamento de Informática do SUS, da SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, e do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Entre essas fontes, destaca-se especialmente o Banco de Dados do Estado, produzido, atualizado e gerenciado pela SEMAC – que sintetiza informações de fontes primárias. Os principais documentos consultados, todos acessados pelo site [www.semec.ms.gov.br](http://www.semec.ms.gov.br), foram:

a) Indicadores:

Índice de Responsabilidade Social de MS;  
Contas Regionais – PIB.

b) Relatórios e Documentos:

Diagnóstico Socioeconômico de MS;  
Relatório Anual das Ações Governamentais;  
Ações do Governo do Estado em 2009 nos Territórios da Cidadania;  
Estudo da Dimensão Territorial do Estado de MS: Regiões de Planejamento.

c) Banco de Dados:

BDE - WEB;  
Dados Estatísticos de MS;  
Dados Estatísticos dos Municípios de MS.





Quadro 3 - Municípios e distritos de MS – 2008

Município	Distritos	Município	Distritos
Água Clara	Alto Sucuruí e Bela Alvorada	Inocência	Morangas, São José do Sucuriu, São Pedro
Alcinópolis	-	Itaporã	Carumbé, Montese, Piraporã, Santa Terezinha
Amambai	-	Itaquiraí	-
Anastácio	-	Ivinhema	Amandina
Anaurilândia	-	Japorã	-
Angélica	Ipezal	Jaraguari	Bom Fim
Antônio João	Campestre	Jardim	Boqueirão
Aparecida do Taboado	Cupins, Oriente	Jateí	-
Aquidauana	Camisão, Ciplândia, Piratutanga, Taunay	Juti	-
Aral Moreira	-	Ladário	-
Bandeirantes	Congonha	Laguna Carapã	-
Bataguassu	Porto XV de Novembro	Maracaju	Vista Alegre
Bataiporã	-	Miranda	-
Bela Vista	Nossa Senhora de Fátima	Mundo Novo	-
Bodoquena	Morraria do Sul	Naviraí	-
Bonito	Jabuti	Nioaque	-
Brasilândia	Debrasa	Nova Alvorada do Sul	-
Caarapó	Cristalina, Nova América	Nova Andradina	-
Camapuã	Pontinha do Coxo	Novo Horizonte do Sul	-
Campo Grande	Anhandui, Rochedinho	Paranaíba	Alto Santana, Raimundo, São João do Aporé, Tamandaré, Velhacaria
Caracol	-	Paranhos	-
Cassilândia	Indaia do Sul	Pedro Gomes	-
Chapadão do Sul	-	Ponta Porã	Cabeceira do Apa, Sanga Puitã
Corguinho	Baianópolis	Selvíria	-
Coronel Sapucaia	-	Porto Murtinho	-
Corumbá	Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguas, Porto Esperança	Sete Quedas	-
Costa Rica	Baús, Paraíso	Ribas do Rio Pardo	Bálsamo
Coxim	Jauru, São Romão, Taquari	Sidrolândia	Capão Seco
Deodópolis	Lagoa Bonita, Porto Vilma, Presidente Castelo, Vila União	Rio Brilhante	Prudêncio Thomaz
Dois Irmãos do Buriti	Palmeiras	Sonora	-
Douradina	Bocajá, Cruzaltina	Rio Negro	Nova Esperança
Dourados	Guaçu, Itaum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Indápolis, VI Formosa, VI Vargas, Morumbi	Tacuru	-
Eldorado	Morumbi	Rio Verde de Mato Grosso	Juscelândia
Fátima do Sul	Culturama	Taquarussu	-
Figueirão	-	Rochedo	Água Boa
Glória de Dourados	Nova Esperança e Guaçulândia	Terenos	-
Guia Lopes da Laguna	-	Santa Rita do Pardo	-
Iguatemi	-	Três Lagoas	Arapuá, Garcia, Ilha Comprida, Guadalupe do Alto Paraná
		São Gabriel do Oeste	Areado, Ponte Vermelha
		Vicentina	São José, Vila Rica

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Elaboração: Controle Consultoria

## Características demográficas

Nesta seção estão apresentadas as principais características demográficas de Mato Grosso do Sul e de seus municípios, de interesse para a elaboração do Plano de

Habitação. Assim, são apresentadas informações sobre população, dinâmica demográfica, distribuição espacial, segmentação por renda e escolaridade.

Tabela 11 - Distribuição das cidades e habitantes de MS, segundo o tamanho das cidades – 2007

TAMANHO DAS CIDADES (EM HABITANTES)	CIDADES	(%)	HABITANTES	(%)
Total	78	100,00	2.265.274	100,00
Menos de 5.000	9	11,54	37.843	1,67
De 5.000 a menos de 10.000	19	24,36	139.523	6,16
De 10.000 a menos de 20.000	28	35,90	418.117	18,46
De 20.000 a menos de 50.000	17	21,79	508.904	22,47
De 50.000 a menos de 100.000	3	3,85	254.494	11,23
Mais de 100.000	2	2,56	906.393	40,01

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008

### População

Tabela 12 - População residente de MS, segundo sexo e zona 2005- 2008 – PNAD

ANO	2005	2006	2007	2008
Total	2.267.094	2.303.888	2.337.503	2.371.865
Urbana	1.922.165	1.952.383	2.006.912	2.027.537
Rural	344.929	351.505	330.591	344.328
Masculino	1.108.278	1.147.225	1.160.105	1.157.897
Feminino	1.158.816	1.156.663	1.177.398	1.213.968
Urbanização (%)	84,79	84,74	85,86	85,48

Fonte: SEMAC/MS. BDE-WEB.

Tabela 13 - População residente dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul 2005 a 2009

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO					MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				
	2005	2006	2007	2008	2009		2005	2006	2007	2008	2009
Água Clara	13.819	14.323	13.183	13.623	13.879	Camapuã	14.230	14.319	13.192	13.562	13.532
Alcinópolis	2.148	1.873	4.299	4.440	4.515	Campo Grande	749.768	765.247	724.524	747.189	755.107
Amambai	31.697	32.095	33.426	34.501	34.986	Caracol	5.007	5.081	5.095	5.257	5.320
Anastácio	24.066	24.352	22.364	23.012	23.047	Cassilândia	21.282	21.497	20.916	21.546	21.677
Anaurilândia	8.384	8.461	8.380	8.635	8.697	Chapadão do Sul	15.425	16.102	16.193	16.781	17.293
Angélica	6.430	6.264	7.253	7.461	7.465	Corguinho	3.537	3.528	4.165	4.301	4.370
Antônio João	7.892	7.979	8.350	8.618	8.734	Coronel Sapucaia	13.562	13.698	13.979	14.416	14.569
Aparecida do Taboado	20.426	20.789	19.819	20.433	20.623	Corumbá	100.268	101.089	96.373	99.196	99.467
Aquidauana	46.007	46.469	44.920	46.266	46.515	Costa Rica	16.318	16.488	18.277	18.884	19.228
Aral Moreira	8.049	8.048	9.236	9.535	9.679	Coxim	33.021	33.408	31.816	32.767	32.933
Bandeirantes	6.585	6.614	5.888	6.045	6.001	Deodápolis	9.870	9.603	11.261	11.586	11.600
Bataguassu	19.171	19.706	18.687	19.295	19.596	Dois Irmãos do Buriti	9.702	9.768	9.350	9.622	9.643
Batayporã	12.288	12.587	10.564	10.870	10.885	Douradina	4.726	4.725	4.900	5.047	5.075
Bela Vista	23.411	23.707	22.868	23.562	23.726	Dourados	183.096	186.357	181.869	187.601	189.762
Bodoquena	8.522	8.550	8.168	8.401	8.397	Eldorado	11.080	11.084	11.934	12.304	12.421
Bonito	17.841	18.000	17.275	17.786	17.856						
Brasilândia	12.963	13.144	12.136	12.494	12.538						
Caarapó	19.587	19.386	22.723	23.437	23.696						

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO					MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				
	2005	2006	2007	2008	2009		2005	2006	2007	2008	2009
Fátima do Sul	17.204	16.861	18.789	19.327	19.332	Novo Hori- zonte do Sul	5.050	4.805	4.967	5.074	4.932
Figueirão	2.927	2.945	3.280	3.388	3.443	Paranaíba	39.424	39.607	38.969	40.118	40.259
Glória de Dourados	8.873	8.665	9.644	9.915	9.894	Paranhos	10.675	10.758	11.092	11.437	11.553
Guia Lopes da Laguna	12.335	12.555	10.208	10.482	10.407	Pedro Gomes	8.670	8.695	8.307	8.543	8.537
Iguatemi	15.194	15.477	14.632	15.085	15.222	Ponta Porã	67.190	68.317	72.207	74.601	75.941
Inocência	8.687	8.834	7.342	7.542	7.501	Porto					
Itaporã	17.740	17.865	18.605	19.187	19.390	Murtinho	13.634	13.691	14.861	15.333	15.527
Itaquiraí	17.449	17.751	16.924	17.446	17.603	Ribas do					
Ivinhema	20.271	20.024	20.567	21.138	21.067	Rio Pardo	18.787	19.159	19.159	19.780	20.077
Japorã	7.157	7.340	7.362	7.608	7.752	Rio Brillhante	26.816	27.567	26.560	27.435	27.903
Jaraguari	5.948	6.049	5.577	5.745	5.776	Rio Negro	5.324	5.305	4.961	5.093	5.054
Jardim	24.557	24.920	23.341	24.042	24.174	Rio Verde de					
Jateí	3.470	3.365	3.808	3.913	3.895	Mato Grosso	20.057	20.402	18.579	19.131	19.216
Juti	4.798	4.765	5.353	5.518	5.569	Rochedo	4.882	4.976	4.346	4.472	4.480
Ladário	17.401	17.776	17.906	18.494	18.805	Santa Rita					
Laguna						do Pardo	7.333	7.457	7.162	7.384	7.454
Carapã	6.090	6.190	5.813	5.989	6.031	São Gabriel					
Maracaju	28.236	28.599	30.912	31.933	32.492	do Oeste	19.820	20.359	21.063	21.217	21.650
Miranda	24.781	25.099	23.965	24.687	24.838	Selvíria	6.159	6.172	6.413	6.608	6.656
Mundo Novo	14.271	14.020	15.968	16.441	16.506	Sete Quedas	8.394	7.937	10.659	10.962	10.955
Naviraí	40.416	41.091	43.391	44.828	45.627	Sidrolândia	28.412	29.298	38.147	39.636	41.261
Nioaque	17.610	18.064	15.203	15.649	15.693	Sonora	11.839	12.251	12.548	12.991	13.334
Nova Alvo- rada do Sul	11.646	11.949	12.026	12.430	12.673	Tacuru	9.647	9.814	9.203	9.483	9.554
Nova						Taquarussu	2.841	2.724	3.117	3.198	3.165
Andradina	38.847	39.470	43.495	44.971	45.916	Terenos	12.705	12.892	14.458	14.952	15.276
						Três Lagoas	85.886	87.113	85.914	88.592	89.493
						Vicentina	4.837	4.667	5.627	5.787	5.783

Fonte: SEMAC/MS. BDE-WEB. Nota: em 2005, 2006, 2008 e 2009 dados de estimativas, em 2007 contagem da população.

### Dinâmica demográfica

Tabela 14 - Imigrantes residentes em MS segundo o lugar de nascimento 2005 a 2007 (em %)

LUGAR DE NASCIMENTO	2005	2006	2007	LUGAR DE NASCIMENTO	2005	2006	2007
Total	100,00	100,00	100,00	Alagoas	3,07	2,59	1,98
Rondônia	0,86	0,35	1,01	Sergipe	1,17	0,79	1,61
Acre	0,18	0,09	0,09	Bahia	4,15	4,35	3,92
Amazonas	0,14	0,04	0,09	Minas Gerais	6,09	6,80	7,69
Roraima	0,05	-	0,05	Espírito Santo	0,36	0,31	0,46
Pará	0,41	0,44	0,32	Rio de Janeiro	1,40	1,89	2,03
Amapá	-	-	0,05	São Paulo	35,41	36,02	34,18
Tocantins	0,05	0,09	0,09	Paraná	21,25	19,35	18,70
Maranhão	0,18	0,22	0,37	Santa Catarina	1,67	1,71	2,44
Piauí	0,32	0,40	0,32	Rio Grande do Sul	4,83	5,53	4,93
Ceará	2,89	3,42	3,50	Mato Grosso	4,51	4,65	4,42
Rio Grande do Norte	0,23	0,44	0,51	Goiás	3,07	2,72	2,39
Paraíba	0,90	0,83	0,74	Distrito Federal	0,09	0,04	0,41
Pernambuco	4,60	4,56	4,61	País Estrangeiro	2,17	2,37	3,09
				Sem Declaração	-	-	-

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.



Tabela 15 - Taxa média geométrica de crescimento populacional de MS - 1950/2007

POPULAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA						
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1991/00	2000/07
Urbana	7,92	6,44	7,35	4,00	2,55	2,37	1,32
Rural	5,85	4,80	-1,91	-1,87	-2,43	-1,11	0,80
TOTAL	6,65	5,51	3,21	2,66	1,60	1,73	1,24

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Nota: Os dados de 1996 e 2007 são resultados de contagem do IBGE.

Distribuição segmentada da população por faixa de renda

Tabela 16 - Percentual de pessoas ocupadas por faixa de rendimento considerando todos os rendimentos da população economicamente ativa na semana de referência 2000 a 2006

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2005	2006
Total	100	100	100	100	100	100
Até ½ SM	3,69	5,76	7,52	6,91	7,3	7,13
Mais de ½ a 1 SM	12,66	13,76	16,86	15,64	17,98	18,67
Mais de 1 a 2 SM	23,89	30,95	29,17	31,9	33,01	34,39
Mais de 2 a 3 SM	14,05	13,03	12,28	12,56	9,96	11,09
Mais de 3 a 5 SM	11,64	10,22	9,98	9,88	8,54	7,26
Mais de 5 a 10 SM	8,41	6,52	6,41	6,01	6,32	5,67
Mais de 10 SM	5,06	5,16	4,5	4,52	2,89	3,26
Sem Rendimento	19,89	14,24	12,91	12,48	13,67	12,41
Sem Declaração	0,7	0,36	0,38	0,11	0,34	0,12

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008

Tabela 17 - Número de chefes de domicílios por município e faixa de renda - 2000

MUNICÍPIO	INF. A 1 SM	01 A 05 SM	05 A 10 SM	MAIS 10 SM	SEM REND.	TOTAL
Água Clara	240	2.272	286	137	135	3.070
Alcinópolis	212	764	104	42	145	1.267
Amambai	2.219	5.717	820	486	627	9.869
Anastácio	1.875	4.366	397	178	730	7.546
Anaurilândia	493	1.671	163	78	111	2.516
Angélica	752	1.674	157	74	49	2.706
Antônio João	820	1.388	106	75	111	2.500
Aparecida do Taboado	1.262	3.970	524	287	596	6.639
Aquidauana	3.370	7.836	1.222	639	1.258	14.325
Aral Moreira	795	1.500	119	65	60	2.539
Bandeirantes	497	1.479	137	75	149	2.337
Bataguassu	953	3.320	391	202	300	5.166
Batayporã	862	2.200	164	78	202	3.506
Bela Vista	1.940	3.684	586	329	613	7.152
Bodoquena	548	1.418	203	80	276	2.525
Bonito	1.164	3.316	340	249	461	5.530
Brasilândia	565	2.610	336	132	163	3.806
Caarapó	1.684	4.018	367	197	593	6.859
Camapuã	1.076	3.601	392	274	333	5.676
Campo Grande	25.373	114.237	29.223	24.114	14.701	207.648
Caracol	459	925	79	28	5	1.496
Cassilândia	1.567	4.609	593	339	314	7.422
Chapadão do Sul	223	2.131	504	410	85	3.353
Corguinho	280	856	68	41	52	1.297
Coronel Sapucaia	972	2.208	238	105	275	3.798
Corumbá	5.297	14.841	2.956	1.603	2.224	26.921
Costa Rica	870	3.083	389	250	464	5.056

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	INF. A 1 SM	01 A 05 SM	05 A 10 SM	MAIS 10 SM	SEM REND.	TOTAL
Coxim	2.176	5.963	852	480	757	10.228
Deodópolis	1.283	2.335	222	102	241	4.183
Dois Irmãos do Buriti	730	1.542	117	76	402	2.867
Douradina	483	906	98	58	115	1.660
Dourados	8.580	30.446	5.826	3.961	3.718	52.531
Eldorado	909	2.271	204	109	136	3.629
Fátima do Sul	2.069	4.023	507	274	275	7.148
Guia Lopes da Laguna	1.090	2.180	226	133	93	3.722
Iguatemi	989	2.638	278	147	98	4.150
Inocência	366	1.788	198	136	140	2.628
Itaporã	1.322	3.496	374	196	356	5.744
Itaquiraí	1.293	2.757	239	105	125	4.519
Ivinhema	1.838	4.536	497	236	306	7.413
Japorã	447	942	46	11	232	1.678
Jaraguari	360	1.270	102	53	124	1.909
Jardim	1.646	3.963	667	438	556	7.270
Jateí	259	935	85	36	14	1.329
Juti	434	968	86	48	184	1.720
Ladário	841	2.250	627	274	320	4.312
Laguna Carapã	454	1.056	106	118	67	1.801
Maracaju	1.486	7.863	784	533	435	11.101
Miranda	1.856	3.752	380	170	723	6.881
Mundo Novo	1.283	3.132	449	232	276	5.372
Naviraí	2.146	7.436	939	526	516	11.563
Nioaque	1.069	2.377	334	138	868	4.786
Nova Alvorada do Sul	427	1.998	236	166	144	2.971
Nova Andradina	1.905	7.261	1.018	618	604	11.406
Novo Horizonte do Sul	527	1.217	83	24	33	1.884
Paranaíba	2.810	8.204	1.081	771	936	13.802
Paranhos	922	1.632	132	46	20	2.752
Pedro Gomes	766	1.683	173	93	263	2.978
Ponta Porã	3.566	10.161	1.839	1.239	1.402	18.207
Porto Murtinho	866	2.297	319	109	329	3.920
Ribas do Rio Pardo	578	3.415	352	192	119	4.656
Rio Brillhante	1.235	3.978	556	355	569	6.693
Rio Negro	451	1.146	90	50	117	1.854
Rio Verde de Mato Grosso	1.426	3.877	420	234	393	6.350
Rochedo	309	976	92	40	68	1.485
Santa Rita do Pardo	432	1.460	101	60	76	2.129
São Gabriel do Oeste	606	3.189	585	461	270	5.111
Selvária	370	1.371	120	46	127	2.034
Sete Quedas	1.004	2.197	292	147	5	3.645
Sidrolândia	1.225	4.246	505	315	731	7.022
Sonora	320	1.966	218	120	274	2.898
Tacuru	587	1.457	115	41	162	2.362
Terenos	633	2.374	241	145	314	3.707
Três Lagoas	3.900	15.723	3.101	1.859	1.384	25.967
Vicentina	639	1.330	128	56	14	2.167
Total	117.281	285.913	67.216	46.520	44.672	562.902

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

## Características sociais

Nesta seção estão apresentadas as principais informações sobre a situação sócio-cultural da população de Mato Grosso do Sul e de seus municípios. Assim, são apresentadas informações agregadas como o Índice de Desenvolvimento Humano IDH – PNUD, como também informações setoriais sobre educação, emprego e saúde, habitação e saneamento.

Observa-se que o IDH, calculado com base em dados dos censos demográficos, apresenta-se defasado, tendo sido composto por valores do último censo do IBGE no ano 2000. Visando sanar esse distanciamento entre a coleta de dados e a sistematização do indicador, foi construída uma outra parametrização de extrema relevância para o acompanhamento da políticas públicas que é o Índice de Responsabilidade Social, o IRS-MS.

O IRS-MS adota as mesmas dimensões do cálculo do IDH-PNUD, porém as variáveis selecionadas são de medição mais imediata do que aquelas dependentes dos censos demográficos. Abaixo, são mostradas as dimensões e as suas respectivas variáveis:

d) Riqueza: consumo residencial de energia elétrica. Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público e valor adicionado fiscal per capita.

e) Longevidade: mortalidade perinatal, mortalidade infantil, mortalidade de adultos de 15 a 39 anos e mortalidade de adultos de 60 e mais.

f) Escolaridade: taxa de matrículas na pré-escola, taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª, taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª e taxa de matrículas no ensino médio.

### Desenvolvimento humano

Tabela18 - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios de MS

Município	IDH	Município	IDH	Município	IDH
Alcinópolis	0,745	Costa Rica	0,798	Nioaque	0,715
Amambai	0,759	Coxim	0,78	Nova Alvorada do Sul	0,745
Anastácio	0,725	Deodópolis	0,739	Nova Andradina	0,786
Anaurilândia	0,72	Dois Irmãos do Buriti	0,686	Novo Horizonte do Sul	0,71
Angélica	0,729	Douradina	0,713	Paranaíba	0,772
Antônio João	0,702	Dourados	0,788	Paranhos	0,676
Aparecida do Taboado	0,763	Eldorado	0,708	Pedro Gomes	0,723
Aquidauana	0,757	Fátima do Sul	0,751	Ponta Porã	0,78
Aral Moreira	0,723	Glória de Dourados	0,745	Porto Murtinho	0,698
Água Clara	0,758	Guia Lopes	0,755	Ribas do Rio Pardo	0,734
Bandeirantes	0,733	Iguatemi	0,731	Rio Brillhante	0,747
Bataguassu	0,738	Inocência	0,772	Rio Negro	0,723
Bataiporã	0,704	Itaporã	0,712	Rio Verde de Mato Grosso	0,752
Bela Vista	0,755	Itaquiraí	0,71	Rochedo	0,731
Bodoquena	0,708	Ivinhema	0,738	Santa Rita do Pardo	0,722
Bonito	0,767	Japorã	0,636	São Gabriel do Oeste	0,808
Brasilândia	0,757	Jaraguari	0,734	Selvíria	0,736
Caarapó	0,715	Jardim	0,773	Sete Quedas	0,719
Camapuã	0,761	Jateí	0,715	Sidrolândia	0,759
Campo Grande	0,814	Juti	0,71	Sonora	0,769
Caracol	0,725	Ladário	0,775	Tacuru	0,662
Cassilândia	0,775	Laguna Carapã	0,752	Taquarussu	0,705
Chapadão do Sul	0,826	Maracaju	0,781	Terenos	0,731
Corguinho	0,723	Miranda	0,724	Três Lagoas	0,784
Coronel Sapucaia	0,713	Mundo Novo	0,761	Vicentina	0,727
Corumbá	0,771	Naviraí	0,751		

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2003.

## Educação

Tabela 19 - Matrícula inicial por nível de ensino, segundo a dependência administrativa - 2007

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	85.254	82.206	3.048
Federal	-	-	-
Estadual	440	440	-
Municipal	67.112	64.081	3.031
Particular	17.702	17.685	17
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO FUNDAMENTAL		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	421.776	380.830	40.946
Federal	593	593	-
Estadual	158.819	155.503	3.316
Municipal	227.475	190.512	36.963
Particular	34.889	34.222	667
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO MÉDIO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	94.566	92.325	2.241
Federal	441	441	-
Estadual	81.061	79.332	1.729
Municipal	104	-	104
Particular	12.960	12.552	408

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS, Campo Grande, 2008.

Tabela 20 - Índice de Desenvolvimento da Educação IDEB 2005 e 2007

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL		CENTRO-OESTE		MS	
	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Ensino Fundam. (Iniciais)	3,80	4,20	4,00	4,40	3,60	4,30
Ensino Fundam. (Finais)	3,50	3,80	3,40	3,80	3,40	3,90
Ensino Médio	3,40	3,50	3,30	3,40	3,30	3,80

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS, Campo Grande, 2008.

Tabela 21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade alfabetizadas, segundo os anos de estudo 2003 a 2007

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL	1.798.113	1.833.488	1.869.408	1.923.657	1.962.847
S/ instr. e < de 1 ano	184.253	194.336	190.967	195.634	195.958
01 ano	54.483	48.436	44.434	49.521	53.168
02 anos	89.730	95.016	84.531	83.453	93.427
03 anos	148.393	142.811	129.600	119.222	132.121
04 anos	237.463	230.404	235.406	255.544	235.902
05 anos	163.747	167.498	167.844	163.231	156.987
07 anos	103.509	118.748	126.802	114.323	116.710
06 anos	119.522	114.142	135.133	117.070	111.677
08 anos	155.108	156.078	163.217	168.731	176.142
09 anos	60.879	69.101	58.931	71.223	69.505
10 anos	53.530	57.066	66.950	78.254	66.062

Continua...

...Continuação

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007
11 anos	248.690	261.569	267.813	296.836	304.806
12 anos	30.123	24.668	24.381	32.404	38.064
13 anos	22.106	15.119	25.609	25.063	28.309
14 anos	23.393	27.756	21.292	27.209	28.935
15 anos ou mais	92.288	100.568	119.711	115.851	144.381
Não determ. e s/declaração	10.896	10.172	4.626	10.088	10.693

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Tabela 22 - Pessoas de cinco anos ou mais de idade alfabetizadas, por sexo 2003-2007

ANO	PESSOAS			PERCENTUAL (%)	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
2003	1.795.599	887.751	907.848	49,44	50,56
2004	1.822.074	888.739	933.335	48,78	51,22
2005	1.845.121	901.406	943.715	48,85	51,15
2006	1.907.136	951.908	955.228	49,91	50,09
2007	1.943.989	963.815	980.174	49,58	50,42

Emprego

Tabela 23 - Evolução do emprego - Saldo MS e Brasil 2000 a 2007

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003
Mato Grosso do Sul	6.465	10.934	11.471	12.500
Brasil	657.596	591.079	762.414	645.433
% de MS na geração de emprego Brasil	0,98%	1,85%	1,50%	1,94%
	2004	2005	2006	2007
Mato Grosso do Sul	20.087	4.612	6.507	11.922
Brasil	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392
% de MS na geração de emprego Brasil	1,32%	0,37%	0,53%	0,74%

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de Ms Campo Grande, 2008.

Tabela 24 - Percentual de pessoas ocupadas por faixa de rendimento mensal e setor de atividade considerando a principal ocupação na semana de referência 2003 a 2006

FAIXAS DE SAL.	SETORES DE ATIVIDADES (%)							
	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAL	
	2003	2006	2003	2006	2003	2006	2003	2006
MÍNIMOS	2003	2006	2003	2006	2003	2006	2003	2006
Até 2 S.M.	46,3	49,2	69,3	74,9	59,5	66,4	59,0	64,8
De 2 a 5 S.M.	14,1	9,2	23,3	17,1	26	20,3	23,2	17,6
De 5 a 10 S.M.	3,1	2,8	4,0	3,7	6,7	6,9	5,5	5,5
Mais de 10 S.M.	3,6	2,7	1,8	1,4	4,7	3,4	3,9	2,8
Sem rendim.	32,8	35,8	1,7	2,9	2,9	3,0	8,3	9,2
Sem declar.	0,2	0,3	0	0	0,2	0	0,1	0,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEMAC. Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul

Tabela 25 - Percentual de pessoas ocupadas por faixa de rendimento considerando todos os rendimentos da população economicamente ativa na semana de referência 2000-2006

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2005	2006
TOTAL	100	100	100	100	100	100
Até ½ S.M.	3,69	5,76	7,52	6,91	7,3	7,13
Mais de ½ a 1 S.M.	12,66	13,76	16,86	15,64	17,98	18,67
Mais de 1 a 2 S.M.	23,89	30,95	29,17	31,9	33,01	34,39
Mais de 2 a 3 S.M.	14,05	13,03	12,28	12,56	9,96	11,09
Mais de 3 a 5S.M.	11,64	10,22	9,98	9,88	8,54	7,26
Mais de 5 a 10 S.M.	8,41	6,52	6,41	6,01	6,32	5,67
Mais de 10 a 20 S.M.	3,42	3,55	2,71	3,22	1,94	2,38
Mais de 20 S.M.	1,64	1,61	1,79	1,3	0,95	0,88
Sem Rendimento	19,89	14,24	12,91	12,48	13,67	12,41
Sem Declaração	0,7	0,36	0,38	0,11	0,34	0,12

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de MS. Campo Grande, 2008

Saúde

Tabela 26 - Óbitos e coeficientes de mortalidade geral, infantil, neonatal e pós-natal 2003 a 2007

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de Óbitos Total	12.161	12.562	12.178	12.269	12.835
Nº de Óbitos (< 1 ano)	790	885	786	710	719
Mortalidade Geral	5,60	5,71	5,52	5,40	5,58
Mortalidade Infantil	20,13	21,29	19,34	18,50	18,55
Mortalidade Neonatal	12,69	13,33	12,72	12,22	11,81
Mortalidade Pós-neonatal	7,44	7,96	6,47	6,29	6,74

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Tabela 27 - Número de leitos hospitalares nos municípios de Mato Grosso do Sul- 2009

MUNICÍPIO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	LEITOS NÃO - SUS	MUNICÍPIO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	LEITOS NÃO - SUS
Água Clara	11	11	-	Brasílandia	20	11	9
Alcinópolis	-	-	-	Caarapó	30	18	12
Amambai	151	45	106	Camapuã	18	15	3
Anastácio	26	24	2	Campo Grande	2.675	1.579	1.096
Anaurilândia	44	8	36	Caracol	9	5	4
Angélica	26	6	20	Cassilândia	64	49	15
Antônio João	7	7	-	Chapadão do Sul	18	18	-
Aparecida do Taboado	92	37	55	Corguinho	6	6	-
Aquidauana	164	127	37	Coronel Sapucaia	9	9	-
Aral Moreira	16	16	-	Corumbá	203	150	53
Bandeirantes	12	12	-	Costa Rica	53	32	21
Bataguassu	35	15	20	Coxim	58	58	-
Batayporã	24	11	13	Deodápolis	49	43	6
Bela Vista	31	23	8	Dois Irmãos do Buriti	9	9	
Bodoquena	8	8	-				
Bonito	26	22	4				

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	LEITOS NÃO - SUS	MUNICÍPIO	LEITOS EXISTENTES	LEITOS SUS	LEITOS NÃO - SUS
Douradina	-	-	-	Nova Andradina	81	76	5
Dourados	551	378	173	Novo Horizonte do Sul	15	6	9
Eldorado	70	25	45	Paranaíba	166	142	24
Fátima do Sul	98	72	26	Paranhos	10	10	-
Figueirão	-	-	-	Pedro Gomes	8	8	-
Glória de Dourados	36	8	28	Ponta Porã	103	74	29
Guia Lopes da Laguna	26	18	8	Porto Murtinho	40	40	-
Iguatemi	56	43	13	Ribas do Rio Pardo	16	16	-
Inocência	8	8	-	Rio Brilhante	43	38	5
Itaporã	15	15	-	Rio Negro	26	7	19
Itaquiraí	35	15	20	Rio Verde de Mato Grosso	42	34	8
Ivinhema	52	33	19	Rochedo	8	8	-
Japorã	-	-	-	Santa Rita do Pardo	11	11	-
Jaraguari	-	-	-	São Gabriel do Oeste	68	34	34
Jardim	43	27	16	Selvíria	6	6	-
Jateí	23	4	19	Sete Quedas	86	71	15
Juti	5	5	-	Sidrolândia	44	32	12
Ladário	38	-	38	Sonora	22	10	12
Laguna Carapã	7	7	-	Tacuru	8	8	-
Maracaju	57	51	6	Taquarussu	4	4	-
Miranda	84	72	12	Terenos	-	-	-
Mundo Novo	67	47	20	Três Lagoas	315	191	124
Naviraí	99	88	11	Vicentina	5	5	-
Nioaque	32	15	17				
Nova Alvorada do Sul	10	10	-				

Fonte: SEMAC/MS. BDE-WEB.

Tabela 28 - Postos e centros de saúde nos municípios de Mato Grosso do Sul - 2009

LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE/ UNIDADE BÁSICA	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE/ UNIDADE BÁSICA
Água Clara	-	4	Bataguassu	1	8
Alcinópolis	-	2	Batayporã	5	1
Amambai	3	6	Bela Vista	-	6
Anastácio	4	5	Bodoquena	1	3
Anaurilândia	-	3	Bonito	1	4
Angélica	-	3	Brasilândia	1	5
Antônio João	-	4	Caarapó	2	4
Aparecida do Taboado	5	1	Camapuã	-	5
Aquidauana	-	9	Campo Grande	-	55
Aral Moreira	3	2	Caracol	-	2
Bandeirantes	1	3	Cassilândia	-	11

Continua...

...Continuação

LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE/ UNIDADE BÁSICA	LOCALIDADE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE/ UNIDADE BÁSICA
Chapadão do Sul	-	3	Mundo Novo	-	4
Corguinho	1	1	Naviraí	-	10
Coronel Sapucaia	-	2	Nioaque	-	7
Corumbá	-	19	Nova Alvorada do Sul	-	4
Costa Rica	-	7	Nova Andradina	1	13
Coxim	-	6	Novo Horizonte do Sul	-	3
Deodápolis	3	3	Paranaíba	-	9
Dois Irmãos do Buriti	3	3	Paranhos	2	6
Douradina	2	2	Pedro Gomes	-	3
Dourados	-	33	Ponta Porã	1	15
Eldorado	1	4	Porto Murtinho	-	3
Fátima do Sul	-	6	Ribas do Rio Pardo	-	5
Figueirão	-	2	Rio Negro	-	5
Glória de Dourados	-	4	Rio Verde de Mato Grosso	-	9
Guia Lopes da Laguna	-	3	Rochedo	-	1
Iguatemi	-	4	Santa Rita do Pardo	-	2
Inocência	-	3	São Gabriel do Oeste	-	11
Itaporã	3	5	Selvíria	-	2
Itaquiraí	-	6	Sete Quedas	-	3
Ivinhema	1	6	Sidrolândia	-	11
Japorã	-	2	Sonora	-	4
Jaraguari	-	2	Tacuru	1	2
Jardim	-	6	Taquarussu	1	2
Jateí	2	3	Terenos	-	5
Juti	-	3	Três Lagoas	2	14
Ladário	2	1	Vicentina	1	3
Laguna Carapã	1	2			
Maracaju	4	7			
Miranda	-	2			

Fonte: Ministério da Saúde. Datasus

Nota: Posto de Saúde - Unidade destinada à prestação de assistência a uma população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico.

Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde - Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior.

### Índice de responsabilidade social

Este indicador foi construído pela SEMAC, em articulação com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de servir como instrumento de acompanhamento das políticas públi-

cas. Qualitativamente, suas dimensões riqueza, longevidade e escolaridade são semelhantes às dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, mas são calculadas através de valores de mais fácil atualizações, para permitir atualização maior do indicador.



Tabela 29 - Variáveis selecionadas e estruturas de pesos adotados para cálculo do Índice de Responsabilidade Social de MS - 2007

DIMENSÕES	VARIÁVEIS	PESOS
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	28%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	31%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	17%
	Valor adicionado fiscal per capita	24%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	29%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	22%
	Mortalidade de adultos de 60 a mais	19%
Escolaridade	Taxa de matrículas na pré-escola	23%
	Taxa de distorção idade/série 1ª a 4ª	29%
	Taxa de distorção idade/série 5ª a 8ª	26%
	Taxa de matrículas no ensino médio	22%

Fonte: SEMAC/MS. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

Tabela 30 - Variáveis do indicador de riqueza do Índice de Responsabilidade Social de MS e ranking dos municípios - 2007

MUNICÍPIOS	CONSUMO RESIDENCIAL DE ENERGIA (MWH)	CONSUMO DE ENERGIA NA PRODUÇÃO	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) (deflacionados)	ADICIONAL FISCAL PER CAPITA (R\$) (deflaciona-dos)	RANKING
Corumbá	1,95	8,5	914,42	24.072,47	1 °
Chapadão do Sul	1,78	15,88	776,44	28.703,00	2 °
Água Clara	1,85	18,55	626,51	20.490,09	3 °
Douradina	1,33	76,10	531,86	4.745,55	4 °
Campo Grande	1,78	14,13	1.173,77	8.726,98	5 °
Três Lagoas	1,99	8,92	651,93	15.027,46	6 °
Laguna Carapã	1,47	5,66	602,79	4.948,50	7 °
Brasilândia	1,66	9,99	496,78	24.856,30	8 °
Rio Brilhante	1,7	9,84	788,96	17.748,01	9 °
São Gabriel do Oeste	1,65	10,63	729,99	20.496,95	10 °
Maracaju	1,63	8,83	660,70	20.885,99	11 °
Aparecida do Taboado	1,79	9,76	637,29	12.963,38	12 °
Sonora	1,51	9,84	777,82	20.736,47	13 °
Dourados	1,71	10,30	734,13	9.508,31	14 °
Ladário	1,43	6,85	1.585,28	2.071,62	15 °
Ribas do Rio Pardo	1,59	5,92	582,88	18.585,66	16 °
Nova Andradina	1,65	6,52	712,00	10.271,99	17 °
Porto Murtinho	1,78	5,12	607,05	7.607,51	18 °
Santa Rita do Pardo	1,52	5,71	576,17	16.968,67	19 °
Paranaíba	1,76	5,51	599,32	6.003,69	20 °
Itaporã	1,54	12,95	636,12	9.601,27	21 °
Naviraí	1,56	8,25	690,79	10.506,22	22 °
Bataguassu	1,6	5,43	625,60	10.675,97	23 °
Aquidauana	1,69	5,66	659,45	4.580,89	24 °
Selvícia	1,6	6,61	518,27	11.196,13	25 °
Costa Rica	1,3	9,5	634,26	18.880,07	26 °
Inocência	1,48	4,25	562,97	15.198,05	27 °
Mundo Novo	1,49	4,49	659,46	9.971,84	28 °
Miranda	1,61	6,53	685,74	4.362,55	29 °
Nova Alvorada Sul	1,43	5,60	570,05	13.649,71	30 °
Ponta Porã	1,5	5,40	676,13	7.352,37	31 °
Jardim	1,57	5,79	661,22	3.508,01	32 °

Continua...

...Continuação.

MUNICÍPIOS	CONSUMO RESIDENCIAL DE ENERGIA (MWH)	CONSUMO DE ENERGIA NA PRODUÇÃO	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) (deflacionados)	ADICIONAL FISCAL PER CAPITA (R\$) (deflaciona-dos)	RANKING
Jardim	1,57	5,79	661,22	3.508,01	32 °
Coxim	1,5	6,76	634,85	6.749,87	33 °
Caarapó	1,41	5,65	616,09	12.014,78	34 °
Bodoquena	1,13	5,48	760,74	11.978,60	35 °
Anaurilândia	1,49	5,29	557,37	9.095,38	36 °
Iguatemi	1,41	3,88	609,16	11.985,50	37 °
Bonito	1,49	6,65	588,22	6.272,56	38 °
Sidrolândia	1,32	6,55	604,60	14.012,60	39 °
Cassilândia	1,45	5,95	623,75	6.718,66	40 °
Anastácio	1,44	8,69	606,95	5.856,43	41 °
Jateí	1,29	5,71	631,08	14.074,29	42 °
Eldorado	1,45	4,41	581,13	8.479,57	43 °
Figueirão	1,26	2,55	840,21	12.380,01	44 °
Fátima do Sul	1,43	11,05	581,18	4.422,54	45 °
Alcinópolis	1,21	2,88	758,43	15.480,75	46 °
Amambai	1,41	4,44	587,16	7.136,48	47 °
Terenos	1,38	4,83	610,43	9.174,56	48 °
Bela Vista	1,45	3,68	631,55	5.345,27	49 °
Batayporã	1,4	4,56	593,31	8.045,41	50 °
Ivinhema	1,45	3,74	541,21	6.696,14	51 °
Aral Moreira	1,12	6,31	660,04	17.858,45	52 °
Camapuã	1,27	4,25	597,08	12.117,57	53 °
Nioaque	1,45	2,86	540,35	5.971,65	54 °
Itaquiraí	1,35	2,86	635,78	7.386,35	55 °
Caracol	1,37	3,56	572,68	7.291,35	56 °
Glória de Dourados	1,42	4,21	573,68	4.296,32	57 °
Pedro Gomes	1,26	4,39	674,44	8.356,82	58 °
Angélica	1,34	4,10	580,19	5.814,56	59 °
Tacuru	1,31	3,27	649,43	5.551,20	60 °
Juti	1,21	4,71	645,34	7.956,36	61 °
Rochedo	1,26	3,67	588,27	7.243,85	62 °
Taquarussu	1,31	3,67	506,18	6.599,65	63 °
Japorã	1,17	1,44	1.022,45	1.456,44	64 °
Deodápolis	1,28	6,10	590,05	5.164,41	65 °
Jaraguari	1,23	4,08	511,12	8.689,16	66 °
Bandeirantes	1,10	3,72	554,57	14.133,68	67 °
Vicentina	1,23	4,12	576,94	6.981,53	68 °
Sete Quedas	1,26	3,95	627,26	3.706,81	69 °
Guia Lopes da Laguna	1,25	4,37	550,42	5.071,82	70 °
Rio Verde de Mato Grosso	1,18	4,62	597,25	6.873,17	71 °
Paranhos	1,10	2,20	925,03	2.489,34	72 °
Coronel Sapucaia	1,21	2,40	704,68	2.793,86	73 °
Rio Negro	1,24	3,29	501,62	5.028,45	74 °
Corguinho	1,13	3,50	485,57	10.239,20	75 °
Dois Irmãos do Buriti	1,10	4,91	564,68	5.736,07	76 °
Antônio João	1,03	4,73	620,77	4.490,16	77 °
Novo Horizonte do Sul	1,05	2,98	599,75	5.208,92	78 °

Fonte: SEMAC/MS. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

Tabelas 31 - Variáveis do indicador de longevidade do Índice de Responsabilidade Social de MS e ranking dos municípios - 2007

MUNICÍPIOS	COEFIC. MORTAL. PERINATAL	COEFIC. DE MORTAL INFANTIL	TX DE ÓBITOS 15 A 39	COEFIC. MORTAL. DE 60 E +	RANKING
Corguinho	0	0	1,27	22,96	1 °
Santa Rita do Pardo	0	0	0,89	31,02	2 °
Jaraguari	0	16,13	1,00	13,95	3 °
Batayporã	3,51	7,04	0,93	26,02	4 °
Terenos	0	6,85	1,8	26,83	5 °
Bandeirantes	17,54	0	0,43	29,33	6 °
Laguna Carapã	19,61	0	0,86	16,43	7 °
Alcinópolis	19,23	19,23	0	3,13	8 °
Fátima do Sul	8,62	13,03	0,82	31,96	9 °
Nioaque	9,76	4,93	1,58	27,43	10 °
Sidrolândia	13,87	7,88	1,04	30,51	11 °
Selvíria	33,33	0	0,72	5,68	12 °
Inocência	17,86	17,86	0,33	21,02	13 °
Maracaju	7,5	1,89	2,12	36,29	14 °
Chapadão do Sul	16,53	8,33	1,19	27,22	15 °
Sonora	15,38	15,63	1,04	24,67	16 °
Rio Verde de Mato Grosso	6,99	7,02	2,23	34,98	17 °
Bataguassu	15,09	18,94	1,07	20,70	18 °
Aral Moreira	6,17	6,17	2,44	35,97	19 °
Costa Rica	17,02	12,93	1,37	23,21	20 °
Cassilândia	14,71	7,43	1,56	36,41	21 °
Camapuã	13,10	8,81	2,21	26,56	22 °
Ladário	12,35	12,38	1,38	41,85	23 °
Dois Irmãos do Buriti	9,09	18,18	1,89	28,73	24 °
Aparecida do Taboado	8,44	25,42	1,23	33,26	25 °
São Gabriel do Oeste	11,20	19,77	1,84	23,85	26 °
Angélica	8,93	17,86	2,37	22,57	27 °
Anaurilândia	16,13	24,17	1,16	20,78	28 °
Figueirão	27,78	0	0,70	48,51	29 °
Água Clara	17,09	12,99	1,38	38,33	30 °
Bonito	18,81	9,52	1,54	37,48	31 °
Campo Grande	14,42	14,03	1,71	37,73	32 °
Guia Lopes da Laguna	9,90	14,93	2,88	21,70	33 °
Vicentina	25,0	12,66	0,99	31,25	34 °
Deodápolis	14,71	14,81	2,00	32,07	35 °
Caarapó	12,68	17,09	2,13	30,68	36 °
Ivinhema	21,74	7,35	1,90	32,24	37 °
Brasilândia	26,46	10,81	1,16	31,22	38 °
Iguatemi	9,09	22,73	1,93	37,25	39 °
Mundo Novo	15,81	12	2,37	32,04	40 °
Jardim	15,38	15,52	2,28	32,68	41 °
Três Lagoas	14,13	20,94	1,84	40,37	42 °
Bela Vista	21,23	23,81	1,21	33,20	43 °
Aquidauana	19,14	23,83	1,52	37,64	44 °
Paranaíba	17,90	24,66	1,94	31,59	45 °
Rochedo	0	63,83	0,62	36,96	46 °

Continua...

...Continuação.

MUNICÍPIOS	COEFIC. MORTAL. PERINATAL	COEFIC. DE MORTAL INFANTIL	TX DE ÓBITOS 15 A 39	COEFIC. MORTAL. DE 60 E +	RANKING
Novo Horizonte do Sul	15,38	31,25	1,49	40,62	47 °
Dourados	19,12	21,51	2,05	40,77	48 °
Taquarussu	21,71	21,74	0,83	64,94	49 °
Ponta Porã	23,20	16,27	2,00	45,38	50 °
Anastácio	23,26	31,25	1,22	41,34	51 °
Rio Brilhante	21,19	23,61	2,30	36,98	52 °
Nova Andradina	28,89	24,47	1,76	30,40	53 °
Jateí	30,30	45,45	0,61	15,11	54 °
Itaporã	32,43	21,98	1,64	29,52	55 °
Miranda	19,23	23,30	2,28	48,20	56 °
Corumbá	27,76	21,53	1,78	43,08	57 °
Naviraí	25,14	25,39	1,98	39,62	58 °
Coxim	32,99	20,96	1,82	34,49	59 °
Glória de Dourados	26,09	35,09	1,61	37,97	60 °
Pedro Gomes	38,46	10,00	2,34	42,08	61 °
Eldorado	38,87	14,55	1,97	41,47	62 °
Bodoquena	41,14	34,72	0,89	24,78	63 °
Porto Murtinho	30,41	30,61	2,09	32,85	64 °
Juti	47,06	12,35	2,37	19,32	65 °
Ribas do Rio Pardo	30,41	41,38	1,28	34,08	66 °
Douradina	40,82	40,82	1,03	45,03	67 °
Nova Alvorada do Sul	38,76	27,76	2,05	52,19	68 °
Amambai	32,59	36,31	2,74	38,81	69 °
Sete Quedas	18,52	18,60	3,93	88,54	70 °
Tacuru	33,98	30	4,08	31,12	71 °
Caracol	32,97	33,71	3,0	51,38	72 °
Itaquiraí	54,86	38,96	1,87	24,84	73 °
Antônio João	35,71	64,75	1,25	50,19	74 °
Rio Negro	51,28	51,28	1,59	35,04	75 °
Coronel Sapucaia	44,32	51,28	3,40	37,53	76 °
Paranhos	51,95	53,57	3,57	30,16	77 °
Japorã	33,82	73,89	4,43	23,32	78 °

Fonte: SEMAC/MS. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

Tabela 32 - Variáveis do indicador de escolaridade do Índice de Responsabilidade Social de MS e ranking dos municípios- 2007

MUNICÍPIOS	TAXA DE MATRÍCULA PRÉ-ESCOLA	TAXA DE MATRÍCULA ENSINO MÉDIO	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 1ª À 4ª	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 5ª A 8ª	RANKING
Água Clara	63,13	51,76	21,90	32,80	38°
Alcinópolis	96,17	70,36	30,88	44,40	48 °
Amambai	57,83	53,78	24,70	35,20	52 °
Anastácio	83,61	55,15	28,10	42,30	53 °
Anaurilândia	88,60	73,01	26,00	47,80	44 °
Angélica	100,00	74,44	19,90	22,00	4 °
Antônio João	86,06	47,35	25,20	32,80	35 °
Aparecida do Taboado	76,27	65,95	15,60	25,50	11 °
Aquidauana	61,87	74,84	32,70	48,20	70 °

Continua...

...Continuação.

MUNICÍPIOS	TAXA DE MATRÍCULA PRÉ-ESCOLA	TAXA DE MATRÍCULA ENSINO MÉDIO	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 1ª À 4ª	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 5ª A 8ª	RANKING
Aral Moreira	30,97	51,90	30,50	37,20	72 °
Bandeirantes	64,00	70,17	28,20	41,40	55 °
Bataguassu	96,32	79,60	19,20	30,50	9 °
Batayporã	98,14	59,76	28,90	30,90	29 °
Bela Vista	60,43	71,20	21,30	32,70	31 °
Bodoquena	88,55	66,80	25,50	39,00	34 °
Bonito	78,41	79,08	27,40	51,00	54 °
Brasilândia	89,66	76,38	21,10	43,20	25 °
Caarapó	62,13	59,61	19,60	30,44	28 °
Camapuã	64,26	68,75	19,60	31,10	24 °
Campo Grande	87,91	88,76	15,50	28,90	3 °
Caracol	45,45	72,06	20,00	40,50	46 °
Cassilândia	95,11	81,14	15,50	30,50	6 °
Chapadão do Sul	100,00	78,31	15,40	27,50	1 °
Corguinho	53,88	78,60	23,60	38,50	45 °
Coronel Sapucaia	47,14	55,99	31,10	36,00	68 °
Corumbá	57,19	63,85	22,90	40,00	50 °
Costa Rica	87,70	79,68	18,50	30,70	69 °
Coxim	72,20	50,58	28,60	47,00	62 °
Deodápolis	71,69	90,23	18,90	22,90	7 °
Dois Irmãos do Buriti	50,36	66,84	24,30	47,30	60 °
Douradina	50,71	85,30	22,40	55,80	59 °
Dourados	70,44	70,36	21,70	32,70	26 °
Eldorado	100,00	56,64	30,20	36,90	39 °
Fátima do Sul	100,00	79,63	20,07	29,10	8 °
Figueirão	40,69	78,85	19,10	43,40	49 °
Glória de Dourados	60,71	75,25	18,20	28,30	16 °
Guia Lopes da Laguna	61,14	47,45	27,40	35,40	57 °
Iguatemi	68,75	52,39	27,20	47,30	63 °
Inocência	67,71	58,61	20,60	38,00	42 °
Itaporã	47,16	65,99	18,00	22,80	20 °
Itaquiraí	70,76	70,15	29,60	49,50	61 °
Ivinhema	83,71	74,39	18,40	27,60	12 °
Japorã	35,58	31,49	38,20	54,80	78 °
Jaraguari	58,65	64,98	20,20	38,70	40 °
Jardim	66,34	74,83	20,40	36,90	30 °
Jateí	85,99	54,34	18,99	39,80	27 °
Juti	40,75	89,32	33,50	40,10	65 °
Ladário	54,64	54,38	29,10	48,80	71 °
Laguna Carapã	62,06	64,71	19,30	39,60	36 °
Maracaju	79,25	62,69	16,70	30,60	15 °
Miranda	50,64	83,57	27,90	45,20	58 °
Mundo Novo	67,04	54,73	34,90	37,50	67 °
Naviraí	83,65	71,93	19,80	30,40	14 °
Nioaque	35,86	67,55	28,50	49,50	73 °
Nova Alvorada do Sul	85,25	79,31	23,80	36,50	23 °
Nova Andradina	71,96	75,75	24,40	43,30	41 °

Continua...

...Continuação.

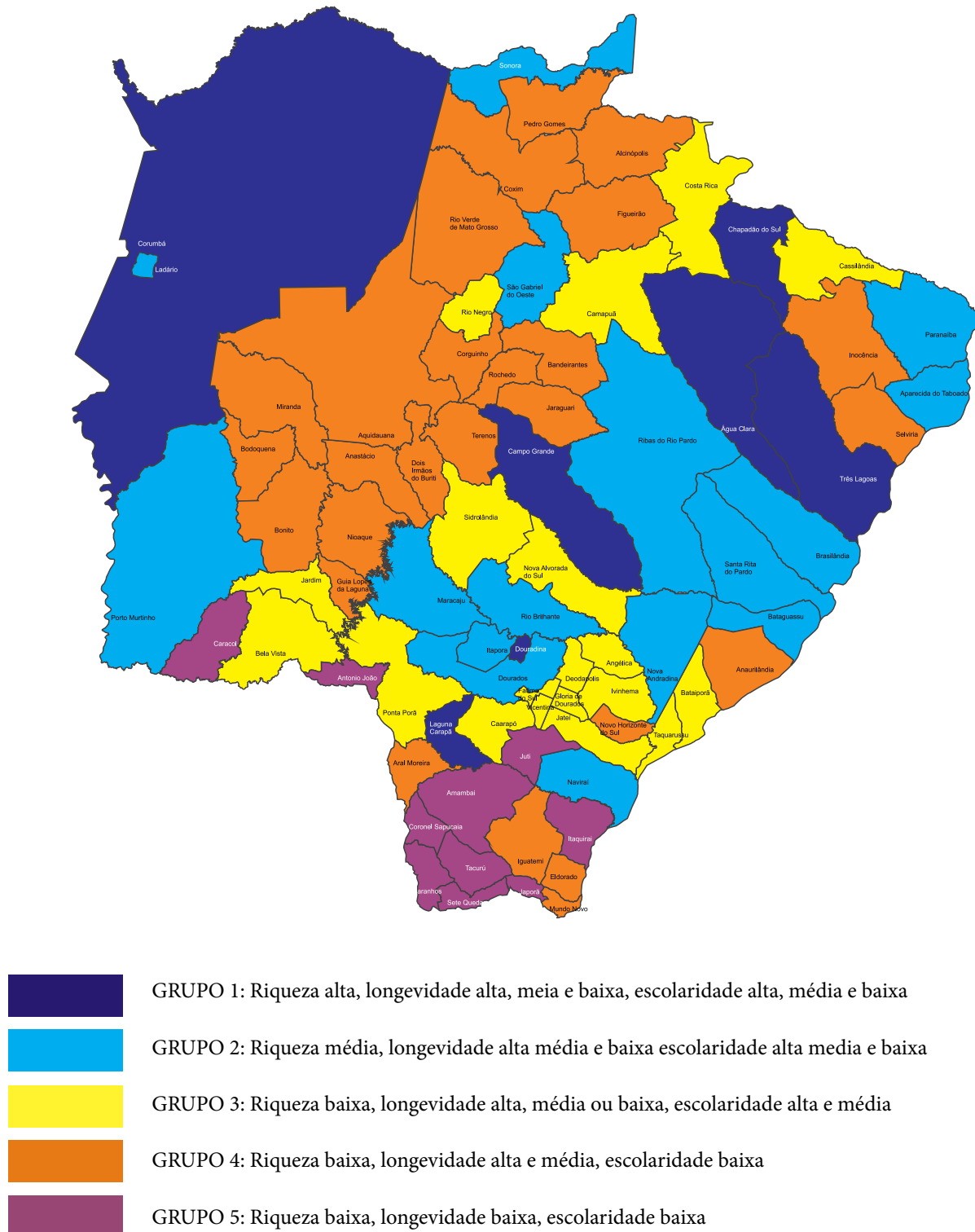
MUNICÍPIOS	TAXA DE MATRÍCULA PRÉ-ESCOLA	TAXA DE MATRÍCULA ENSINO MÉDIO	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 1ª À 4ª	DISTORÇ. IDADE/SÉRIE 5ª A 8ª	RANKING
Novo Horizonte do Sul	39,29	52,68	34,90	35,60	74 °
Paranaíba	79,01	72,07	21,20	33,90	21 °
Paranhos	77,01	50,69	36,70	53,20	76 °
Pedro Gomes	73,71	50,10	28,60	36,00	51 °
Ponta Porã	60,32	80,69	24,40	32,30	33 °
Porto Murtinho	55,38	71,28	32,50	39,90	64 °
Ribas do Rio Pardo	43,32	49,68	29,40	45,40	75 °
Rio Brilhante	84,40	55,38	23,50	38,90	37 °
Rio Negro	100,00	100,00	21,00	30,60	5 °
Rio Verde de Mato Grosso	61,46	52,32	29,10	45,40	69 °
Rochedo	72,60	74,59	24,50	43,70	43 °
Santa Rita do Pardo	69,76	88,40	23,70	30,20	18 °
São Gabriel do Oeste	81,51	73,86	21,20	36,50	22 °
Selvíria	38,19	23,85	22,50	33,70	66 °
Sete Quedas	96,69	100,00	34,40	49,90	47 °
Sidrolândia	59,63	69,98	17,20	30,10	19 °
Sonora	70,98	65,68	19,50	38,30	32 °
Tacuru	34,58	49,23	34,20	49,00	77 °
Taquarussu	100,00	93,33	21,20	42,70	13 °
Terenos	53,13	57,11	24,40	39,50	56 °
Três Lagoas	100,00	65,41	20,50	39,90	17 °
Vicentina	100,00	74,16	18,00	24,00	2 °

Fonte: SEMAC/MS. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.



Considerando os pesos atribuídos na Tabela 29 e as variáveis com seus respectivos indicadores mostrados nas Tabelas 30 a 32, o estudo definiu quatro grupos de municípios, como mostrados no mapa da Figura 6 a seguir.

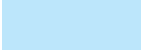
Figura 6 - Mapa de distribuição dos municípios em grupos do IRS - 2009

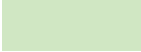


Fonte: SEMAC/MS. Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

Tabela 33 - Municípios classificados no Grupo 1 em 2007

GRUPO 1 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Corumbá	50	59	51
Chapadão do Sul	49	76	90
Água Clara	45	71	57
Douradina	43	47	44
Campo Grande	42	71	87
Três Lagoas	42	67	70
Laguna Carapã	40	82	59

 Alto indicador - Municípios que subiram do Grupo 2 para o Grupo 1

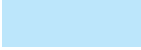
 Médio indicador – Municípios que permaneceram no Grupo 1


 Baixo indicador

Fonte: Elaboração CPPPM/SUPLAN/SEMAC - Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (2009)

Tabela 34 - Municípios classificados no Grupo 2 em 2007

GRUPO 2 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Brasilândia	39	69	66
Rio Brilhante	38	60	59
São Gabriel do Oeste	37	72	68
Maracajú	35	77	74
Aparecida do Taboado	35	73	79
Sonora	34	76	63
Dourados	32	63	65
Ladário	31	73	34
Ribas do Rio Pardo	30	54	31
Nova Andradina	29	60	56
Porto Murtinho	29	54	41
Santa Rita do Pardo	28	89	70
Paranaíba	27	65	68
Itaporã	27	60	69
Naviraí	27	58	74
Bataguassu	26	75	82

 Alto indicador - Municípios que subiram do Grupo 3 para o Grupo 2

 Médio indicador – Municípios que permaneceram no Grupo 2

 Baixo indicador

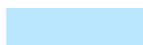
 Municípios que desceram do Grupo 1 para o Grupo 2

Fonte: Elaboração CPPPM/SUPLAN/SEMAC - Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (2009)




Tabela 35 - Municípios classificados no Grupo 3 em 2007

GRUPO 3 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Vicentina	12	70	88
Angélica	14	72	87
Rio Negro	9	37	86
Cassilândia	19	74	86
Deodópolis	12	70	83
Fátima do Sul	19	60	82
Costa Rica	24	74	79
Ivinhema	17	69	79
Taquarussú	12	62	76
Glória de Dourados	16	56	71
Sidrolândia	20	78	69
Nova Alvorada do Sul	22	47	67
Camapuã	17	73	67
Jateí	19	60	64
Caarapó	21	70	64
Batayporã	18	86	64
Jardim	22	68	64
Bela Vista	18	66	63
Ponta Porã	22	62	62

 Alto indicador - Municípios que subiram do Grupo 4 para o Grupo 3

 Médio indicador – Municípios que permaneceram no Grupo 3

 Baixo indicador – Municípios que desceram do Grupo 1 para o Grupo 3

 Municípios que desceram do Grupo 2 para o Grupo 3

Fonte: Elaboração CPPPM/SUPLAN/SEMACE - Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (2009)

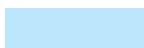
Tabela 36 – Municípios classificados no Grupo 4 em 2007

GRUPO 4 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Corguinho	9	89	55
Jaraguari	12	86	57
Terenos	18	83	47
Bandeirantes	12	83	48
Alcinópolis	18	82	53
Nioaque	17	80	31
Selvéria	25	78	39
Inocência	24	78	56
Rio Verde de Mato Grosso	17	75	38
Aral Moreira	17	75	32
Dois Irmãos do Buriti	7	73	43


Continua...


...Continuação

GRUPO 4 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Anaurilândia	21	72	55
Figueirão	19	71	53
Bonito	20	71	49
Guia Lopes da Laguna	11	70	46
Iguatemi	20	69	41
Mundo Novo	22	69	39
Aquidauana	25	65	38
Rochedo	13	64	55
Novo Horizonte do Sul	5	64	31
Anastácio	19	60	50
Miranda	22	59	45
Coxim	22	55	42
Pedro Gomes	15	55	51
Eldorado	19	55	57
Bodoquena	21	56	61

 Alto indicador - Municípios que subiram do Grupo 5 para o Grupo 4

 Médio indicador – Municípios que permaneceram no Grupo 4


 Baixo indicador – Municípios que desceram do Grupo 2 para o Grupo 4


 Municípios que desceram do Grupo 3 para o Grupo 4

Fonte: Elaboração CPPPM/SUPLAN/SEMACE - Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (2009)

Tabela 37- Municípios classificados no Grupo 5 em 2007

Grupo 5 - 2007	INDICADOR DE RIQUEZA	INDICADOR DE LONGEVIDADE	INDICADOR DE ESCOLARIDADE
Juti	13	54	40
Amambai	18	46	51
Sete Quedas	11	44	54
Tacurú	14	43	19
Caracol	16	43	54
Itaquiraí	16	41	42
Antônio João	5	38	59
Coronel Sapucaia	10	31	39
Paranhos	10	27	27
Japorã	12	25	5

 Municípios que permaneceram no Grupo 5

 Baixo indicador – Municípios que desceram do Grupo 3 para o Grupo 5

 Municípios que desceram do Grupo 4 para o Grupo 5

Fonte: Elaboração CPPPM/SUPLAN/SEMACE - Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (2009)

## Características econômicas

Nesta seção estão selecionadas informações que qualificam e quantificam a atividade econômica do Estado. Assim, são identificados os produtos e a produção dos diversos segmentos da atividade produtiva: agricultura, pecuária, indústria, comércio e turismo. A análise da riqueza produzida por cada setor econômico (primário, secundário ou terciário) também é apresen-

tada com os últimos valores disponíveis para o PIB e para o PIB per capita, inclusive ao nível dos diversos municípios. E apresentada também a amplitude do impacto da implantação de usinas de açúcar e álcool no Estado, permitindo auferir consequências em termos de geração de empregos e de demandas para as políticas públicas nos diversos municípios, onde estas já foram implantadas ou poderão vir a sê-lo.

### Agricultura

Tabela 38 - Ranking dos principais produtos agrícolas em MS, segundo o valor bruto da produção – 2006 (R\$ 1.000,00)

POSIÇÃO	PRODUTOS	VALOR	%
1º	Soja (em grão)	1.462.188	55,14
2º	Cana-de-açúcar	487.690	18,39
3º	Milho (em grão)	370.864	13,98
4º	Algodão herbáceo (em caroço)	91.817	3,46
5º	Arroz (em casca)	67.645	2,55
6º	Mandioca	50.936	1,92
7º	Feijão	32.785	1,24
Subtotal		2.563.925	96,68
Demais Produtos		87.998	3,32
Total		2.651.923	100,00

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Tabela 39 - Área colhida de MS 2003-2007 (hectares)

CULTURAS	2003	2004	2005	2006	2007
Soja em grão	1.411.307	1 796 433	2.025.155	1.903.852	1.718.031
Cana-de-açúcar	120.534	130.970	136.803	152.747	191.577
Sorgo em grão	79.086	91 933	69.037	70.803	70.684
Algodão herbáceo	43.635	55.975	63.718	29.499	46.249
Arroz em casca	49.332	53.866	51.538	42.160	41.948
Trigo	90.443	141 768	95.599	49.492	31.814
Mandioca	22.917	28.821	32.492	29.337	27.356

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

### Pecuária

Tabela 40 - Efetivo dos principais rebanhos 2003 - 2007

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Rebanhos					
Bovino	24.983.821	24.715.372	24.504.098	23.726.290	21.832.001
Bubalino	18.536	18.568	19.051	17.846	18.789
Equino	362.894	366.399	369.529	370.673	357.315
Suíno	813.359	838.026	855.080	912.253	938.804
Aves (1)	24.147.662	24.002.220	24.178.485	23.958.679	24.540.353
Ovino	405.153	417.356	439.782	456.322	464.851
Caprinos	29.872	30.602	31.598	31.903	31.881
Codornas	23.188	32.480	33.095	33.422	115.311

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008..

Tabela 41 - Estabelecimentos agropecuários por grupos de área - 2006

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (em ha)
Total	64.862	30.056.947
Menos de 10 ha	13.396	64.816
De 10 a menos de 100 ha	29.277	873.699
De 100 a menos de 1.000 ha	15.286	5.995.105
De 1.000 ha e mais	6.603	23.123.327
Sem Declaração	300	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Nota: A categoria Total inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área.

### Indústria

Tabela 42 - Estabelecimentos industriais 2002 a 2006

ATIVIDADES	2002	2003	2004	2005	2006
Total	3.248	3.436	2.937	2.813	2.884
Minerais não metálicos	402	433	371	355	351
Metalúrgica	223	231	212	217	215
Mecânica	38	46	44	45	42
Mat. elétr. e de comunicação	18	20	16	15	16
Transportes	21	22	20	23	21
Madeira	308	327	264	237	251
Mobiliário	142	148	121	111	112
Papel e papelão	18	18	15	14	17
Borracha	8	13	10	30	35
Couros, peles e similares	55	53	50	44	41
Indústria química	69	74	84	85	100
Prod. farmac. e veterinár.	11	12	11	10	10
Perfumaria, sabões e velas	30	34	22	22	18
Prod. de matérias plásticas	24	31	30	30	33
Têxtil	28	33	31	34	34
Vest., calç., artef. tecidos	284	329	274	268	271
Produtos alimentícios	697	728	635	604	603
Bebidas, ál. etílico, vinagre	28	32	36	34	31
Editorial e gráfica	316	310	242	219	227
Diversas	528	542	449	416	452

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Tabela 43 - Quantidade de matadouros/frigoríficos em MS - novembro 2008

ESPECIE.	FRIGORÍFICOS	QUANTID.	INSP. E QUANTIDADE	
			FEDERAL	ESTADUAL
Matadouro - Abatedouro	Bovinos	60	36	24
Matadouro	Suínos	14	4	10
Matadouro	Aves	6	6	-
Matadouro	Ovinos	1	1	-

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Tabela 44 - Produção de álcool e açúcar de MS 2000 a 2007

ANOS	ÁLCOOL (M <sup>3</sup> )	AÇÚCAR (T)
2000	329.639	232.50
2001	400.809	344.093
2002	374.731	392.693
2003	480.571	414.041
2004	533.600	422.386
2005	495.591	402.009
2006	640.843	575.536
2007	876.744	616.170

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Quadro 4 - Unidades produtoras de álcool e açúcar em MS - setembro 2008

ORDEM	NOME FANTASIA	CIDADE	SAFRA 07/08
1	Álcoolvale	Aparecida do Taboado	Mista
2	Angélica	Angélica	Mista
3	Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool	Sidrolândia	Mista
4	Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool	Brasilândia	Álcool
5	Centro-Oeste Iguatemi Ltda.	Iguatemi	Álcool
6	Eldorado	Rio Brilhante	Mista
7	LDC – Unidade Passa Tempo	Rio Brilhante	Mista
8	LDC – Unidade Rio Brilhante	Rio Brilhante	Mista
9	LDC – Unidade Maracaju	Maracaju	Mista
10	Safi	Nova Alvorada do Sul	Álcool

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Tabela 45 - Empregos em usinas de cana-de-açúcar em operação no Estado de Mato Grosso do Sul

ORDEM	MUNICÍPIO	EMPREGO
1	Aparecida do Taboado	1.200
2	Angélica	1.200
3	Batayporã	1.020
4	Brasilândia	2.000
5	Chapadão do Sul	1.010
6	Caarapó	1.500
11	Dourados	1.122
7	Iguatemi	1.200
14	Maracaju	1.500
8	Maracaju	4.500
9	Naviraí	6.000
10	Nova Alvorada do Sul	483
16	Nova Alvorada do Sul	1.320
12	Nova Andradina	1.600
19	Ponta Porã	2.040
13	Rio Brilhante	892

Continua...

...Continuação

ORDEM	MUNICÍPIO	EMPREGO
17	Rio Brilhante	1.695
18	Sidrolândia	5.000
20	Sonora	3.000
21	Vicentina	1.550
15	Rio Brilhante	2.500

Fonte: SEPROTUR/MS, 2009.

Tabela 46 – Empregos em usinas de cana-de-açúcar em implantação no Estado de Mato Grosso do Sul

ORDEM	MUNICÍPIO	EMPREGO
1	Anaurilândia	1.965
2	Bataguassu	1.016
3	Campo Grande	1.365
4	Chapadão do Sul	2.280
5	Costa Rica	1.897
6	Dourados	2.260
7	Eldorado	1.340
8	Ivinhema	1.500
9	Ivinhema	1.500
10	Jaraguari	1.860
11	Jateí	1.500
12	Maracaju	1.122
13	Naviraí	1.600
14	Nova Alvorada do Sul	1.440
15	Nova Andradina	2.045
16	Nova Andradina	1.113
17	Paranaíba	900
18	Paranaíba	1.897
19	Sidrolândia	1.050
20	Sidrolândia	2.300
21	Sidrolândia	2.160

Fonte: SEPROTUR/MS, 2009.

Comércio

Tabela 47 - Estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas de MS - 2003 a 2007

ESPECIFIC.	2003	2004	2005	2006	2007
Atacadistas	2.194	1.871	1.719	1.722	1.668
Varejistas	25.418	22.730	21.315	21.841	21.344

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Tabela 48 - Comercialização interna e externa de carne sob inspeção federal 2003 a 2007 (em kg)

ANO	COMERCIALIZAÇÃO INTERNA		COMERCIALIZAÇÃO EXTERNA	
	CARNE BOVINA (1)	CORTES BOVINOS	CARNE BOVINA (1)	CORTES BOVINOS
2003	153.948.496	66.948	691.413.774	6.075.661
2004	125.190.074	431.406	511.900.534	21.403.765
2005	131.405.562	260.628	549.095.284	15.535.593
2006	120.098.949	245.140	589.706.621	47.467.458
2007	126.673.390	178.057	553.539.239	47.694.050

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Turismo

Tabela 49 - Indicadores turísticos de MS 2004 a 2007

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO			
	2004	2005	2006	2007
Fluxo de Passageiros.	9.052.839	9.682.503	10.466.238	10.086.953
. Intermunicipal	5.210.644	5.725.193	6.484.469	6.017.094
. Interestadual	3.842.195	3.957.310	3.981.769	4.069.859
Chegadas/saídas estrangeiros	50.938	56.991	66.307	89.520
Entrada meios hospedagem	776.725	735.951	830.287	992.496
Permanência média/dia	2	2,85	2,92	2,81
Pernoites geradas	1.553.450	2.101.861	2.424.438	2.440.366

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Quadro 5 - Regiões turísticas de Mato Grosso do Sul - 2008

REGIÕES	ATIVIDADES	MUNICÍPIOS	DESTAQUES
Campo Grande e região	Turismo cultural, negócios, ecoturismo, agrotecnológico, rural, místico, eventos	Capital, Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari e Sidrolândia	Campo Grande destaca-se por sua área verde, avenidas largas, rede hoteleira variada, boa infraestrutura de comércio e de serviços.

Continua...

...Continuação

REGIÕES	ATIVIDADES	MUNICÍPIOS	DESTAQUES
Rota Norte	Turismo, histórico cultural, agrotecnológico, ecoturismo, rural	Alcinópolis, Camapuã, Bandeirantes, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Coxim, Figueirão, Pedro Gomes, Rio Verde, São Gabriel e Sonora	Esculturas, sítios arqueológicos, grutas, serras, morros cânions, cupins luminosos e a Rota das Monções.
Costa Leste e Região	Esporte náutico, tecnológico, negócios, eventos, lazer, ecoturismo, histórico	Água Clara, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Inocência, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas	Pleno desenvolvimento sustentável, oportunidades de negócios e eventos e modelo a ser estudando e conhecido por outras regiões do País e do mundo.
Bonito – Serra da Bodoquena	Ecoturismo, esporte, lazer, contemplação, aventura, negócios, eventos	Bela Vista, Bodoquena, Caracol, Guia Lopes, Nioaque, Jardim e Bonito	A região é contemplada com inúmeros rios de águas Cristalinas, aquírios naturais, grutas com lagos magníficos, crateras repletas de vida selvagem.
Caminhos da Fronteira	Turismo ecológico, rural, agrotecnológico, eventos, histórico-cultural, compras	Amambai, Aral Moreira, Caarapó, Coronel Sapucaia, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Iguatemi, Itaporã, Itaquirai, Japorã, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Nova Alvorada, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru, Vicentina	Lindas paisagens desenhadas por florestas, serras e cerrados. Tem clima privilegiado e é uma das mais ricas do País em recursos hidrominerais. Passeios entre rios que formam praias de água doce, cachoeiras e quedas d'água.
Pantanal	Turismo rural, pesca esportiva, ecoturismo, observação de pássaros, científico, histórico-cultural, compras	Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho	Um dos mais belos cenários naturais do Brasil, com grande biodiversidade. Concentração de vida selvagem.

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.



Finanças Públicas

Tabela 50 - Arrecadação de ICMS, por atividades econômica (R\$ 1,00)

ATIVIDADES	2003	2004
Total	1.697.386.438	2.028.908.805
Comércio	1.009.819.104	1.198.028.913
Indústria	46.907.781	74.307.618
Pecuária	164.157.134	213.256.930
Agricultura	138.706.722	170.084.935
Serviços	273.089.376	299.780.508
Eventuais	64.706.321	73.449.901

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Tabela 51 - Arrecadação de ICMS, por atividade econômica 2005 a 2007 (R\$ 1,00)

ATIVIDADES	2005	2006	2007
Total	2.460.106.491	2.908.556.851	3.406.283.266
Comércio	1.461.421.708	1.801.927.845	2.026.910.058
Indústria	98.367.838	122.150.292	156.450.901
Pecuária	241.654.297	238.414.955	294.779.776
Agricultura	196.720.555	199.970.644	296.442.584
Serviços	391.485.104	500.933.937	579.612.149
Eventuais	70.456.989	45.159.178	52.087.798

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

Produto Interno Bruto

Tabela 52 - Produto Interno Bruto de MS – Valores correntes e PIB per capita - 2002 a 2006

ANOS	VALORES (R\$ MILHÃO)	PIB PER CAPITA	
		REAIS (R\$ 1,00)	DÓLAR (US\$ 1,00)
2002	15.153,54	7.004,24	2.398,52
2003	19.273,68	8.772,33	2.856,76
2004	21.105,17	9.461,22	3.234,69
2005	21.650,85	9.561,12	3.929,30
2006	24.355,40	10.598,61	4.861,75

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Tabela 53 - Participação dos setores na composição do PIB Brasil e MS - 2002 a 2006

ANOS	SETORES DE ATIVIDADES - EM (%)					
	SETOR PRIMÁRIO		SETOR SECUNDÁRIO		SETOR TERCIÁRIO	
	BRASIL	MS	BRASIL	MS	BRASIL	MS
2002	6,62	22,31	27,05	16,71	66,33	60,99
2003	7,39	24,72	27,85	15,70	64,77	59,58
2004	6,91	20,93	30,11	19,21	62,97	59,86
2005	5,71	15,45	29,27	17,24	65,02	67,31
2006	5,47	14,52	28,78	18,51	65,75	66,97

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Tabela 54 - Valor adicionado bruto do PIB municipal por setor de atividade a preços correntes - 2006

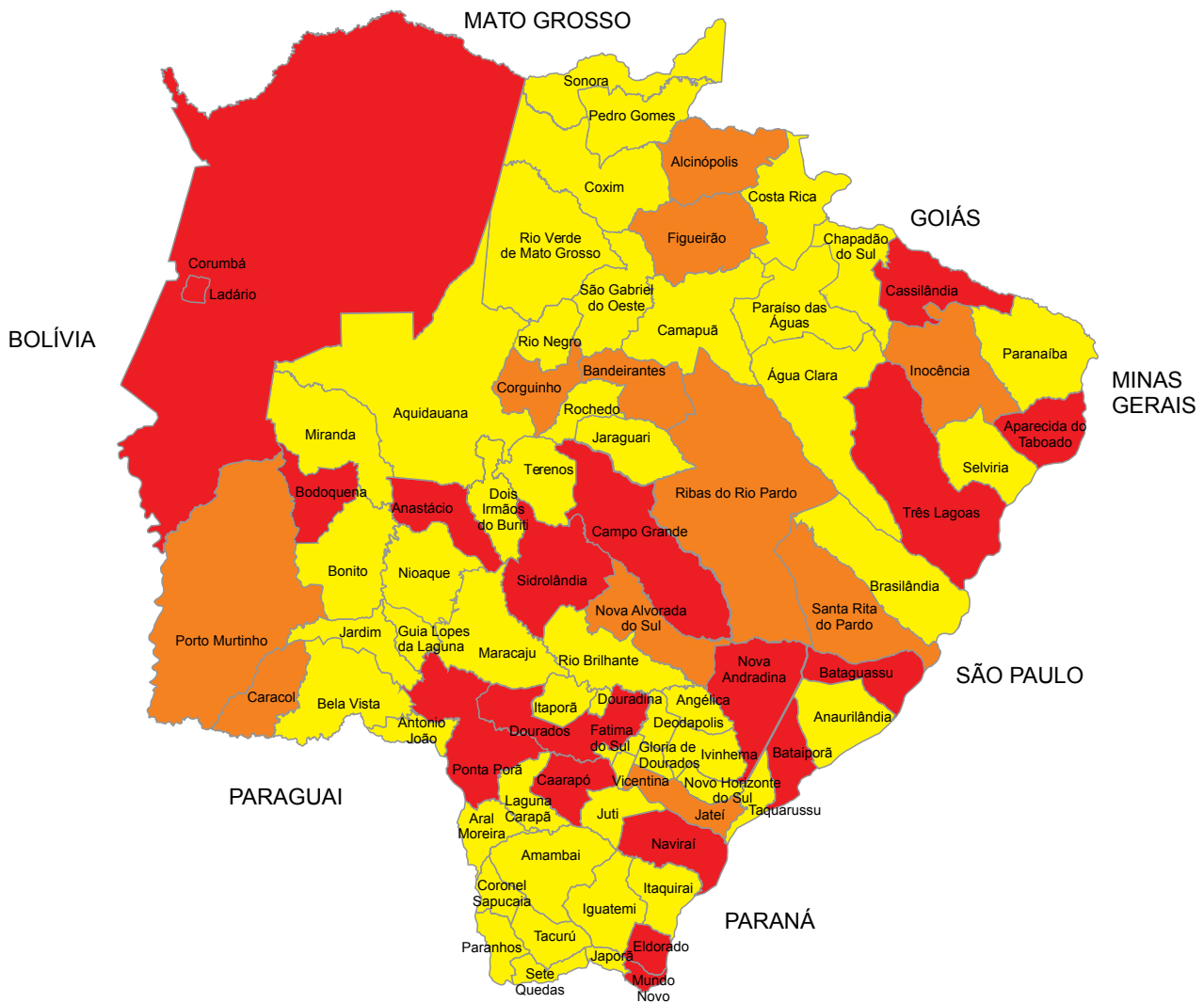
MUNI- CÍPIOS	AGROPE- CUÁRIA	INDÚS- TRIA	COM. E SERV.	TOTAL	MUNI- CÍPIOS	AGROPE- CUÁRIA	INDÚS- TRIA	COM. E SERV.	TOTAL
Água Clara	43,11	10,66	46,23	100,00	Ivinhema	22,78	10,73	66,48	100,00
Alcinópolis	63,41	2,81	33,78	100,00	Japorã	17,54	10,22	72,24	100,00
Amambai	16,99	16,31	66,70	100,00	Jaraguari	44,85	6,79	48,36	100,00
Anastácio	16,90	29,21	53,89	100,00	Jardim	12,68	10,41	76,91	100,00
Anaurilândia	42,13	6,70	51,17	100,00	Jateí	51,08	4,42	44,50	100,00
Angélica	39,09	6,37	54,54	100,00	Juti	44,30	6,29	49,40	100,00
Antonio João	30,07	7,70	62,23	100,00	Ladário	4,63	17,69	77,68	100,00
Aparecida do Taboado	25,73	28,09	46,18	100,00	Laguna				
Aquidauana	21,87	11,59	66,53	100,00	Carapã	38,24	7,32	54,44	100,00
Aral Moreira	26,18	5,20	68,62	100,00	Maracaju	26,26	12,05	61,70	100,00
Bandeirantes	50,43	4,54	45,03	100,00	Miranda	25,26	10,51	64,23	100,00
Bataguassu	8,24	45,29	46,47	100,00	Mundo Novo	6,48	20,73	72,79	100,00
Bataiporã	21,48	28,63	49,89	100,00	Naviraí	12,96	32,79	54,25	100,00
Bela Vista	27,56	12,25	60,18	100,00	Nioaque	32,11	13,14	54,75	100,00
Bodoquena	20,78	31,78	47,44	100,00	N. Alvorada do Sul	43,31	14,30	42,39	100,00
Bonito	29,94	8,26	61,81	100,00	Nova Andradina	14,93	36,10	48,97	100,00
Brasilândia	38,88	19,67	41,45	100,00	N. Horizonte do Sul	36,33	8,80	54,86	100,00
Caarapó	16,57	21,48	61,95	100,00	Paranaíba	19,68	12,17	68,15	100,00
Camapuã	40,39	5,25	54,35	100,00	Paranhos	24,15	8,45	67,40	100,00
Campo Grande	1,15	19,04	79,82	100,00	Pedro Gomes	37,76	5,62	56,62	100,00
Caracol	50,39	4,85	44,76	100,00	Ponta Porã	12,00	15,63	72,38	100,00
Cassilândia	16,02	23,70	60,27	100,00	Porto Murtinho	47,49	5,11	47,40	100,00
Chapadão do Sul	18,67	5,84	75,49	100,00	Ribas do Rio Pardo	39,07	25,98	34,95	100,00
Corguinho	53,58	3,81	42,61	100,00	Rio Brilhante	31,04	15,55	53,41	100,00
Coronel Sapucaia	15,60	12,77	71,63	100,00	Rio Negro	37,80	7,82	54,38	100,00
Corumbá	10,92	13,43	75,65	100,00	Rio Verde de Mato Grosso	37,53	7,91	54,56	100,00
Costa Rica	31,47	15,99	52,53	100,00	Rochedo	44,08	7,13	48,79	100,00
Coxim	19,91	10,42	69,67	100,00	Sta Rita do Pardo	62,52	3,22	34,26	100,00
Deodápolis	22,73	13,45	63,82	100,00	S.Gabriel do Oeste	20,85	13,52	65,62	100,00
Dois Irmãos do Buriti	40,95	5,99	53,06	100,00	Selvíria	40,15	13,11	46,73	100,00
Douradina	15,92	8,66	75,42	100,00	Sete Quedas	19,59	7,51	72,90	100,00
Dourados	3,83	19,64	76,53	100,00	Sidrolândia	21,43	26,98	51,59	100,00
Eldorado	15,99	16,80	67,20	100,00	Sonora	32,60	15,93	51,47	100,00
Fátima do Sul	6,28	17,28	76,44	100,00	Tacuru	32,78	8,27	58,95	100,00
Figueirão	59,32	3,79	36,90	100,00	Taquarussu	37,75	5,93	56,32	100,00
Glória de Dourados	35,42	7,88	56,69	100,00	Terenos	36,79	18,91	44,31	100,00
Guia Lopes da Laguna	21,31	17,10	61,59	100,00	Três Lagoas	8,40	37,04	54,55	100,00
Iguatemi	31,02	8,69	60,29	100,00	Vicentina	22,10	10,81	67,08	100,00
Inocência	53,01	4,91	42,08	100,00	TOTAL (MÉDIA NO ESTADO)	14,52	18,51	66,97	100,00
Itaporã	19,00	12,86	68,14	100,00					
Itaquiraí	42,89	7,13	49,99	100,00					

Fonte: SEMAC/MS. PIB municipal/MS - Produto Interno Bruto. Campo Grande, 2006.

Figura 7 - Perfil por atividade econômica segundo valor adicionado do PIB nos municípios – 2006

MATO GROSSO DO SUL

Perfil por atividade econômica segundo valor adicionado do PIB no município



LEGENDA

- Agro. Serv. Ind.
- Serv. Agro. Ind.
- Serv. Ind. Agro.

Fonte: SEMAC/MS. PIB municipal/MS - Produto Interno Bruto. Campo Grande, 2006.

Fonte: SEMAC/MS. PIB municipal/MS - Produto Interno Bruto. Campo Grande, 2006.

## Características de infraestrutura e habitação

Nesta seção estão apresentadas informações sobre habitação e saneamento, ou seja, aquelas de interesse mais direto para a elaboração do PHE-MS.

Os dados sobre habitação apresentam os quan-

tativos do Estado e a sua caracterização quanto à qualidade da habitação, natureza da sua situação legal.

As informações sobre saneamento identificam a amplitude das redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Foram registradas também informações sobre os investimentos realizados nos últimos anos no setor de saneamento.

### Habitação

Tabela 55 - Domicílios particulares permanentes por tipo, segundo a condição de ocupação e o material das paredes e das coberturas - 2007

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E MATERIAL DAS PAREDES E DA COBERTURA	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			
	TOTAL	TIPO DE DOMICÍLIO		
		CASA	APARTAMENTO	CÔMODO
Total	725.672	699.563	21.074	5.035
Cedido	89.968	88.710	629	629
Parede				
Durável	89.654	88.396	629	629
Não durável	314	314	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Cobertura				
Durável	89.968	88.710	629	629
Não durável	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Outra	3.148	3.148	-	-
Parede				
Durável	2.519	2.519	-	-
Não durável	629	629	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Cobertura				
Durável	3.148	3.148	-	-
Não durável	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Próprio	488.177	475.906	11.326	945
Parede				
Durável	485.346	473.075	11.326	945
Não durável	2.831	2.831	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Cobertura				
Durável	487.863	475.592	11.326	945
Não durável	314	314	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Alugado	144.379	131.799	9.119	3.461
Parede				
Durável	144.379	131.799	9.119	3.461
Não durável	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Cobertura				
Durável	144.379	131.799	9.119	3.461
Não durável	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: SEMAC/MS. Dados estatísticos de MS. Campo Grande, 2008.

Saneamento

Tabela 56 - Cobertura de esgotamento sanitário, redes de abastecimento de água e de coleta de lixo em MS - 2007

SERVIÇO	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO	POPULAÇÃO SERVIDA	POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
Esgotamento sanitário	29,09	674.397	2.318.319
Abastecimento de água	82,20	1.905.620	2.318.319
Coleta de lixo	88,45	2.050.629	2.318.319

Fonte: Ministério da Saúde. DATASUS.- RIPSA

Elaboração: Controle Consultoria

Tabela 57 - Evolução dos serviços de abastecimento de água

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ligações de água	548.871	571.238	588.686	612.515	636.174	651.971
Rede de distribuição (km)	8.247	8.605	8.758	8.969	9.169	9289
População MS (mil)	2.170	2.231	2.264	2.298	2.265	2336
População atendida (mil)	2.031	2.114	2.178	2.266	2.206	2353
Índice de abastecimento	93,6%	94,7%	96,2%	98,61%	97,40%	100%

Elaboração CONTROLE , a partir de informações da SANESUL , Empresas de Saneamento Municipais e Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2009.

Nota: A população atendida foi estimada pela SEMAC/MS considerando a razão de 3,6 pessoas por ligação de água.

Tabela 58 - Evolução dos serviços de esgotamento sanitário

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ligações de esgoto	35.181	68.558	74.428	93.355	104.392	128.259
Rede de distrib. (km)	1.299	1.281	1511	1.720	1.892	2.427
População MS (mil)	2.170	2.231	2.264	2.298	2.265	2.336
População atendida	254.101	269.889	297.364	345.339	386.250	461.732
Índice de abastecimento.	11,7%	12%	13%	15%	17,1	19,8%

Elaboração CONTROLE , a partir de informações da SANESUL , Empresas de Saneamento Municipais e Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2009

Nota: A população atendida foi estimada pela SEMAC/MS considerando a razão de 3,6 pessoas por ligação de esgoto.

Tabela 59 - Cobertura e investimentos em água e esgoto em Mato Grosso do Sul - 2008 S/I: sem informações

LOCALIDADES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	COBERTURA (%)		INVESTIMENTOS (R\$)	
		ÁGUA	ESGOTO	REALIZADOS 2008	PREVISTOS 2010
Água Clara	SANESUL	80,45	-	69.598,58	780.000,00
Alcinópolis	SANESUL	100,00	-	61.000,00	390.000,00
Amambai	SANESUL	100,00	23,98	148.465,52	3.271.531,30
Anastácio	SANESUL	100,00	5,44	674.910,87	1.560.000,00
Anaurilândia	SANESUL	100,00	-	16.176,80	390.000,00
Angélica	SANESUL	100,00	-	170.111,41	780.000,00
Antônio João	SANESUL	100,00	1,00	0,00	2.516.276,08
Aparecida do Taboado	SANESUL	100,00	12,41	54.225,20	1.560.000,00
Aquidauana	SANESUL	100,00	11,68	681.331,98	2.782.093,93
Aral Moreira	SANESUL	100,00	-	59.000,00	390.000,00
Bandeirantes	SAAE	99,00	-	40.881,05	101.350,31
Bataguassu	SANESUL	100,00	-	58.000,00	1.455.000,00

...Continuação

LOCALIDADES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	COBERTURA (%)		INVESTIMENTOS (R\$)	
		ÁGUA	ESGOTO	REALIZADOS 2008	PREVISTOS 2010
Batayporã	SANESUL	100,00	-	246.980,68	780.000,00
Bela Vista	SAAE	98,00	19,00	46.164,05	205.500,00
Bodoquena	SANESUL	100,00	21,08	277.768,21	1.073.804,25
Bonito	SANESUL	93,05	76,23	221.714,54	1.014.000,00
Brasilândia	SANESUL	78,48	-	59.000,00	780.000,00
Caarapó	SANESUL	100,00	9,02	41.488,63	1.083.752,52
Camapuã	SANESUL	100,00	56,95	272.063,94	936.000,00
Campo Grande	Águas Guariroba	99,00	58,27	106.492.193,89	55.277.573
Caracol	SANESUL	100,00	-	71.145,76	234.000,00
Cassilândia	SAAE	S/I	S/I	S/I	S/I
Chapadão do Sul	SANESUL	100,00	-	61.000,00	1.014.000,00
Corguinho	Águas Guariroba	S/I	S/I	S/I	S/I
Coronel Sapucaia	SANESUL	93,92	14,72	122.500,00	2.342.648,47
Corumbá	SANESUL	88,45	-	1.327.817,19	15.117.926,49
Costa Rica	SAAE	S/I	S/I	S/I	S/I
Coxim	SANESUL	96,96	2,25	129.018,92	2.376.333,33
Deodópolis	SANESUL	85,63	-	188.298,69	605.787,87
Dois Irmãos do Buriti	SANESUL	100,00	-	57.706,76	312.000,00
Douradina	SANESUL	100,00	-	27.495,00	717.892,25
Dourados	SANESUL	99,86	24,78	7.479.808,49	10.498.727,20
Eldorado	SANESUL	100,00	-	114.324,50	624.000,00
Fátima do Sul	SANESUL	100,00	8,08	58.027,19	1.161.752,52
Figueirão	SANESUL	100,00	-	27.450,00	590.069,02
Glória de Dourados	DMAE	100,00	-	400.000,00	1.600.000,00
Guia Lopes	SANESUL	84,63	-	60.500,00	546.000,00
Iguatemi	SANESUL	100,00	-	65.000,00	2.268.648,47
Inocência	SANESUL	100,00	-	58.081,83	390.000,00
Itaquiraí	SANESUL	100,00	-	61.000,00	704.333,33
Ivinhema	SANESUL	100,00	-	18.352,15	992.000,00
Japorã	SANESUL	100,00	-	49.719,30	512.069,02
Jaraguari	SAAE	S/I	S/I	S/I	S/I
Jardim	SANESUL	88,04	5,78	32.886,12	1.635.333,33
Jateí	SANESUL	100,00	47,52	262.549,19	979.927,60
Juti	SANESUL	100,00	17,84	61.000,00	746.069,02
Ladário	SANESUL	100,00	-	294.871,61	2.797.771,03
Laguna Caarapã	SANESUL	100,00	-	32.000,00	347.255,22
Maracaju	SANESUL	100,00	10,98	726.945,23	1.638.000,00
Miranda	SANESUL	100,00	19,38	40.543,77	1.014.000,00
Mundo Novo	SANESUL	100,00	-	59.000,00	858.000,00
Naviraí	SANESUL	100,00	13,57	60.000,00	3.205.000,00
Nioaque	SANESUL	100,00	19,57	418.237,23	468.000,00
Nova Alvorada do Sul	SANESUL	69,44	-	85.750,60	860.333,33
Nova Andradina	SANESUL	100,00	5,40	808.895,95	2.496.000,00
Novo Horizonte do Sul	SANESUL	100,00	-	35.770,00	329.000,00
Paranaíba	SANESUL	100,00	27,00	1.036.741,77	2.433.760,60
Paranhos	SANESUL	100,00	-	44.000,00	1.779.020,86
Pedro Gomes	SANESUL	100,00	6,89	59.106,57	626.333,33
Ponta Porã	SANESUL	99,77	4,56	3.661.263,73	14.903.451,50

Continua...

...Continuação

LOCALIDADES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	COBERTURA (%)		INVESTIMENTOS (R\$)	
		ÁGUA	ESGOTO	REALIZADOS	PREVISTOS
				2008	2010
Porto Murtinho	SANESUL	56,74	37,93	80.393,79	2.013.020,86
Ribas do Rio Pardo	SANESUL	100,00	8,93	78.454,35	2.585.462,28
Rio Brilhante	SANESUL	100,00	2,46	423.576,63	1.425.646,46
Rio Negro	SANESUL	100,00	-	60.696,00	312.000,00
Rio Verde de					
Mato Grosso	SANESUL	100,00	1,07	12.087,96	1.423.333,33
Porto Murtinho	SANESUL	56,74	37,93	80.393,79	2.013.020,86
Rochedo	SAAE	S/I	S/I	S/I	S/I
Santa Rita do Pardo	SANESUL	100,00	-	0,00	312.000,00
São Gabriel do Oeste	SAAE	S/I	S/I	S/I	S/I
Selvíria	SANESUL	100,00	-	3.031,80	312.000,00
Sete Quedas	SANESUL	56,14	-	83.000,00	704.333,33
Sidrolândia	SANESUL	100,00	-	61.000,00	1.382.000,00
Sonora	SANESUL	100,00	-	29.102,23	780.000,00
Tacuru	SANESUL	100,00	0,07	61.000,00	746.069,02
Taquarussú	SANESUL	100,00	-	25.221,26	234.000,00
Terenos	SANESUL	100,00	-	188.378,54	468.000,00
Três Lagoas	SANESUL	100,00	24,11	11.437.074,71	34.012.136,32
Vicentina	SANESUL	100,00	-	61.000,00	2.389.823,23
				<b>33.458.287,40</b>	<b>149.755.883,26</b>

Fonte: SEMAC/MS. Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

## Planos de Desenvolvimento implementados no Estado de Mato Grosso do Sul

Neste capítulo estão sintetizadas a principais informações sobre os Planos de Desenvolvimento, que estão sendo elaborados ou implantados no Estado. Também foram considerados documentos afins, que possam dar informações sobre outras ações concretas planejadas para o Estado.

Entre os principais documentos, foram focados, analisados e sintetizados especialmente aqueles com maiores correlações com a questão habitacional, como:

- Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul - PDR 2010-2030;
- Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em Mato Grosso do Sul;
- Ações do Governo do Estado nos Territórios da Cidadania;
- Plano Plurianual 2008/2011.

Complementarmente, foram analisados outros documentos e estudos com relação mais indireta com a questão habitacional como:

- Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul;
- Programa: Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro;

- Plano de Desenvolvimento do Turismo em Mato Grosso do Sul;
- Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas.

### Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul - PDR 2010-2030

- O que é

O Plano de Desenvolvimento Regional é um documento técnico com uma agenda de ações desdobradas em programas, projetos e atividades distribuídas regionalmente. As ações territorializadas devem ser definidas a partir de estudos baseados nas particularidades e especificidades de cada uma das regiões do Estado e refletir diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, com prazos para execução, metas físicas e financeiras claramente definidas.

O Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul, PDR-MS - 2003, elaborado pelo Estado, trás como marca, a preocupação com a questão ambiental, tratada como condicionante para o desenvolvimento e não como consequência, a proposta de

um monitoramento e avaliação dos resultados alcançados antes, durante e depois da sua implementação.

A perspectiva de priorização das ações leva em conta as regiões em situação de extrema precariedade, definidas pelas Mesorregiões Diferenciadas Vul-

neráveis, surgidas a partir da combinação de resultados entre o IRS/MS – Índice de Responsabilidade Social e o ID/MS – Índice de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se ainda as áreas de relevante interesse público.

Quadro 6 - Visão de futuro

Até 2030 o Estado de Mato Grosso do Sul consolidará a gestão pública por resultados, utilizando o monitoramento e avaliação das ações governamentais por meio de indicadores físicos e financeiros regionalizados, reduzindo as desigualdades no nível de vida entre as regiões do Estado, consolidando a sua inserção nos mercados nacional e internacional, a integração fronteiriça e o aumento da riqueza, com responsabilidade social e ambiental.

DIRETRIZES			
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL
ESTRATÉGIAS			
Promover a educação ambiental; a preservação, a conservação e a recuperação da capacidade de suporte dos recursos naturais; reorientar o desenvolvimento do Estado em bases ambientalmente sustentáveis utilizando indicadores ambientais e o ZEE/MS.	Desenvolver parcerias que possibilitem a implantação da agenda do trabalho decente; reduzir a pobreza e as desigualdades sociais nas regiões; gerar empregos; fortalecer a identidade cultural do Estado.	Ampliar e modernizar os modais de transportes; infraestrutura de energia; diversificar a base econômica; agregar valor aos produtos primários; aumentar o parque industrial; adensar as cadeias produtivas e consolidar os APLs.	Garantir a implantação de um modelo inovador de gestão, orientado por competências e para resultados, monitorando, avaliando e comunicando os benefícios relevantes à sociedade, com vistas à efetivação das ações do Poder Executivo Estadual.
METAS ESTRATÉGICAS A ALCANÇAR ATÉ 2030			
Promover saneamento ambiental em 100% das regiões de MS.	Reduzir as disparidades entre os Índices de Riqueza nas regiões de planejamento em 2 pontos em cada revisão do IRS-MS.	Estar entre os 5 estados mais competitivos.	Implantar o modelo inovador de gestão em todos os órgãos do Poder Executivo Estadual.
Recuperar, adequar e preservar 100% das APPs, 75% das áreas degradadas existentes no Estado.	Elevar o Índice de Escolaridade em no mínimo 2 pontos a cada revisão do IRS-MS.	Aumentar em 10% a participação do setor industrial no PIB do Estado.	Alcançar o mínimo de 75% de confiança no Estado pela sociedade até 2030.
Efetivar o monitoramento e avaliação de impactos ambientais periodicamente.	Reduzir os índices de criminalidade e de violência nas Regiões de Planejamento do Estado.	Adequar, modernizar e integrar os modais de transporte do Estado.	Alcançar patamar entre 75 a 100 % de prestação de serviços públicos adequados.
Promover a conscientização ambiental da sociedade sul-mato-grossense.	Elevar o Índice de Longevidade em 1 ponto a cada revisão do IRS/MS até 2030.	Recuperar, manter e criar novas ligações intermunicipais.	Efetivar os instrumentos de transparências das ações governamentais.
INDICADORES DE MONITORAMENTO POR REGIÃO			
Percentual de saneamento Ambiental.	Índice de riqueza do IRS-MS.	Índice de competitividade.	Grau de adesão institucional.
Taxa de recuperação, adequação das áreas degradadas e preservação das APPs.	Índice de Escolaridade do IRS-MS.	Percentual de participação no PIB.	Taxa de avaliação de confiança pela sociedade.
Índice Ambiental de Desenvolvimento - IAD/MS.	Taxa de criminalidade e de violência.	Taxa de adequação, modernização e recuperação das estruturas logísticas.	Índice de satisfação dos usuários de serviços públicos.
Taxa de crimes ambientais. Índice de Longevidade do IRS - MS.	Índice de Longevidade do IRS - MS.	Percentual Km adequados, modernizados e recuperados.	Percentual dos Programas no PPAs com 100% das metas físicas, financeiras e com indicadores regionalizados.

Elaboração SEMAC/SUPLAN/CPPPM

## Objetivo

Orientar as ações governamentais e da iniciativa privada na condução do Estado rumo ao desenvolvimento, por meio do crescimento econômico e o desenvolvimento equânime de suas regiões, com maior distribuição de renda e de oportunidades a todos os seus habitantes, contribuindo para o desenvolvimento do País.

- Informações de interesse do PHE-MS.

Até 2030 o Estado de Mato Grosso do Sul con-

solidará a gestão pública por resultados, utilizando o monitoramento e avaliação das ações governamentais por meio de indicadores físicos e financeiros regionalizados, reduzindo as desigualdades no nível de vida entre as regiões do Estado, consolidando a sua inserção nos mercados nacional e internacional, a integração fronteiriça e o aumento da riqueza, com responsabilidade social e ambiental.



a) Orientações Estratégicas para a Política Habitacional:

- Direito à moradia. Isto significa que todos têm o direito humano a uma moradia, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988;

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

- Função social da propriedade urbana, de forma a combater a retenção especulativa da terra urbanizada;

- Apoiar os municípios para implementar instrumentos de reforma urbana e possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo;

- Gestão democrática em todas as esferas de governo com participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento da política habitacional, garantindo a descentralização, o controle social e a transparência nas decisões e procedimentos;

- Compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

- Planejamento do desenvolvimento da rede de cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano;

- Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política que extrapole um só governo;

b) Ações estruturantes, emergenciais e estratégicas para manter o Estado de Mato Grosso do Sul rumo ao desenvolvimento sustentável:

- Reduzir as disparidades regionais.

- Promover a sustentabilidade ambiental.

- Garantir os serviços públicos essenciais.

- Integrar e difundir a ciência, tecnologia e inovação - C, T & I nas Regiões.

- Promover a inclusão social.

- Ampliar programas de qualificação de recursos humanos.

- Apoiar a diversificação da matriz sócio-econômica do Estado de MS.

- Consolidar os serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.

- Promover a cidadania com moradia digna.

- Implantar, diversificar e fortalecer estrutura p/ aproveitamento do potencial turístico do Estado.

- Priorizar a energia alternativa limpa.

- Fortalecer a construção de redes de informação.

- Ampliar e modernizar a infraestrutura e a logística.

- Garantir a Defesa Sanitária vegetal e animal.

- Fortalecer os municípios da faixa de fronteira.

b) Ação estruturante promover a cidadania com moradia digna.

- Objetivo Geral:

Ações para que a população tenha acesso à moradia digna.

- Objetivos Específicos:

- Coordenar e implantar programas de modernização urbana em conjunto com as prefeituras dos 78 municípios de MS;

- Construir habitações para famílias oriundas de co-habitações cedidas ou alugadas, consideradas como ônus excessivo para a renda familiar ou por demanda gerada por instalação de grande porte;

- Construir habitações para famílias que habitem em áreas de risco, de invasão ou de preservação ambiental;

- Construir habitações para atender a públicos específicos, tais como aldeias indígenas, assentamentos rurais, quilombolas e outros;

- Meta estratégica:

#### AÇÃO

Promover a cidadania com moradia digna.

#### DESCRIÇÃO

Ampliar o atendimento habitacional por meio de programas que beneficiem as populações de menor renda e grupos mais vulneráveis.

#### META

Atender as necessidades habitacionais de todos os 78 municípios de Mato Grosso do Sul.

- Justificativa

Devido ao déficit habitacional e à população sujeita a áreas de risco, de invasão ou de preservação ambiental, existente no Estado de Mato Grosso do Sul e ao direito dos cidadãos de acesso a uma moradia digna

- Resultados Esperados: serão desenvolvidos programas e projetos com a finalidade de atender às necessidades habitacionais de todas as famílias de baixa renda residentes no Estado.

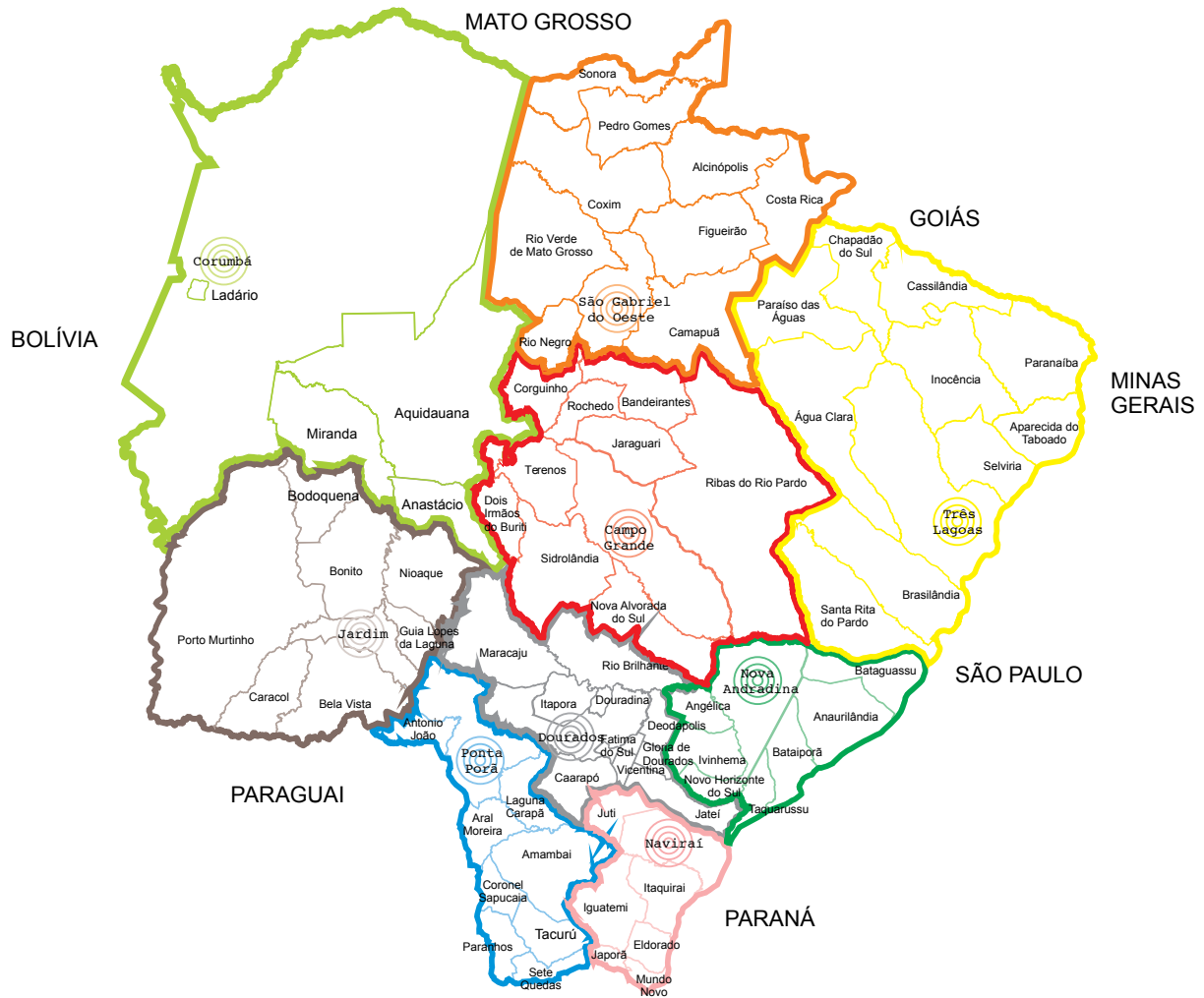
- Beneficiados diretamente: população de baixa renda, aldeias indígenas, quilombolas e assentamentos rurais.

d) Regionalização: o objetivo da regionalização é o de estabelecer referência para priorização das ações de governo e outras convergentes, para integrar as mesorregiões e reduzir as precariedades das localidades.

e) Situação de vulnerabilidade das mesorregiões e municípios


Utilizando-se o critério de cruzamento do Índice de Desenvolvimento (ID/2005) com o Índice de Responsabilidade Social (IRS-MS/2005), foram defi-

Figura 8 - Regiões de Planejamento de Mato Grosso do Sul



LEGENDA

Regiões	Total de Municípios
1-R egião do Pantanal	5
2- Região Sudoeste	8
3-R egião Sul-fronteira	9
4-R egião da Grande Dourados	11
5-R egião Leste	8
6-R egião do Bolsão	11
7-R egião de Campo Grande	10
8-R egião Norte	10
9-R egião do Cone-Sul	7

 "Cidade Polo" da Região

Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM

nidas mesorregiões diferenciadas vulneráveis e dentro delas os municípios de maior vulnerabilidade.

**EXTREMAMENTE PRECÁRIA**

- Aral Moreira • Coronel Sapucaia • Figueirão
- Japorã • Paranhos • Tacuru

**MUITO PRECÁRIA**

- Alcinópolis • Antônio João • Jaraguari • Ladário

**PRECÁRIA**

- Caracol • Corguinho • Dois Irmãos do Buriti
- Guia Lopes da Laguna • Itaquiraí • Juti • Laguna Carapã • Nioaque • Pedro Gomes • Rochedo • Santa Rita do Pardo • Anarlândia • Bataiporã • Novo Horizonte do Sul • Taquarussu • Jatei • Douradina • Vicentina.

**ESTAGNADA**

- Bandeirantes • Bodoquena • Porto Murtinho • Rio Negro • Terenos • Água Clara • Inocência • Selviria • Angelica • Nova Alvorada do Sul.

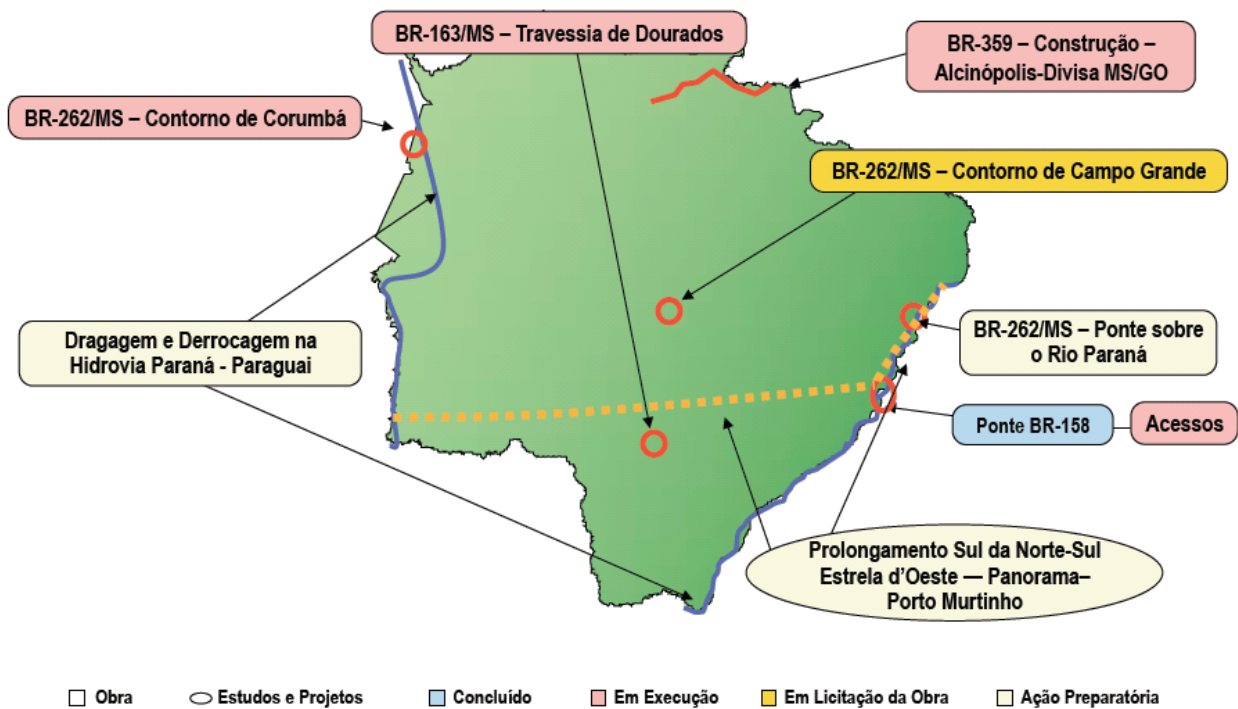
**Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - em MS**

• O que é

O PAC é um programa criado pelo Governo Federal que está sendo realizado em parcerias entre o setor público e o investidor privado, somadas a uma articulação constante entre os entes federativos (estados e municípios). Em busca de resultados mais rápidos, o Governo Federal optou por recuperar a infraestrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar desenvolvimento econômico e social - além de estimular a sinergia entre estes projetos. O conjunto de investimentos está organizado em três eixos decisivos:

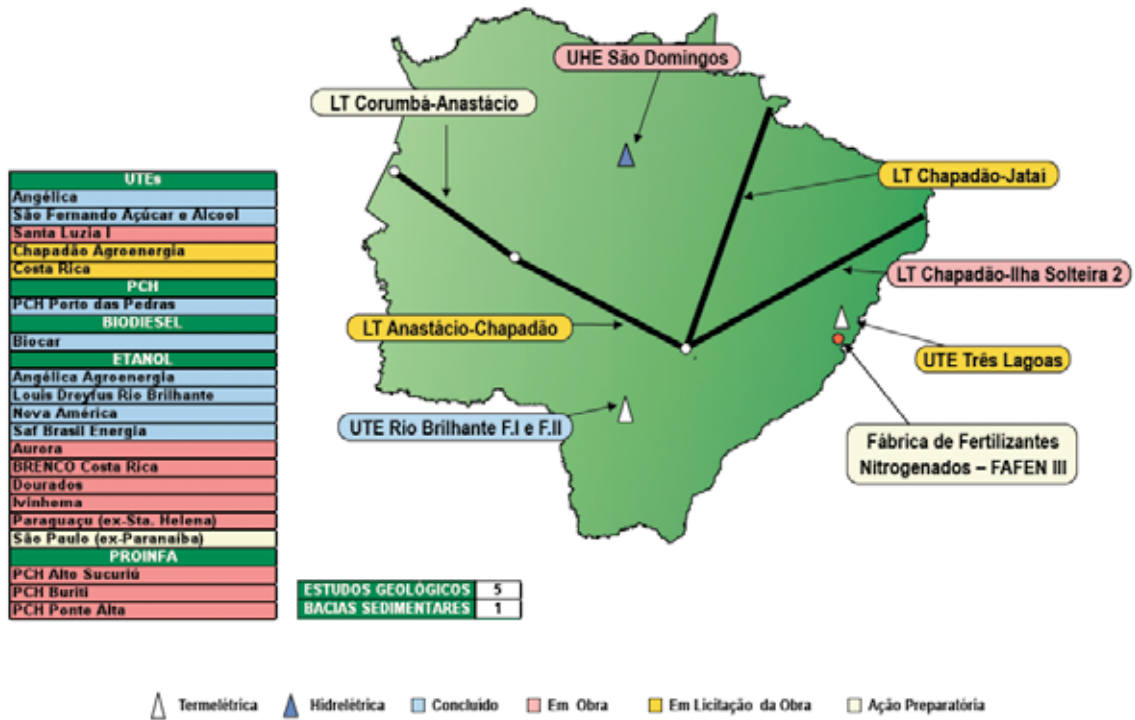
- Infraestrutura logística em Mato Grosso do Sul (figura 10).
- Infraestrutura Energética (figura 11).
- Infraestrutura Social e Urbana: engloba saneamento, habitação, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos em 51 municípios do Estado.

Figura 9 - Infraestrutura Logística em Mato Grosso do Sul



Fonte: PAC-MS - Balanço de 3 anos do PAC - fevereiro 2010.

Figura 10 - Infraestrutura energética em Mato Grosso do Sul



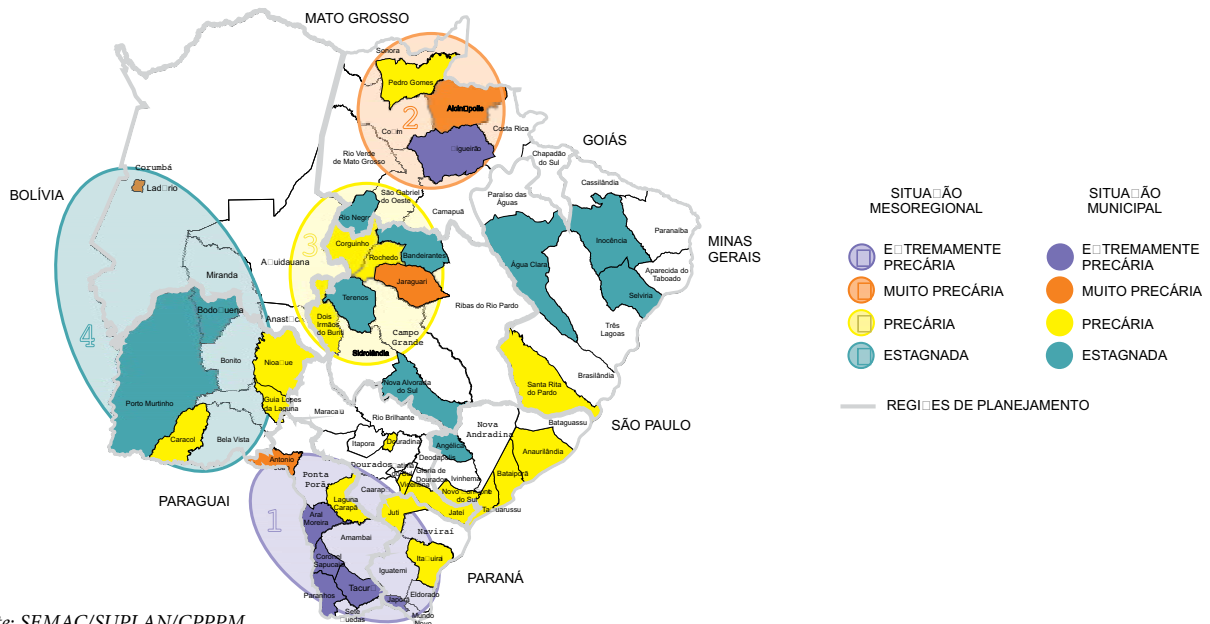
Fonte: PAC-MS – Balanço de 3 anos do PAC – fevereiro 2010.

Tabela 60 - Investimentos do PAC em MS, por eixo em R\$ milhões

EIXO	EMPREENHIMENTOS EXCLUSIVOS		EMPREENHIMENTOS DE CARÁTER REGIONAL	
	2007- 2010	PÓS 2010	2007- 2010	PÓS 2010
Logística	1.693,10	3,00	219,40	2,00
Energética	3.471,50	4.475,60	693,70	185,00
Social e Urbana	2.141,00	-	-	-

Fonte: PAC-MS – Balanço de 3 anos do PAC – fevereiro 2010

Figura 11 - Situação de vulnerabilidade das mesorregiões e municípios



Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM

PAC 2

Em 29 de março de 2010, foi lançada a 2ª etapa do programa, porém com ações e recursos ainda por serem definidos.

• Objetivo

Estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do País. O PAC vai estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento nas áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com seus vizinhos e com o mundo.

a) Estratégia do Eixo Infraestrutura Social e Urbana – MS:

• Luz para Todos:

- Realizar 20.540 ligações da meta original entre 2004 e 2010 – concluída.
- Realizar 18.784 ligações da meta adicional entre 2004 e 2010.

• Melhorar as condições de vida da população, garantindo:

- Proteção ambiental do Pantanal por meio da ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Estado;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água em Dourados;
- Drenagem e construção de Parques Lineares nos córregos Cabaça e Segredo, em Campo Grande;
- Reassentamento de famílias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco;
- Campo Grande – Fundo de vale do Córrego Lagoa, Vila Popular e Bacias dos córregos Cabaça e Segredo;
- Corumbá – Cravo Vermelho III, Tiradentes, Pantanal e Lar Doce Lar;
- Dourados – Nascentes do Córrego Água Boa e fundo de vale do Jardim Clímax.

Tabela 61 - Investimento total em habitação

TIPO	INVESTIMENTO PREVISTO* (MILHÕES)	ESTÁGIO
Habitação Pessoa Física**	560,00	Concluído
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	727,80	Concluído
TOTAL	1.287,80	-

Fonte: PAC 2

\* Inclui contrapartida estimada em 20% no SBPE e contrapartida de 32,9% em Pessoa Física

\*\* Recursos oriundos do FGTS, FAR e FDS, inclusive subsídios. Não inclui Investimentos Programa Minha Casa, Minha Vida

Tabela 62 - Urbanização e produção habitacional

MUNICÍPIO BENEFICIADO	PROPONENTE	TIPO	INVEST. PREVISTO 2007-2010 (MILHARES)	ESTÁGIO
Alcinópolis	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	19,5	Em licitação da obra
Amambai	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em execução
Amambai	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Limão Verde	1.095,2	Em obra
Amambai	Estado	Urbanização – Aldeia Amambaí	1.779,6	Ação preparatória
Anastácio	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,6	Ação preparatória
Anastácio	Estado	Urbanização – Sede do Município	1.894,4	Em obra
Angélica	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	445,7	Em obra
Aparecida do Taboado	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	495,8	Ação preparatória

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO BENEFICIADO	PROPONENTE	TIPO	INVEST. PREVISTO 2007-2010 (MILHARES)	ESTÁGIO
Aquidauana	Estado	Provisão Habitacional - Loteamento Morada do Sol	553,7	Em obra
Aquidauana	Estado	Provisão Habitacional - Sede do Município	1.095,2	Em obra
Bandeirantes	Município	Provisão Habitacional - COHAB II	336,9	Em obra
Bataguassu	Entidade	Produção Social da Moradia – Construção de unidades habitacionais	760,2	Não contratado
Bataiporã	Estado	Provisão Habitacional - Sede do Município	565,6	Concluída
Bela Vista	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	41,2	Em licitação da obra
Bela Vista	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	56,6	Em licitação da obra
Bela Vista	Município	Provisão Habitacional – Loteamento Vila Igreja de Pedra	514,8	Em licitação da obra
Bela Vista	Município	Urbanização - Loteamento Vila Igreja de Pedra	1.250,8	Em obra
Bodoquena	Estado	Urbanização – Loteamento Manoel Pereira	2.282,4	Ação preparatória
Bonito	Estado	Urbanização - Vale do Meu Deus, Olho d'Água, Boiadeira, Grota, Saíd	2.529,8	Em obra
Brasilândia	Estado	Provisão Habitacional – Loteamento João Paulo II	550,5	Concluída
Caarapó	Estado	Provisão Habitacional - Sede do Município	892,2	Em obra
Camapuã	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	595,3	Em obra
Campo Grande	Estado	Assistência Técnica - Sede do Município	43,9	Em licitação da obra
Campo Grande	Estado	Assistência Técnica - Sede do Município	43,9	Em execução
Campo Grande	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Ação preparatória
Campo Grande	Estado	Elaboração de Plano Local de Habitação	304,2	Em execução
Campo Grande	Município	Urbanização - Bacias do Córrego Cabaça e Segredo	34.139,6	Em obra
Campo Grande	Município	Urbanização – Dom Antônio Barbosa II	5.00,2	Ação preparatória
Campo Grande	Município	Urbanização - Jardim São Conrado, Santa Emília e Nova Lima	13.780,0	Em obra
Campo Grande	Município	Urbanização - Limão e Centenário	2.772,0	Em obra
Caracol	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	461,4	Em obra
Caracol	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	461,4	Em obra
Cassilândia	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	41,2	Ação preparatória
Coronel Sapucaia	Município	Provisão Habitacional - Aldeia Taquapery	553,9	Em obra
Corumbá	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Ação preparatória
Corumbá	Município	Provisão Habitacional - Bairro Aeroporto, Popular Nova e Jardim dos Estados	10.000,0	Em obra
Corumbá	Município	Urbanização - Beira Rio e Morrarias	2.104,0	Ação preparatória
Corumbá	Município	Urbanização - Cravo Vermelho III, Tiradentes, Pantanal e Lar Doce Lar	28.805,6	Em obra
Corumbá	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Ação preparatória
Corumbá	Município	Provisão Habitacional - Bairro Aeroporto, Popular Nova e Jardim dos Estados	10.000,0	Em obra
Corumbá	Município	Urbanização - Beira Rio e Morrarias	2.104,0	Ação preparatória
Corumbá	Município	Urbanização - Cravo Vermelho III, Tiradentes, Pantanal e Lar Doce Lar	28.805,6	Em obra
Costa Rica	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	31,6	Ação preparatória
Coxim	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	42,0	Ação preparatória
Coxim	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em licitação da obra
Coxim	Município	Provisão Habitação Sede do Município	795,7	concluída
Dois Irmãos do Buriti	Estado	Produção Habitacional - Aldeia Buriti	475,9	Em obra

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO BENEFICIADO	PROPONENTE	TIPO	INVEST. PREVISTO 2007-2010 (MILHARES)	ESTÁGIO
Dourados	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	42,0	Ação preparatória
Dourados	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	31,5	Ação preparatória
Dourados	Estado	Assistência Técnica - Sede do Município	43,9	Em licitação da obra
Dourados	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Ação preparatória
Dourados	Município	Urbanização – Nascente do Córrego Água Boa e Fundo de Vale do Jardim Clímax	23.226,5	Em obra
Dourados	Município	Urbanização – Nascente do Córrego Água Boa e Fundo de Vale do Jardim Clímax	23.226,5	Em obra
Corumbá	Município	Provisão Habitacional - Bairro Aeroporto, Popular Nova e Jardim dos Estados	10.000,0	Em obra
Dourados	Município	2ºProjeto de urbanização regularizada fundiária da região do Córrego Água Boa	6.841,5	Ação preparatória
Eldorado	Município	Provisão Habitacional - Construção 26 Unidades Habitacionais no município	529,2	Em licitação da obra
Gloria de Dourados	Entidade	Produção Social da Moradia – Construção de unidades habitacionais	797,7	Não contratado
Iguatemi	Entidade	Produção Social da Moradia – Construção de unidades habitacionais	808,0	Não contratado
Iguatemi	Município	Provisão Habitacional - Construção de 26 unidades habitacionais	492,6	Em obra
Itaporã	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	20,6	Ação preparatória
Itaporã	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	18,5	Em licitação da obra
Itaquiraí	Município	Provisão Habitacional – Construção de 26 Unidades habitacionais no município	535,6	Em obra
Ivinhema	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	34,0	Ação preparatória
Ivinhema	Município	Provisão Habitacional - construção 26 unidades habitacionais	568,0	Ação preparatória
Jardim	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	61,8	Ação preparatória
Ladário	Município	Provisão Habit. - Sede do Município	524,5	Ação preparatória
Maracaju	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	42,0	Ação preparatória
Maracaju	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	56,6	Ação preparatória
Maracaju	Município	Urbanização – Distrito de Vista Alegre	1.293,5	Ação preparatória
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Cachoeira	1.008,8	Em obra
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Cachoeira	1.008,8	Em obra
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Passarinho	556,3	Concluída
Mundo Novo	Município	Provisão Habitacional – Conjunto Habitacional Fernando José de Souza	515,0	Em licitação da obra
Naviraí	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em licitação da obra
Naviraí	Município	Urbanização - Bairro Jardim Paraíso	2.264,1	Em obra
Naviraí	Município	Urbanização – Substituição de moradias precárias	1.553,1	Ação preparatória
Nioaque	Município	Produção Social da Moradia – construção de unidades habitacionais	897,6	Não contratado
Nioaque	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	552,1	Em obra
Nova Alvorada do Sul	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	29,3	Em execução
Nova Alvorada do Sul	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	29,3	Em execução

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO BENEFICIADO	PROPONENTE	TIPO	INVEST. PREVISTO 2007-2010 (MILHARES)	ESTÁGIO
Corumbá	Município	Urbanização - Beira Rio e Morrarias	2.104,0	Ação preparatória
Corumbá	Município	Urbanização - Cravo Vermelho III, Tiradentes, Pantanal e Lar Doce Lar	28.805,6	Em obra
Costa Rica	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	31,6	Ação preparatória
Coxim	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	42,0	Ação preparatória
Coxim	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em licitação da obra
Coxim	Município	Provisão Habitação sede do município	795,7	Concluída
Dois Irmãos do Buriti	Estado	Produção Habitacional - Aldeia Buriti	475,9	Em obra
Dourados	Município	Assistência Técnica - Sede do município	42,0	Ação preparatória
Dourados	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	31,5	Ação preparatória
Dourados	Esta-do	Assistência Técnica - Sede do Município	43,9	Em licitação da obra
Dourados	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Ação preparatória
Dourados	Município	Urbanização – Nascente do Córrego Água Boa e Fundo de Vale do Jardim Clímax	23.226,5	Em obra
Dourados	Município	Urbanização – Nascente do Córrego Água Boa e Fundo de Vale do Jardim Clímax	23.226,5	Em obra
Corumbá	Município	Provisão Habitacional - Bairro Aeroporto, Popular Nova e Jardim dos Estados	10.000,0	Em obra
Dourados	Município	2ºProjeto de urbanização regularizada fundiária da região do Córrego Água Boa	6.841,5	Ação preparatória
Eldorado	Município	Provisão Habitacional - Construção 26 Unidades Habitacionais no município	529,2	Em licitação da obra
Gloria de Dourados	Entidade	Produção Social da Moradia – Construção de unidades habitacionais	797,7	Não contratado
Iguatemi	Entidade	Produção Social da Moradia – Construção de unidades habitacionais	808,0	Não contratado
Iguatemi	Município	Provisão Habitacional - Construção de 26 unidades habitacionais	492,6	Em obra
Itaporã	Município	Assistência Técnica - Sede do município	20,6	Ação preparatória
Itaporã	Município	Assistência Técnica - Sede do município	18,5	Em licitação da obra
Itaquiraí	Município	Provisão Habitacional – Construção de 26 Unidades habitacionais no município	535,6	Em obra
Ivinhema	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	34,0	Ação preparatória
Ivinhema	Município	Provisão Habitacional - construção 26 unidades habitacionais	568,0	Ação preparatória
Jardim	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	61,8	Ação preparatória
Ladário	Município	Provisão Habit. - Sede do município	524,5	Ação preparatória
Maracaju	Município	Assistência Técnica - Sede do município	42,0	Ação preparatória
Maracaju	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	56,6	Ação preparatória
Maracaju	Município	Urbanização – Distrito de Vista Alegre	1.293,5	Ação preparatória
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Cachoeira	1.008,8	Em obra
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Cachoeira	1.008,8	Em obra
Miranda	Estado	Provisão Habitacional - Aldeia Passarinho	556,3	Concluída
Mundo Novo	Município	Provisão Habitacional – Conjunto Habitacional Fernando José de Souza	515,0	Em licitação da obra
Naviraí	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em licitação da obra

Continua...



...Continuação

MUNICÍPIO BENEFICIADO	PROPONENTE	TIPO	INVEST. PREVISTO 2007-2010 (MILHARES)	ESTÁGIO
Nova Alvorada do Sul	Entidade	Produção Social da Moradia – construção de unidades habitacionais	897,6	Não contratado
Nova Andradina	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	54,9	Em licitação da obra
Nova Andradina	Entidade	Produção Social da Moradia – construção de unidades habitacionais	394,1	Não contratado
Nova Andradina	Estado	Provisão Habitacional - Loteamento Sol Amarelo	628,2	Concluída
Paranaíba	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	34,1	Ação preparatória
Paranaíba	Município	Provisão Habitacional - Loteamento Jardim América III	1.108,2	Em obra
Paranaíba	Município	Urbanização - Canal do Durval	731,6	Em obra
Ponta Porã	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	21,0	Ação preparatória
Ponta Porã	Estado	Assistência Técnica - Sede do Município	32,9	Ação preparatória
Ponta Porã	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	65,9	Concluída
Ponta Porã	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	65,9	Concluída
Ponta Porã	Entidade	Produção Social da Moradia – construção de unidades habitacionais	797,7	Não contratado
Ponta Porã	Estado	Urbanização - Residencial Ponta Porã II	2.790,00	Em obra
Ribas do Rio Pardo	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	31,6	Ação preparatória
Ribas do Rio Pardo	Estado	Urbanização - Sede do Município	2.667,9	Em obra
Rio Brillhante	Estado	Provisão Habitacional - Sede do Município	1.009,9	Em obra
Rio Verde de Mato Grosso	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	31,6	Ação preparatória
Rio Verde de Mato Grosso	Município	Provisão Habitacional - Loteamento Campo Alegre	535,5	Ação preparatória
Rochedo	Entidade	Produção Social da Moradia – construção de unidades habitacionais	897,6	Não contratado
Rochedo	Município	Provisão Habitacional - sede do município	445,7	Em obra
Santa Rita do Pardo	Município	Provisão Habitacional - sede do município	552,26	Ação preparatória
Santa Rita do Pardo	Município	Provisão Habitacional - sede do município	552,26	Ação preparatória
São Gabriel do Oeste	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	26,7	Em execução
São Gabriel do Oeste	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	552,9	Em obra
Sidrolândia	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	19,9	Em execução
Sidrolândia	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	19,9	Em execução
Sidrolândia	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	19,9	Em execução
Sidrolândia	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	55,6	Concluída
Sidrolândia	Município	Provisão Habitacional - Sede do Município	813,2	Em obra
Três Lagoas	Município	Elaboração de Plano Local de Habitação	62,9	Em execução
Três Lagoas	Estado	Provisão Habitacional - Sede do Município	3.912,6	Em obra
Vicentina	Município	Assistência Técnica - Sede do Município	41,2	Em licitação da obra
TOTAL			180.216,0	

Fonte: PAC 2 - <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/> acessado em 25.06.2010

## Ações do Governo do Estado nos Territórios da Cidadania

### • O que são

Nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões que mais precisam, especialmente no meio rural, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Em MS estão previstas 193 ações em 4 territórios. No total de 78 municípios do Estado, 41 estão atendidos pelo Programa.

### • Objetivo

Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio

de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

### a) Eixos temáticos:

As ações definidas no Programa estão em 6 eixos temáticos sendo os dois destacados no quadro 7, de interesse deste trabalho:

- Direitos e desenvolvimento social;
- Saúde, saneamento e acesso à água;
- Organização sustentável da produção;
- Educação e cultura;
- Infraestrutura;
- Apoio à gestão territorial.

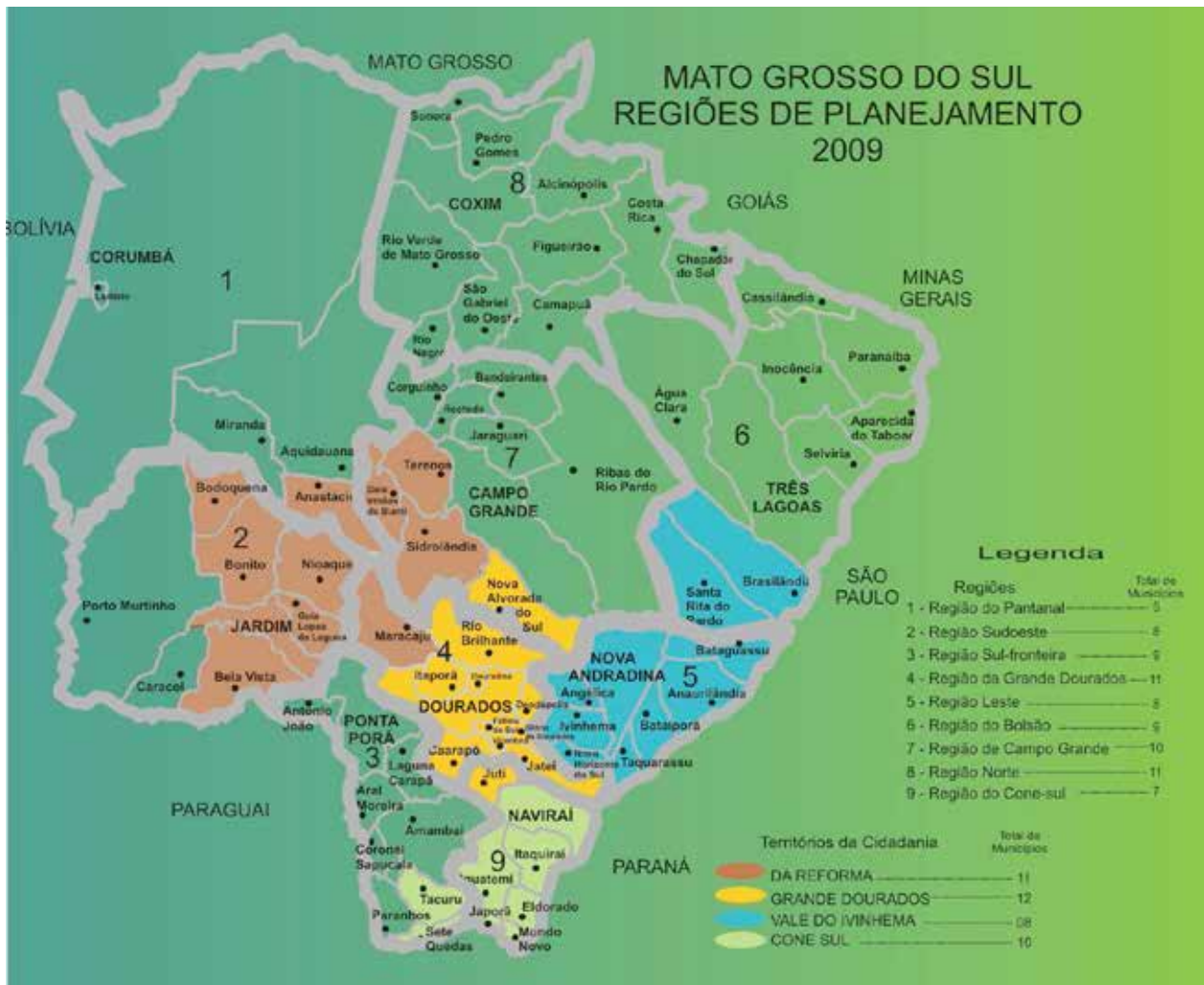
### b) Definição dos Territórios da Cidadania:

Quadro 7 - Ações programadas pelo Governo do Estado

<b>EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA</b>	
Ampliação da rede de água	Expansão para 100% da área urbana com cobertura de rede R\$ 34.250,000,00
Ampliação do sistema de coleta, tratamento e redes de esgotos sanitários	Elevação em 10% na cobertura dos serviços de esgotamento sanitário com rede disponível R\$128.004.000,00
<b>EIXO: INFRAESTRUTURA</b>	
Construir casas populares atendendo aos programas habitacionais no âmbito social	1.370 casas para área urbana R\$8.752.391,00
Construir casas populares atendendo aos programas habitacionais no âmbito social, para realocação de moradores	284 casas para realocação R\$ 2.053.120,00
Construir casas populares atendendo aos programas habitacionais no âmbito social, com fins sociais específicos	251 casas para fins específicos R4 2.053.180,00
Gestão de projetos habitacionais de interesse social	

Fonte: SEMAC-SUPLAN, Ações do Governo Estadual em 2009 nos Territórios da Cidadania, 2009

Figura 12 – Territórios da Cidadania



Fonte: SEMAC/SUPLAN

2.4.4 Ações do Governo do Estado dentro da parceria coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social

Quadro 8 - Ações programadas pelo Governo do Estado nos Territórios da Cidadania

<b>TERRITÓRIO DA REFORMA (11)</b>
Anastácio, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque, Sidrolândia e Terenos.
<b>TERRITÓRIO DA GRANDE DOURADOS (12)</b>
Caarapó, Deodópolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Vicentina.
<b>TERRITÓRIO DO VALE DO IVINHEMA (10)</b>
Caarapó, Deodópolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Vicentina.
<b>TERRITÓRIO DO CONE SUL (8)</b>
Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru.

Fonte SEMAC/SUPLAN

## Plano Plurianual 2008/2011

• O que é

O Plano Plurianual – PPA - é um instrumento de planejamento de médio prazo (4 anos), aprovado por lei no primeiro ano de cada gestão governamental.

O PPA é constituído por programas, desmembrados em projetos e ações de governo e deve guardar compatibilidade com os planos estratégicos de desenvolvimento estadual, regionais e nacionais. Estes programas devem estar fundamentados na efetividade das ações de governo, em sua capacidade financeira e gerencial e no potencial sócio-econômico do Estado. Cada um destes programas deve possuir um órgão responsável, prazos, metas e estimativa de custos, devendo ser monitorado e avaliado sistematicamente.

• Objetivo

Estabelecer dispositivos a serem observados na

elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Por necessidade de ajuste à dinâmica da gestão pública e a novos contextos da ação do governo, o Plano Plurianual pode ser alterado. As informações consolidadas neste texto são ajustes no PPA 2008/2011 feitos pela Lei Nº 3.824, de 22 de dezembro de 2009, que orientou a LDO e LOA 2010.

• Programas do PPA

Estão listados abaixo os programas do PPA 2008-2011 de responsabilidade do Poder Executivo, com especial destaque aos relacionados ao tema da habitação.

a) Programa MS Cidadão

Objetivo: Prestação de serviços essenciais à população com qualidade e efetividade, priorizando principalmente a população de menor renda, especialmente com a implementação de programas que propiciem melhor distribuição de renda.

Quadro 9 - Sub-programas e objetivos do Programa MS Cidadão

FUNÇÃO	SUB-PROGRAMA	OBJETIVO DO SUB-PROGRAMA
Saúde	MS CIDADÃO - Atenção básica a saúde	Implementar e fortalecer a rede básica, promovendo sua reorganização, de acordo com a estratégia de saúde da família, produzindo resultados que impactem sobre os principais indicadores de saúde e qualidade de vida da população.
	MS CIDADÃO - Assistência farmacêutica e insumos estratégicos	Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.
	MS CIDADÃO - Gestão da política de saúde	Implementar e fortalecer a gestão estadual do Sistema Único de Saúde.
	CIDADÃO - Atenção especializada em saúde	Garantir o acesso e promover o atendimento integral da população aos serviços prestados nas áreas de atenção especializada do SUS, de forma hierárquica e regionalizada, buscando a redução das desigualdades e a humanização do atendimento, promover os serviços de hemoterapia e hematologia no Estado.
	MS CIDADÃO - Vigilância em saúde	Promover e proteger a saúde da população do Estado.
	MS CIDADÃO - Investimentos na rede de serviços de saúde	Estruturar a rede de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.
Cultura, esporte e lazer	MS CIDADÃO - Cultura, esporte e lazer	Fomentar e desenvolver ações de integração da comunidade e da promoção da melhoria da qualidade de vida da população
	MS CIDADÃO - Educando para o futuro	Transformar o ensino público com escola de qualidade e professor valorizado, formando jovens capacitados para o futuro
Trânsito	MS CIDADÃO - Trânsito seguro	Promover ações que visem à melhoria do trânsito no Município, propiciando segurança, modernidade e fluidez de tráfego
Segurança	MS CIDADÃO - Segurança e defesa social	Ação firme da segurança pública e de defesa civil, protegendo a vida, a propriedade, a liberdade, a igualdade e o meio ambiente contra a criminalidade e a violência.
Educação	MS CIDADÃO – Ensino superior, pesquisa e desenvolvimento	Contribuir para o desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense, visando incrementar o ensino público superior gratuito, promovendo a formação de acadêmicos capacitados para fomentar a prosperidade da ciência e tecnologia do Estado.
Habitação	MS CIDADÃO – Casa da Gente	Desenvolver projetos habitacionais em áreas urbanas e rurais.
	Unidades orçamentárias e projetos	SEHAC (PROCASA) AGEHAB (Projeto Meu Lar, Projeto Mudando para Melhor, Projetos Especiais, Implementação de Ações de Habitação) FEHIS (Implementação de Projetos Habitacionais, PROCASA)

Continua...

...Continuação

FUNÇÃO	SUB-PROGRAMA	OBJETIVO DO SUB-PROGRAMA
Assistência social	MS CIDADÃO – Inclusão social.	Desenvolver e manter programas sociais e criar novas oportunidades para as famílias.
Desenvolvimento regional e urbano	MS CIDADÃO - Desenvolvimento regional e urbano.	Coordenar e implantar programas de modernização urbana.

Fonte: PAC 2 - <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/> acessado em 25.06.2010

b) Programa MS Gestão

A eliminação do déficit crônico nas finanças públicas é parte integrante de uma ação de saneamento, todavia a sua efetividade depende da redução das vinculações constitucionais e legais;

- Objetivos: Adequar à estrutura administrativa, capacitar servidores, adotar medidas para reduzir as vinculações de receitas, reestruturar a dívida de curto, médio e longo prazo, dotar as áreas com atendimento ao cidadão de estrutura moderna e eficiente propiciando melhor qualidade no atendimento ao cidadão com estrutura moderna e eficiente propiciando melhor qualidade de vida à população sul-mato-grossense.

Quadro 10 - Subprogramas e objetivos do Programa MS Gestão

FUNÇÃO	SUBPROGRAMA	OBJETIVO DO SUBPROGRAMA
Previdência	MS GESTÃO - Previdência.	Administrar a concessão dos benefícios previdenciários, fundamentados nos princípios do direito.
Regulação	MS GESTÃO - Regulação e fiscalização dos serviços públicos.	Garantir a eficiência, a qualidade e o bom atendimento à população nos serviços públicos concedidos, permissionados, autorizados e delegados.
Comunicação	MS GESTÃO - Comunicação.	Planejar, coordenar e executar atividades da comunicação junto às unidades da Administração Direta e Indireta do Estado, visando à transparência das ações de governo.
Gestão e planejamento	MS GESTÃO - Fortalecimento da gestão e do planejamento.	Implementar as políticas de Gestão Pública, planejamento, orçamento e auditoria.
Justiça	MS GESTÃO - Representação judicial e extra-judicial do Estado.	Defesa dos direitos e interesses do Estado na área administrativa, judicial e extrajudicial, consultoria jurídica dos órgãos da administração direta e indireta e a colaboração com o Governador no controle da legalidade dos atos praticados pelo Poder Executivo.
	MS GESTÃO - Aprimoramento profissional dos procuradores de estado e apoio as atividades da PGE.	Prover recursos para o aprimoramento dos Procuradores de Estado e apoio as atividades da PGE.

Fonte: SEMAC /SUPROG

c) Programa MS Fiscal

- Objetivo: Formular e implementar uma política fiscal moderna, educativa, equilibrada e justa, voltada para o fortalecimento da diversificação da base econômica, do adensamento das cadeias produtivas e para a redução dos desequilíbrios regionais.

Quadro 11 - Subprograma e objetivo do Programa MS Fiscal

FUNÇÃO	SUBPROGRAMA	OBJETIVO DO SUBPROGRAMA
Fiscal	MS FISCAL.	Controlar e gerenciar todas as receitas do Estado, a dívida pública, os repasses financeiros aos órgãos da administração direta e indireta, executar a contabilidade geral; apurar o índice de participação dos municípios, gerir a tributação fiscalização e arrecadação de tributos em todas as suas fases, promover a educação fiscal.

Fonte: SEMAC /SUPROG

d) Programa MS Competitivo

- Objetivo: desenvolver ações de fortalecimento da economia sul-mato-grossense, mediante a disponibilização de logística de transporte e de ações que resultem no aumento da competitividade da produção local.

Quadro 12 - Subprogramas e objetivos do Programa MS Competitivo

FUNÇÃO	SUBPROGRAMA	OBJETIVO DO SUBPROGRAMA
Indústria	MS COMPETITIVO - Indústria, comércio e serviços.	Fomentar o desenvolvimento das atividades de indústria, comércio e serviços.
Produção	MS COMPETITIVO Adensamento de cadeias produtivas e diversificação da base econômica.	Ampliar e consolidar a conquista de novos mercados e fomentar a produção.
	MS COMPETITIVO - Recursos minerais.	Propiciar ao Estado competitividade nos empreendimentos minerais.
Infraestrutura	MS COMPETITIVO - Infraestrutura.	Desenvolver a infraestrutura de transporte e logística do Estado.
	MS COMPETITIVO - Turismo.	Fortalecer o turismo em Mato Grosso do Sul, com a atração de novos investimentos e desenvolvimento da infraestrutura.
	MS COMPETITIVO - Desenvolvimento agrário.	Fomentar e apoiar as ações de desenvolvimento agrário.
Emprego	MS COMPETITIVO - Geração de emprego.	Implementar ações de governo para valorizar a capacidade de trabalho e produzir.
Produção	MS COMPETITIVO - Biocombustível.	Ampliar a base econômica e a fonte de energia renovável em Mato Grosso do Sul.
	MS COMPETITIVO - Região de fronteira.	Diversificar e dinamizar a base produtiva com vistas a superar as tensões sociais e econômicas da região de fronteira do Estado de MS.
	MS COMPETITIVO - Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e soberania.	Efetivar a gestão das políticas de ciência, tecnologia, tendo como finalidade amparo ao ensino e incentivo a pesquisa científica e tecnológica relevante ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.
Energia	MS COMPETITIVO - Energia.	Transformar o Estado em pólo gerador, distribuidor e exportador de energia para o Brasil.

Fonte: SEMAC /SUPROG

e) Programa MS Sustentável

- Objetivos: Fomentar as ações de preservação e conservação e da utilização sustentável dos recursos naturais.

Quadro 13 - Subprogramas e objetivos do Programa MS Sustentável

FUNÇÃO	SUBPROGRAMA	OBJETIVO DO SUBPROGRAMA
MEIO AMBIENTE	MS SUSTENTÁVEL - Meio ambiental e recursos hídricos.	Coordenar e executar a política de meio ambiente e recursos hídricos em todo o território de Mato Grosso do Sul.
	MS SUSTENTÁVEL - Saneamento ambiental, urbano e rural - PROSANEAR.	Promover atendimento à população com saneamento básico.
	Unidades orçamentárias e projetos	SANESUL (Implantação, ampliação nos Sistemas de Esgotamento Sanitário - implantação, ampliação nos Sistemas de Abastecimento de Água - Programa de Desenvolvimento Institucional - Saneamento ambiental, urbano e rural)

Fonte: SEMAC /SUPROG

## Zoneamento Ecológico Econômico de Mato Grosso do Sul - ZEE-MS

### • O que é

O ZEE-MS integra o escopo de uma proposta nacional coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), orientada a estabelecer “medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições devida da população” (Decreto Federal nº. 4.297/2002).

Em Mato Grosso do Sul, o ZEE-MS se desenvolve como ferramenta do planejamento estratégico do Estado, sob a coordenação geral da SEMAC. A opção administrativa do Governo Estadual em obter, no curto prazo, as normas gerais do Zoneamento Ecológico Econômico para orientação de suas próprias políticas públicas e para promover o ordenamento geral de uso e ocupação do território sul-mato-grossense fez com que se fizesse a opção pela organização dos trabalhos em 3 etapas, ou “aproximações”.

A Primeira Aproximação tem o objetivo de fixar as normas e os conceitos gerais do ZEE-MS. A Segunda Aproximação deverá promover o detalhamento e a compatibilização com a metodologia geral do ZEE-Brasil, e a Terceira Etapa deve preparar e apoiar a realização do ZEE-MS em escala local, municipal ou regional. Já aprovada pela Assembleia Legislativa, a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), foi publicada pelo Suplemento do Diário Oficial nº 7.612, de 29 de dezembro de 2009, a Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009.

### • Objetivo

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.

## Programa de desenvolvimento do setor sucroalcooleiro

### • O que é

Programa de apoio ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, coordenado pela SEPROTUR, com apoio da Câmara Setorial do Setor Sucroalcooleiro que contempla:

- Instituição do CONSECANA/MS, regulamentando as relações de compra e venda de matéria prima entre agricultores e indústria;
- Implementação de projetos sociais e ambientais nos municípios canavieiros (SENAI, SENAR E SESI);
- Negociação de linhas especiais de crédito para a am-

pliação e modernização das empresas, especialmente junto ao Banco do Brasil e BNDES, tanto para as atividades agrícolas como para as atividades industriais;

- Dinamização dos Programas como o de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD e de incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA;
- Criação de um polo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor no Estado, para ampliação e modernização das empresas;
- Atração de empresários de outros Estados, tradicionais produtores de açúcar e álcool, através de incentivos fiscais;
- Elaboração de um programa de transporte e estocagem de álcool combustível objetivando a obtenção de recursos da CIDE (Imposto sobre combustíveis) junto ao Ministério dos Transportes;
- Priorização da agricultura familiar, através do INCRA e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, apoiando a expansão do cultivo da cultura, com destaque em áreas de assentamentos rurais, integrando-os em projetos agroindustriais do setor;
- Melhoria na infraestrutura de transporte, viabilizando as exportações de açúcar e álcool - “corredores de exportação”.

### • Objetivo

Aumentar a produção dos derivados da cana-de-açúcar através do aumento da área plantada, buscando propiciar condições de competitividade para a produção e geração emprego e renda:

- Ampliando as unidades produtivas já instaladas através de programas de modernização e ampliação;
- Efetuar o zoneamento agroecológico da atividade canavieira no MS, objetivando a incorporação de novas áreas ao processo produtivo;
- Construindo e equipando terminais portuários, para escoarem os volumes previstos de açúcar e álcool na forma de graneleiros;
- Maior aproveitamento do excedente de energia elétrica gerado pelas usinas;
- Melhorando as condições das rodovias, ferrovias e a infraestrutura portuária possibilitando que esta atividade produtiva alicerçada em um eficiente esquema de escoamento da produção tenha competitividade de mercado.

### • Observações

a) Impactos esperados:

- Geração de novos empregos diretos e indiretos nos municípios canavieiros;
- Atração de novas agroindústrias;
- Atração de indústrias fabricantes de equipamentos;
- Possibilidade dos pequenos produtores aumentarem sua renda através de sua inclusão na cadeia produtiva;
- Aumento na arrecadação do MS.

## • Empregos em usinas de açúcar e álcool

Tabela 63 - Empregos nas usinas de álcool em operação

ORDEM	USINAS OPERANDO	
	MUNICÍPIO	EMPREGO
1	Aparecida do Taboado	1.200
2	Angélica	1.200
3	Batayporã	1.020
4	Brasilândia	2.000
5	Chapadão do Sul	1.010
6	Caarapó	1.500
7	Dourados	1.122
8	Iguatemi	1.200
9	Maracaju	1.500
10	Maracaju	4.500
11	Naviraí	6.000
12	Nova Alvorada do Sul	483
13	Nova Alvorada do Sul	1.320
14	Nova Andradina	1.600
15	Ponta Porã	2.040
16	Rio Brilhante	892
17	Rio Brilhante	2.500
18	Rio Brilhante	1.695
19	Sidrolândia	5.000
20	Sonora	3.000
21	Vicentina	1.550

Fonte: SEPROTUR - 2010

Tabela 64 – Empregos nas usinas de álcool em implantação

ORDEM	USINAS EM IMPLANTAÇÃO	
	MUNICÍPIO	EMPREGO
1	Anaurilândia	1.965
2	Bataguassu	1.016
3	Campo Grande	1.365
4	Chapadão do Sul	2.280
5	Costa Rica	1.897
6	Dourados	2.260
7	Eldorado	1.340
8	Ivinhema	1.500
9	Ivinhema	1.500
10	Jaraguari	1.860
11	Jateí	1.500
12	Maracaju	1.122
13	Naviraí	1.600
14	Nova Alvorada do Sul	1.440
15	Nova Andradina	2.045
16	Nova Andradina	1.113
17	Paranaíba	900
18	Paranaíba	1.897
19	Sidrolândia	1.050
20	Sidrolândia	2.300
21	Sidrolândia	2.160

Fonte: SEPROTUR - 2010



## Plano de desenvolvimento do turismo

### • O que é

Em 2007, o Governo, através da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, iniciou o processo de Elaboração das Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul para o período 2009-2020 compreendendo as 10 (dez) Regiões Turísticas do Estado. Todo este trabalho foi desenvolvido em parceria com a cadeia do turismo instalada formal e informalmente e a comunidade, através de Oficinas de Planejamento resultando nos Planos de Ação para as regiões turísticas:

- a) Bonito - Serra da Bodoquena;
- b) Costa Leste;
- c) Caminhos da Fronteira;
- d) Pantanal;
- e) Grande Dourados;
- f) Vale das Águas;
- g) Rota Norte;
- h) Vale do Aporé;
- i) Cone Sul;
- j) Caminho dos Ipês.

### • Objetivo

As Estratégias Regionais tem por objetivo orientar as ações pontuais nas questões da gestão pública e governança; estruturação e roteirização, qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos, infraestrutura turística e de apoio e marketing. A continuidade deste processo se dará através da parceria entre o Poder Público – Estadual e Municipal, a iniciativa privada e a sociedade civil na execução deste Plano de Ação.

### • Observações

- a) Com a elaboração desses planos regionais, a atividade turística será mais organizada, portanto, com maior efetividade na exploração do grande potencial existente em nosso Estado.
- b) Com a dinamização dessa atividade, pode ser previsto um aumento de atração de população flutuante, especialmente nos municípios com maiores potenciais turísticos.
- c) Sendo o turismo uma atividade que gera muitos empregos diretos e indiretos, bem como, renda nas atividades complementares, pode-se apontar uma tendência de atração de população para essas localidades.
- d) A presença de grande população flutuante nesses municípios, não gera demanda habitacional direta, mas exercerá grande pressão sobre a infraestrutura urbana.

## Plano estadual para o desenvolvimento sustentável de florestas plantadas

### • O que é

O Plano Estadual foi elaborado em colaboração com os principais atores interessados no desenvolvimento sustentável do Setor Florestal de Mato Grosso do Sul. Entre outros aspectos, contempla os seguintes temas:

- a) Mercado de produtos florestais;
- b) Análise e potencialidades do setor de florestas plantadas de Mato Grosso do Sul;
- c) Plano de Ação.

### • Objetivos

Orientar as decisões e as ações cooperativas das autoridades governamentais, dos dirigentes de empresas e outras entidades interessadas no desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o desenvolvimento do setor de plantio de florestas comerciais, incluindo a definição de estratégia, de modelos de desenvolvimento, identificação de áreas primárias, secundárias e inadequadas, bem como, apontando as sinergias necessárias, os parâmetros, metas e impactos esperados.

### • Observações

O desenvolvimento da atividade florestal, a partir de florestas plantadas, contribuirá para a dinamização econômica e populacional de alguns municípios do Estado. Os municípios com maiores potencialidades são os apontados abaixo:

- Áreas prioritárias para a atividade florestal (Primárias).
- a) Água Clara.
- b) Anaurilândia.
- c) Aparecida do Taboado.
- d) Bandeirantes.
- e) Bataguassu.
- f) Bataiporã.
- g) Brasilândia.
- h) Camapuã.
- i) Campo Grande.
- j) Figueirão.
- k) Inocência.
- l) Jaraguari.
- m) Nova Alvorada do Sul.
- n) Nova Andradina.
- o) Paranaíba.
- p) Ribas do Rio Pardo.
- q) Santa Rita do Pardo.
- r) Selvíria.
- s) Taquarussu.
- t) Três Lagoas.

Figura 13 - Potencialidades dos municípios para plantação de florestas



FONTE: SEPROTUR - Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas – março 2009

## Plano estadual de logística e transporte

Está sendo elaborado pelo Governo Federal, em um processo de interlocução com os Governos Estaduais, o Plano Nacional de Logística e Transporte - PNLT.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresentou as indicações a respeito das suas necessidades de modernização e complementação de sua infraestrutura de transporte e logística.

Os objetivos apresentados pelo Estado foram os de:

- Aumentar da eficiência produtiva em áreas consolidadas;

- Indução ao desenvolvimento em áreas de expansão da fronteira agrícola e mineral;
- Reduzir das desigualdades regionais em áreas deprimidas;
- Realizar a integração regional sul-americana.

Como parte da região Centro-oeste, a mais importante região do País na produção de commodities para exportação, Mato Grosso do Sul tem seus produtos onerados pelas distâncias aos portos de exportações. Este é um dos principais gargalos. Padece ainda da concentração de 81% da sua produção transportada por rodovias, ou seja, no modal que mais encarece o custo de transporte.

Buscando sanar essas deficiências, aponta suas prioridades a serem consideradas na elaboração do PNLT, nos diversos modais.

- Modal hidroviário: estruturação das suas hidrovias, especialmente a Paraná-Tietê e a Paraguai-Paraná.

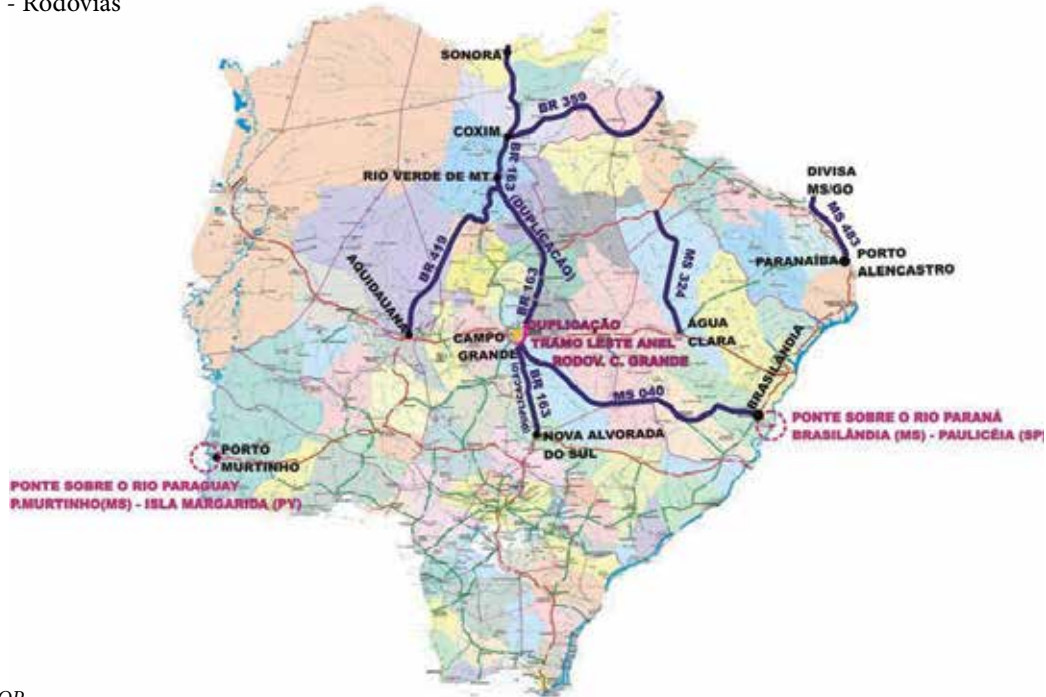
Figura 14 – Hidrovias prioritárias



FONTE: SEOP

- Modal Rodoviário: construção de novas estradas e modernização da malha viária. Pelos impactos regionais destacam-se a duplicação da BR-163, aumentando a capacidade de escoamento da região norte de MS e dos estados vizinhos e as MS 040 e MS 324 que permitirão a incorporação de novas áreas produtivas.

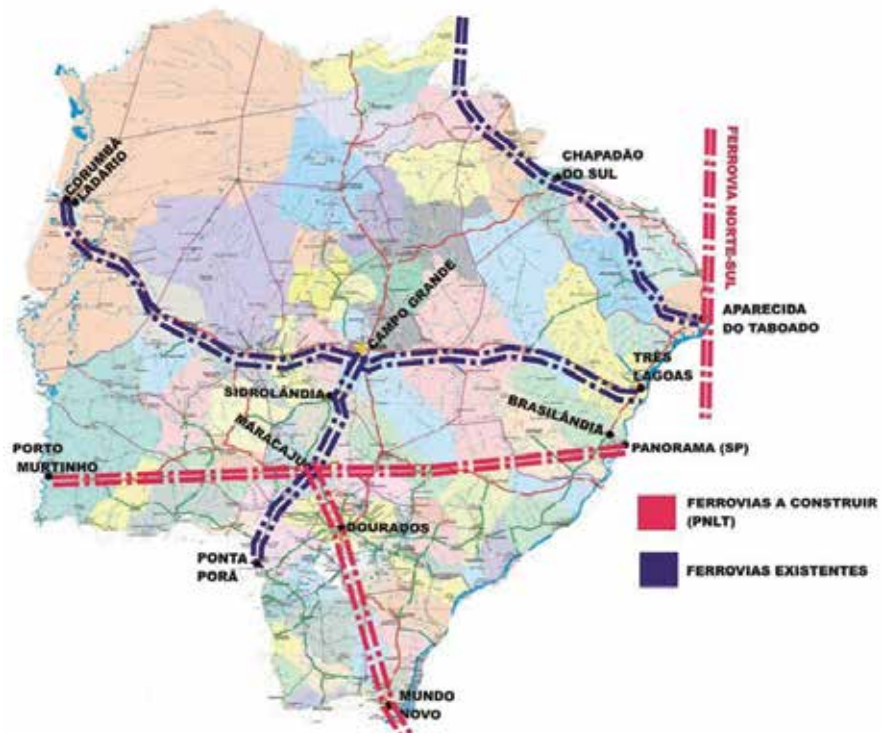
Figura 15 - Rodovias



FONTE: SEOP

- Modal ferroviário: melhorias na Ferrovia Novoeste para ampliação da sua capacidade de transporte e a construção dos dois trechos ferroviários Cascavel-Maracajú e Panorama-Porto Murtinho. Esses trechos ferroviários facilitarão o acesso da produção do Estado ao Porto do Paranaguá, bem como, estarão contribuindo para que se alcancem portos do Pacífico.

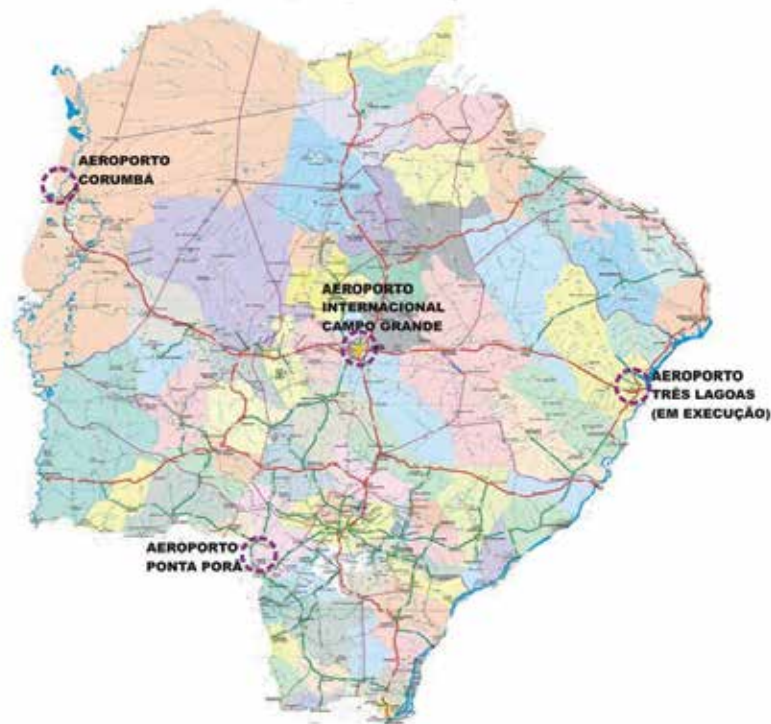
Figura 16 - Ferrovias



FONTE: SEOP

- Modal Aeroportuário: ampliação e modernização dos principais aeroportos, inclusive com a implantação do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional de Campo Grande.

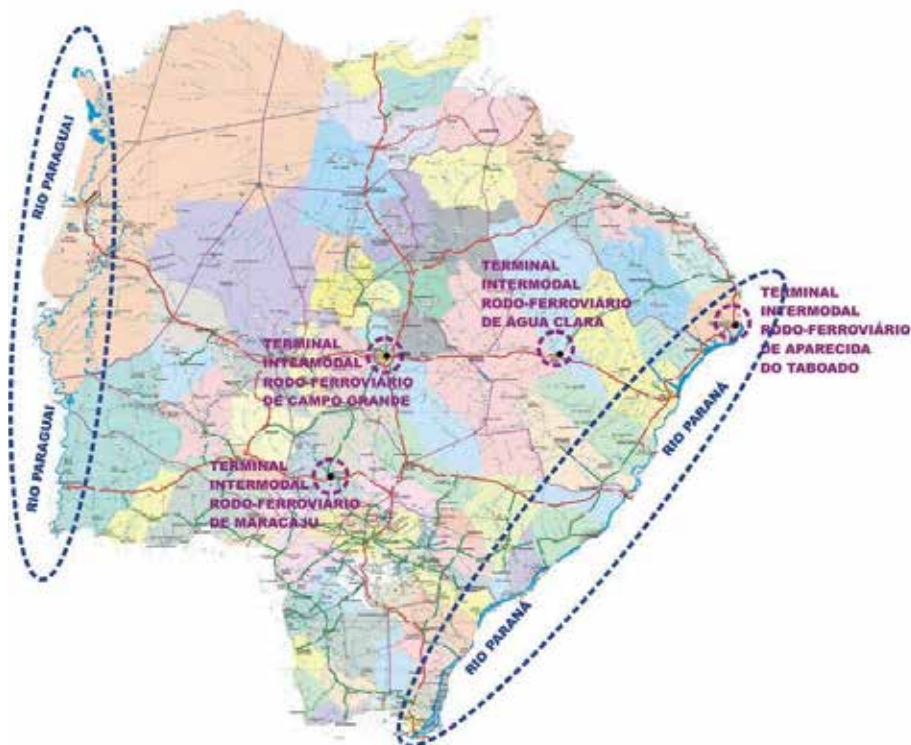
Figura 17- Aeroportos



FONTE: SEOP

- Terminais Intermodais: além da identificação de demandas de ampliação e melhorias nos diversos modais de transporte, foi apontada a necessidade de articulação entre eles através da construção de vários terminais intermodais.

Figura 18 – Terminais intermodais



FONTE: SEOP

# Atores sociais do setor habitacional

Os atores sociais identificados representam entidades e/ou segmentos populacionais ligados ao setor habitacional com influência na formação e implementação de políticas públicas, bem como, na ampliação das bases sociais onde os interesses e reivindicações são reproduzidos, fortalecendo o acesso das camadas populares e o processo de legitimação das demandas.

No arranjo institucional atual, destacam-se aqueles que integram o Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 2.940, de 16

de dezembro de 2004, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e o Conselho Gestor do FEHIS instituídos pela Lei nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007.

Nos quadros abaixo estão relacionadas as entidades que compõem os principais Conselhos envolvidos com a questão habitacional especificando a finalidade da organização e área de atuação. Todas as entidades foram contatadas e as informações obtidas estão relacionadas a seguir.

Quadro 14 - Integrantes do Conselho Estadual das Cidades em Mato Grosso do Sul

ORGÃO/ENTIDADE	FINALIDADE
Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC	Formular a política habitacional do Estado, bem como a elaboração e execução de programas e projetos.
Agência Estadual de Habitação Lei nº. 2.575 de 19 de Dezembro de 2.002 - AGEHAB	Executar programas habitacionais em todo Estado, voltados para o atendimento exclusivo da população de baixa renda, com rendimentos de até 06 salários mínimos.
Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia - SEMAC	Elaboração de estudos, pesquisas e análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridas pela programação econômica e social do Governo do Estado em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular ,com as instituições de ensino superior do Estado.
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A - SANESUL	Gerir serviços de qualidade em abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para a saúde pública, a preservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico de Mato Grosso do Sul.
Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul	Órgão de representação do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, criado no dia 1 de janeiro de 1979 como parte da Lei Complementar 31, que dividiu o estado de Mato Grosso e criou o novo Estado.
Caixa Econômica Federal	Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro. Transferência dos recursos da União para estados e municípios, através de assinaturas de contratos de repasse.
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA-MS	Poder executivo do município, comandada por um prefeito e dividida em secretarias municipais.
Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM	Estimular a organização e articular nacionalmente o movimento de moradia desenvolvido por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista de moradia digna como direito fundamental. Atuação nacional e nos municípios de Mato Grosso do Sul.
Federação das Associações de Moradores de MS - FAMENS	Defender os interesses da população organizada em suas entidades e movimentos representativos de moradores sejam eles regionais, municipais, distritais ou locais. Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.
Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção de MS Fundado em 29 de Agosto de 1989 - SINDUSCON	Entidade classista sem fins lucrativos, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da indústria da construção civil, engenharia de consultoria, montagens industriais e serviços correlatos. Atua em todo o Estado de MS, com exceção de Corumbá e Ladário. Implementação do PBQP-H - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade- Habitat e elaboração mensal do Boletim de Preços Unitários da Construção Civil.
Sindicato das Empresas de Compra, venda, locação e Administração de Imóveis MS - SECOVI	Representar as empresas de compra , venda, locação e administração de imóveis e os edifícios em condomínios residenciais e comerciais do estado de MS. Todas as empresas e entidades envolvidas no setor de habitação, além de universidades e o poder público.
Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Mato Grosso do Sul - FETRICOM/MS	
Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul - FAEMS	Defender os interesses da economia do Estado e do País, e, em especial, os direitos e aspirações das Associações Comerciais, Industriais Agropastoris do Estado de Mato Grosso do Sul.
Universidade Anhanguera/UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do estado e da Região do Pantanal	Integrar científica, técnica e filosoficamente esforços institucionais públicos e/ou privados para o desenvolvimento regional sustentável.

Continua...

...Continuação

ORGÃO/ENTIDADE	FINALIDADE
Instituto dos Arquitetos do Brasil/Departamento de MS-IABMS.	Congregar os arquitetos do Brasil para a defesa da profissão, promovendo o desenvolvimento dos profissionais arquitetos e da arquitetura em todos os seus campos de atuação.
Instituto dos Engenheiros de MS-IEMS.	Aperfeiçoar e qualificar os conhecimentos técnicos dos que o integram, por meio de cursos, palestras e quaisquer outras iniciativas que contribuam para a qualificação e aperfeiçoamento profissional.
Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Proporcionar o desenvolvimento regional mediante oferta de ensino de qualidade.
Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN	Órgão executivo de trânsito de MS, responsável pelo registro de veículos, dos condutores dos veículos bem como registro de infrações, acidentes de trânsito, educação para o trânsito, entre outros.

Quadro 15 – Integrantes do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS

ORGÃO/ENTIDADE	FINALIDADE
Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC.	Formular a política habitacional do Estado, bem como a elaboração e execução de programas e projetos.
Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia – SEMAC.	Elaboração de estudos, pesquisa, análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridas pela programação econômica e social do Governo do Estado em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular com as instituições de ensino superior do Estado.
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS	Desenvolver ações voltadas para as políticas públicas de assistência social, defesa do consumidor, de trabalho, de cidadania, buscando exercer seu papel de forma articulada com as demais políticas públicas, no âmbito Federal, Estadual e Municipal e Sociedade Civil.
Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transporte – SEOP	Promover o desenvolvimento, tendo como atribuições básicas à elaboração de estudos e proposição de políticas públicas objetivando assim, orientar os agentes públicos e privados em suas atividades de desenvolvimento sustentável do Estado.
Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ	Garantir a receita pública e a execução financeira do orçamento público.
Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM	Estimular a organização e articular nacionalmente o movimento de moradia desenvolvido por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista de moradia digna como direito fundamental. Atua nacionalmente em 16 estados brasileiros.
Sindicato Internacional da Indústria da Construção de MS – SINDUSCON	Entidade classista sem fins lucrativos, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da indústria da construção civil, engenharia de consultoria, montagens industriais e serviços correlatos. Atua em todo o Estado de MS, com exceção de Corumbá e Ladário. Implantação do PBQP-H – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – Habitat e pela elaboração mensal do Boletim de Preços Unitários da Construção Civil.
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	Objetiva por meio da fiscalização, proteger a sociedade de possíveis danos causados por trabalhos não legalizados e por profissionais não habilitados para o exercício das atividades de engenharia, arquitetura e agronomia.
Sindicato dos Arquitetos de MS – SINDARQ-MS	Representante legal da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas, constituído e mantido por estes profissionais para sua defesa e representação em todas modalidades de suas atividades na base territorial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 16 - Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA Gestão 2010 a 2012

ORGÃO/ENTIDADE	FINALIDADE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia – SEMAC.	Elaboração de estudos, pesquisa, análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridas pela programação econômica e social do Governo do Estado em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular com as instituições de ensino superior do Estado.
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL	Elaboração de estudos, pesquisa, análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridas pela programação econômica e social do Governo do Estado em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular com as instituições de ensino superior do Estado.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR	Viabilizar o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do Estado, qualificando e agregando valor à produção, integrando os diversos agentes, tornando-os competitivos e capazes de ampliar e diversificar a oferta de produtos, gerar empregos e incrementar a renda da população sul-matogrossense.
Secretaria de Estado de Saúde – SES Decreto nº 10.196 de 04 de janeiro de 2001	Orientar e executar ações que visem a promoção da cidadania, observadas as diferenças individuais, nos termos do Art. 21 da Lei nº 2152 de 26 de outubro de 2000.
Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transporte – SEOP	Promover o desenvolvimento, tendo como atribuições básicas à elaboração de estudos e proposição de políticas públicas objetivando assim, orientar os agentes públicos e privados em suas atividades de desenvolvimento sustentável do Estado.
Procuradoria Geral do Estado – PGE	Regida pela Lei Complementar nº 95, de 26 de dezembro de 2001, a qual atribui aos Procuradores do Estado, em caráter exclusivo. A representação do Estado e a defesa de seus direitos e interesse nas áreas judicial, extrajudicial e administrativa.

Continua...

...Continuação

ORGÃO/ENTIDADE	FINALIDADE
Assembleia Legislativa de MS – Comissão de Meio Ambiente	Órgão de representação do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, criado no dia 1 de janeiro de 1979 como parte da lei complementar 31, que dividiu o estado de Mato Grosso e criou o novo estado. Todo Estado de MS.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/MS.	Exercer o poder de polícia ambiental de âmbito federal; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referente às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; executar ações supletivas da união, de conformidade com a legislação ambiental vigente.
Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL	Fundada em 15 de setembro de 1981, para congregar prefeitos dos municípios do MS na busca da consolidação de um municipalismo forte e participativo. Atua no processo de auto-organização dos interesses dos municípios. Presta assistência e acompanhado a seus associados, quer seja na área jurídica ou em todos os setores que se fazem necessários ao bom andamento das questões essenciais do poder público.
Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – FIEMS	Representar o empresariado industrial de Mato Grosso do Sul, promovendo o desenvolvimento da economia do Estado, assumindo o compromisso de constituir-se de uma fonte de instrumentos de competitividade.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.
Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Mato Grosso do Sul – OAB	Representar em juízo e fora dele, os interesses gerais dos Advogados e Estagiários nela inscritos, bem como os indivíduos relacionados com a profissão.
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul – FAMA-SUL	Entidade de classe, possui organização institucional distribuída entre os seguintes órgãos: Conselho de Representantes, Diretoria e Conselho Fiscal, os quais em atuação conjunta buscam. Desenvolve atividades para fins de coordenação e proteção da categoria econômica do ramo da agropecuária do Estado de Mato Grosso do Sul.
União dos Produtores do Pantanal Nabileque – UPPAN	-
Associação dos Engenheiros Agrônomos de MS – AEMS	-
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/MS	Objetiva por meio da fiscalização, proteger a sociedade de possíveis danos causados por trabalhos não legalizados e por profissionais não habilitados para o exercício das atividades de engenharia, arquitetura e agronomia.
Fundação MS para pesquisa e difusão de Tecnologia Agropecuária – FUNDAÇÃO/MS.	Tem por finalidade a pesquisa, consultoria e difusão de tecnologia agropecuária.
Associação Brasileira de Pecuária Orgânica – ABPO.	Ser reconhecida nacionalmente pela produção de carnes orgânicas na região do Pantanal, atendendo a um consumidor preocupado com a segurança alimentar, com a sustentabilidade ambiental e social, garantindo a manutenção da cultura pantaneira e a permanência do homem no campo, melhorando o perfil de rentabilidade da atividade pecuária nesta região.
Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul – BIO SUL	Reestruturar o setor sucroenergético sul-mato-grossense, com o objetivo de melhorar as condições de infraestrutura e de logística para escoamento da produção de açúcar, etanol e bioeletricidade da região.
Sindicato Rural – Campo Grande	-
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – CIDEMA	Proporcionar a atuação integrada dos Municípios para a melhoria da gestão ambiental nas áreas urbanas localizadas nas bacias dos rios Miranda e Apa.
Sociedade de Defesa do Pantanal – SO-DEPAN.	Defender o meio ambiente e o equilíbrio ecológico dos ecossistemas do Pantanal Mato-Grossense e dar divulgação e apoio aos estudos e pesquisas científicas sobre seus recursos naturais, flora e fauna.

Elaboração: Controle Consultoria

Quadro 17 - Conselho Estadual de Assistência Social – Biênio 2009 - 2011

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	TITULAR	SUPLENTE	
Secretaria de Estado de Saúde – SES.	Lucinda Pedrosa do Rosário	Sandra Sonda Vieira	-
Representante dos municípios.	Doralice Nunes Alcântara	Itaciana Pires Santiago	-
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS.	Maria Aparecida Melo da Silva	Márcia Teresinha Ratti	-
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP.	Hilton Villasanti Romero	Maria de Lourdes de Souza Cano	-
Secretaria de Estado de Educação – SED.	Valesca Jovê César Naime	Rute Martins Valentim	-
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC.	Cassiana Gasparetto	Luci Marie Pereira	-
Centro Espírita Discípulos de Jesus.	Eliana Aparecida da Silva	Maria Freitas dos Santos Ferreira	Federação das Associações Pestalozzi de Mato Grosso do Sul

Continua...



...Continuação

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	TITULAR	SUPLENTE	
Associação dos Amigos de Crianças com Câncer – AACC.	Maria da Silva Menezes	Rosimeire Silvério Moreira	Sociedade Educacional Juliano Fernandes Varela.
Sindicato dos Psicólogos de Mato Grosso do Sul – SINPSI.	Renan da Cunha Soares Junior	Vacância	-
Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 21ª R/MS.	Wanda Celinia Miranda de Britto	Kelly Cristiny de Lima Garcia	Ordem dos Advogados do Brasil- Seção de Mato Grosso do Sul – OAB MS.
Federação das APAES.	João Augusto Lopes	José Roberto Ost	Associação dos Doentes Renais Crônicos e Transplantados de Mato Grosso do Sul -

Elaboração: Controle Consultoria

## Outras entidades

Além das entidades que compõem esses conselhos são apresentadas a seguir outras instituições cuja área de atuação está direta ou indiretamente relacionada com o setor habitacional.

Quadro 18 - Instituições públicas/Entidades

ENTIDADE / CRIAÇÃO	FINALIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social.	Promover e favorecer o acesso da população vulnerabilizada sócio-economicamente a bens e serviços com vistas à inclusão social.	Município de Campo Grande MS - Inclusão dos dados dos beneficiários no CADÚNICO.
Núcleo Estadual de Saneamento.	Apoiar e instruir os municípios na formação, e elaboração do Plano de Saneamento Básico.	Todo Estado de MS.
PROVIDA – Projeto Viva Vida.	Trabalhar em favor dos menos favorecidos, em busca da melhora continua da qualidade de vida daqueles que estão a nossa volta, através de projetos sociais e ambientais que busquem valorizar a pessoa humana.	Atua nacionalmente.
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.	Órgão executivo do Ministério da Saúde, responsável em promover inclusão social por meio de ações de saneamento, bem como, pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas.	Atua nacionalmente.
FUNAI- Fundação Nacional do Índio.	Estabelecer e executar a política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. Promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas.	Atua nacionalmente.

Elaboração: Controle Consultoria

## Entidades que firmaram parcerias com o Estado para construção de unidades habitacionais:

- Associação de Apoio à Habitação Popular e Reforma - AAPTUMES
- Associação Estadual de Cooperação Agrícola - AES-CA
- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER
- Associação Habitacional em Defesa da Moradia e Meio Ambiente - AHDM
- Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - AMOVA

- Associação dos Pequenos Agricultores Eldorado - APAGE
- Associação União Excedentes P.A. Flórida de Sidrolândia MS - AUDEPAFS
- Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - COOPERHAF
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Federação da Agricultura Familiar do MS - FAF
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETA-GRI
- Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST
- Projeto Viva a Vida - PROVIDA
- Associação de Apoio à Moradia - SAM

# Legislação e normativas

Os marcos legais e regulatórios se constituem de leis e decretos que regulam o setor habitacional, incluindo a política urbana, criação de programas de in-

centivos à produção de habitações, criação de Fundos e de Conselhos afins e outras que, de alguma forma, estão relacionadas ao setor, nos âmbitos federal e estadual.

Quadro 19 – Marcos regulatórios e legais

ÂMBITO	LEI/DECRETO	Nº E DATA	ASSUNTO	
FEDERAL	Constituição Federal	1988	Direito à moradia, política urbana, função social da cidade e da propriedade urbana: Artigos 6º, 182 e 183 respectivamente.	
	Estatuto da Cidade	Lei nº. 10.257, de 10/07/2010	Política urbana e regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.	
	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS	Lei nº. 11.124, de 16 de junho de 2005	Cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, o Fundo Gestor de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.	
	Regularização fundiária de interesse social e gratuidade no registro de imóveis	Lei nº. 11.481, de 31 de maio de 2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636/98, 8.666/ 93, 11.124/05, 10.406/02 - Código Civil, 9.514/97, e 6.015/ 73, e dos Decretos-Leis nos 9.760/46, 271/67, 1.876/81, e 2.398/87; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; institui a gratuidade no registro de imóveis de interesse social.	
	Assistência Técnica	Lei nº. 11.888, de 24 de dezembro de 2008	Institui a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.	
	Minha Casa, Minha Vida	Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365/41, as Leis nºs 4.380/64, 6.015/73, 8.036/90, e 10.257/01, e a Medida Provisória nº 2.197-43/01.	
	Minha Casa, Minha Vida, regularização fundiária	Decreto nº. 6.819, de 13 de abril de 2009	Regulamenta as Seções II, III e IV do Capítulo I da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.	
	Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFHAB e Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHAB.	Decreto nº. 6.820, de 13 de abril de 2009	Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFHAB e sobre a forma de integralização de cotas no Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHAB.	
	Minha Casa, Minha Vida	Decreto nº. 6.962, de 17 de setembro de 2009	Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.	
	Parcelamento do solo urbano	Lei nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979	Parcelamento do solo urbano.	
	Parcelamento do solo urbano	Lei nº. 9.785 29, de janeiro de 1999	Altera a Lei nº. 6.766/79.	
	Parcelamento do solo urbano	Projeto de Lei nº. 3.057/2000	Revisão da Lei nº. 6.766/79 e da Lei nº. 9.785/99, ainda não aprovada.	
	ESTADUAL	COHAB	Decreto nº. 30, de 01 /10 / 1979	Cria a Companhia de Habitação Popular.
		CDHU	Lei nº. 1.140, de maio de 1991	Transforma a COHAB em Companhia de Desenvolvimento de Habitação e Urbanismo.
Lei nº. 2.152, de 26 de outubro de 2000			Extinção da CDHU.	
FIS		Lei Nº 2.105, de 30 de maio de 2000	Cria o Fundo de Investimento Social.	
Che Roga Mi		Decreto nº. 9.967, de 29/06/2000	Programa Habitacional “Che Roga Mi”.	
SEHINFRA		Lei nº. 2.152, de 26 de outubro de 2000	Reorganiza a estrutura básica do Poder Executivo.	
AGEHAB		Lei nº. 2.575, 19 de dezembro de 2002	Cria a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul.	
Programa Habitacional “Novo Habitar”		Decreto nº. 11.312, de 24 de julho de 2003	Institui o Programa Habitacional “Novo Habitar”. e estabeleceu os critérios públicos de seleção das famílias inscritas no cadastro da AGEHAB que seriam beneficiados pelo Programa Habitacional “Novo Habitar”.	
		Lei nº. 2.940, 16 de dezembro de 2004	Cria o Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul - CEC/MS.	
Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul		Decreto nº. 13.037, de 24/08/2004	Aprova o regimento Interno do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul.	
		Lei nº. 3.345, de 22 de dezembro de 2006	Reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e no Art. 17-A estabelece as competências da SEHAB.	
Reestruturação do Poder Executivo do Estado e Competência da SEHAB		Lei nº. 3.345, de 22 de dezembro de 2006		
SEHAB		Decreto nº. 12.338, 11 de junho de 2007	Aprova a Estrutura Básica da SEHAB.	
AGEHAB		Decreto nº. 12.419, 04/09/ 2007	Aprova a Estrutura Básica da AGEHAB.	
Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul		Decreto “P” nº.3.242, de 14/11/2007	Nomeia os membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul – CEC/MS	
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo		Lei nº. 3.482, 20 de dezembro de 2007	Cria o Fundo de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e instituiu o Conselho Gestor do FEHIS	
Coordenação para Elaboração do Plano de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul - PHEMS		Decreto nº.12.685, de 30 de Dezembro de 2008	Institui a Coordenação para Elaboração do Plano de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul - PHEMS e Define as suas atribuições.	
		Decreto “P” nº.4.633, de 30 de Dezembro de 2008	Nomeia os representantes para composição da Coordenação para Elaboração do Plano de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul-PHEMS.	
Plano de Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul - PHEMS		Decreto “P” nº.4.633, de 30 de Dezembro de 2008		
Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS		Decreto “P” nº.4.634, de 30 de Dezembro de 2008	Nomeia os membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS.	
SEHAC	Lei nº. 3.682, de 29 de maio de 2009	Cria a Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades.		
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social	Emenda Constitucional nº. 44, de 30 de março de 2010	Vincula e destina 1% da receita de impostos ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social.		

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC.

# Marcos regulatórios e institucionais

Neste capítulo será apresentada a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC e da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – AGEHAB.

A Secretaria de Estado de Habitação – SEHAB foi recentemente denominada Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC, por meio da Lei nº. 3.682, de 29 de maio de 2009, mantendo a Estrutura Básica de funcionamento que havia sido atribuída por meio do Decreto nº. 12.338, de 11 de junho de 2007, conforme quadro abaixo. A representação gráfica desta

estrutura encontra-se no Organograma da SEHAC.

Em 2002 o Governo do Estado instituiu a Lei nº. 2.575, de 19 de dezembro de 2002, que criou a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul, como uma autarquia integrante da administração indireta do Poder Executivo. A Estrutura Básica da AGEHAB foi aprovada pelo Decreto nº. 12.419, de 04 de outubro de 2007, conforme quadro abaixo. A representação gráfica desta estrutura encontra-se no Organograma da AGEHAB.

Quadro 20 - Estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC

ATRIBUIÇÃO BÁSICA			
Formulação, elaboração e execução de programas de desenvolvimento das produções habitacionais no Estado.			
ESTRUTURA BÁSICA			
I – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	II – UNIDADES DE EXECUÇÃO OPERACIONAL	III – UNIDADE DE GESTÃO INSTRUMENTAL	IV – ENTIDADE VINCULADA
a) Coordenadoria de Planejamento	a) Superintendência de Habitação de Mercado	a) Superintendência de Administração e Finanças	a) Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB
b) Coordenadoria de Apoio Administrativo	b) Superintendência de Habitação Social		

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC

Quadro 21 - Estrutura administrativa da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul - AGEHAB

DEFINIÇÃO			
É uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e com autonomia técnica, administrativa e financeira, com sede e foro na capital do Estado e vinculada à SEHAC.			
ESTRUTURA BÁSICA			
I – ÓRGÃO COLEGIADO DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR	II – ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR	III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	IV – ÓRGÃOS DE GERÊNCIA E EXECUÇÃO OPERACIONAL
a) Conselho de Administração	a) Diretoria da Presidência	a) Coordenadoria Jurídica	a) Gerência de Administração e Finanças
		1 – Comissão de Licitação	b) Gerência de produção Habitacional
		b) Coordenadoria de Apoio Administrativo	c) Gerência de Implantação de Empreendimentos

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC

Em relação aos servidores da SEHAC e da AGEHAB, estão divididos em efetivos, os concursados que fazem parte do quadro funcional do Estado, os co-

missionados que são contratados como Cargo em Comissão e os terceirizados que prestam serviço por meio de empresas contratadas.

Tabela 65 - Servidores da SEHAC

EFETIVOS E COMISSIONADOS	TERCEIRIZADOS		
Secretária de Estado	01	Administrativo	01
Superintendente	02	Técnicos	06
Administrativos	03	TOTAL	07
Técnicos:			
Arquiteto	05		
Engenheiro	01		
Advogado	01		
TOTAL	19		

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC

Tabela 66 - Servidores da AGEHAB

GERÊNCIAS	EFETIVOS E COMISSIONADOS	TERCEIRIZADOS
Gerência de Administração e Finanças	10	12
Gerência de Produção Habitacional	09	04
Gerência de Implantação de Empreendimentos	22	23
TOTAL	41	39
<b>SERVIDORES DA ÁREA TÉCNICA - GESTÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS - FISCALIZAÇÃO</b>		
Engenheiro		10
Arquiteto		04
Advogado		03
Assistente Social		06
TOTAL		22

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC



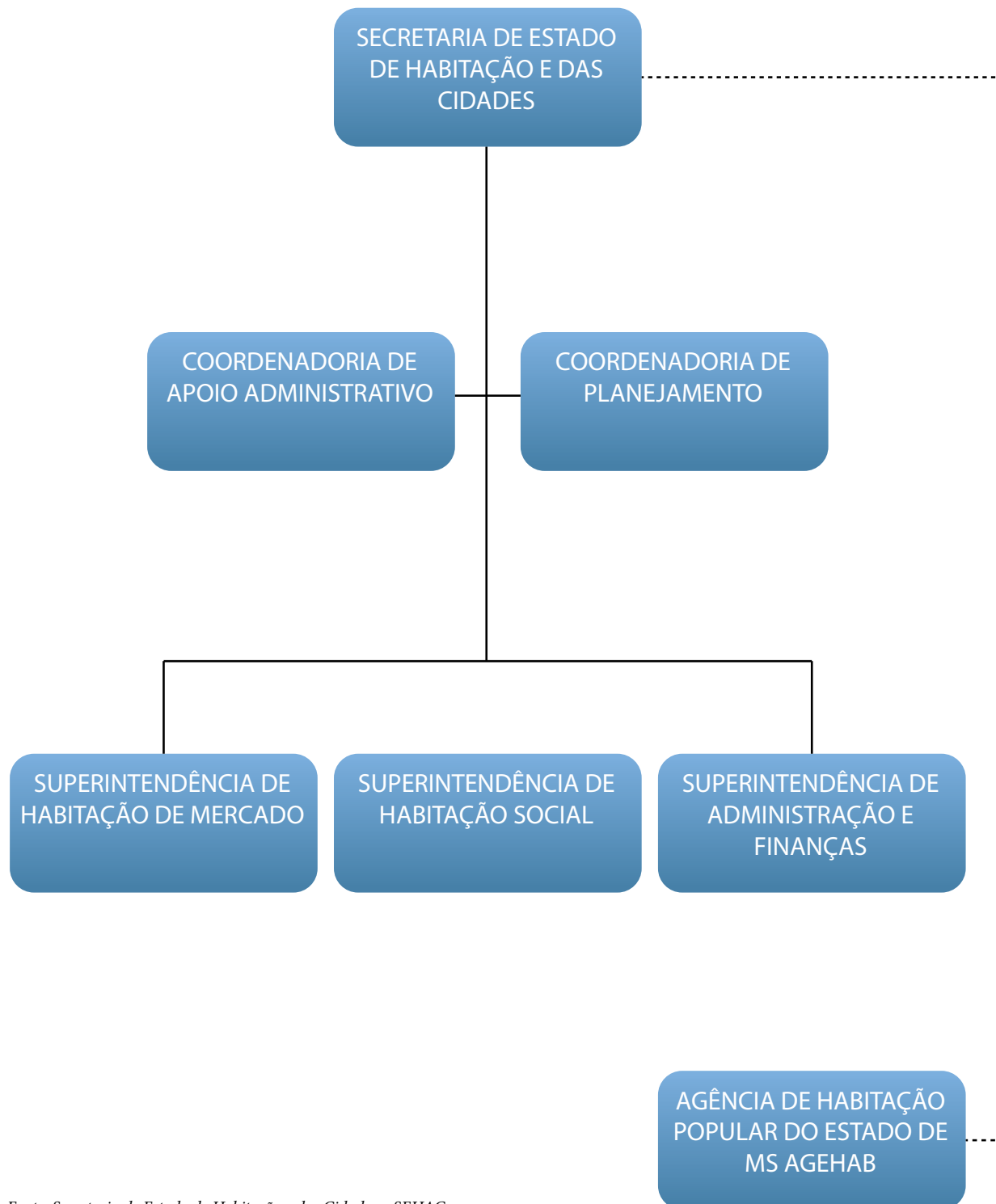
## Organograma da Secretaria de Estado de Habitação das Cidades

Este Organograma corresponde à representação gráfica da estrutura da Secretaria de Estado de Habitação – SEHAB e compõe o Anexo do Decreto nº. 12.338, de 11 de junho de 2007, que estabeleceu essa estrutura básica. É importante ressaltar que, atualmente, este órgão foi denominado Secretaria de Estado de

Habitação e das Cidades – SEHAC, porém não houve alteração na sua estrutura.

Outro aspecto a ser observado é que a Superintendência de Habitação de Mercado não foi efetivada, ou seja, encontra-se criada apenas no Decreto.

Figura 19 - Organograma da Secretaria de Estado de Habitação das Cidades



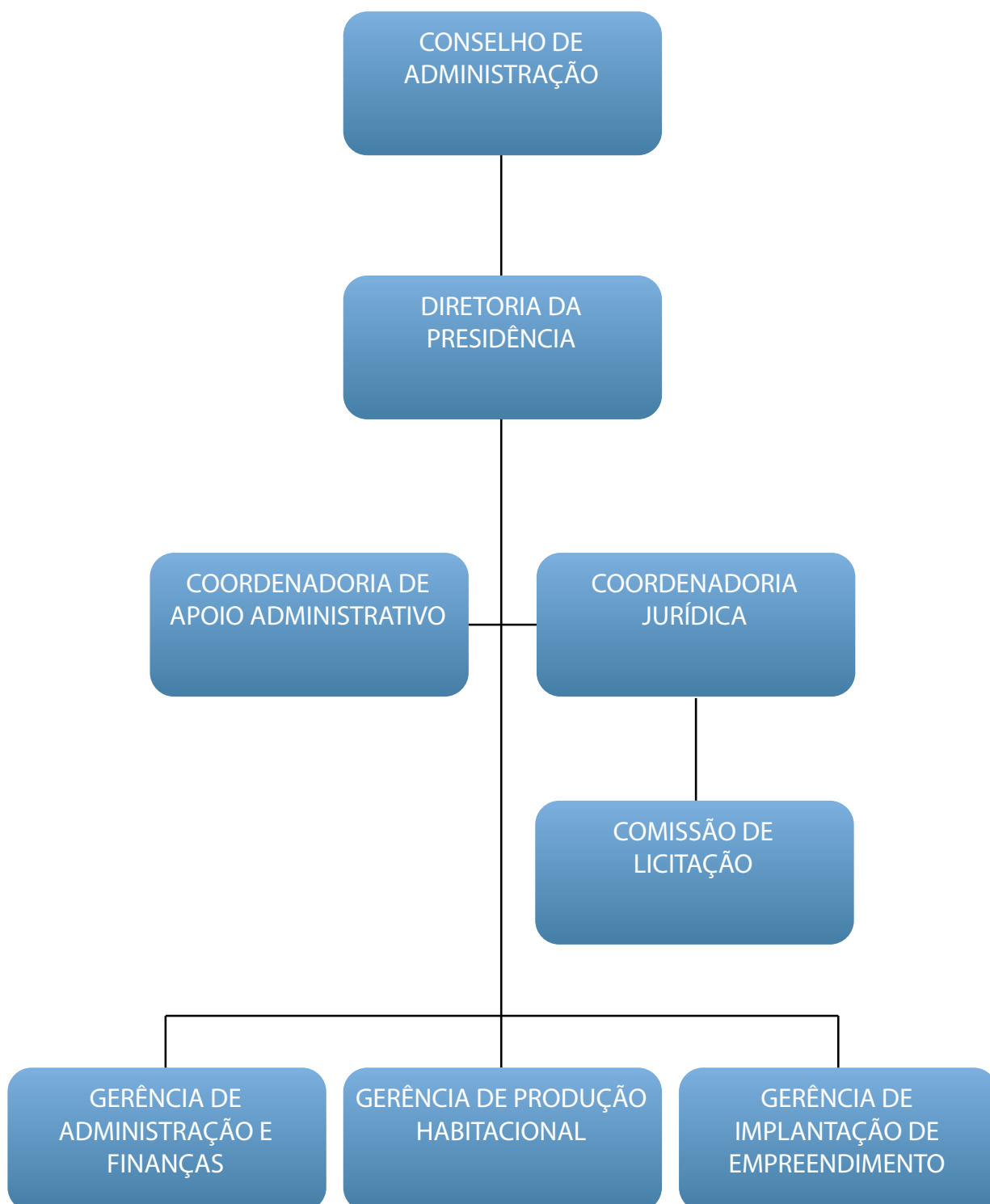
Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC

## Organograma da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

Este Organograma corresponde à representação gráfica da estrutura organizacional da AGEHAB e consta no Anexo do Decreto nº. 12.419, de 4 de outubro de 2007. Destaca-se que a Gerência de Administração e

Finanças foi unificada com a Superintendência de Administração e Finanças, da SEHAC, atendendo aos dois órgãos.

Figura 20 - Organograma da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades - SEHAC

# Programas e ações

O setor habitacional conta hoje com uma Política Nacional de Habitação - PNH - que tem como objetivo principal garantir moradia digna a todos os seg-

mentos da população, especialmente o de baixa renda. A PNH busca ainda retomar o processo de planejamento e criar novas condições institucionais para promover o acesso à moradia.

## Programas federais

Quadro 22 - Programas e ações do Governo Federal

PROGRAMA/ MODALIDADE	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA	OPERACIONALIZAÇÃO
Minha Casa, Minha Vida. Habitação para famílias com renda bruta de até 3 salários mínimos. Fonte: Orçamento Geral da União.	Aquisição de empreendimentos na planta, pelo fundo do programa habitacional.	Municípios com mais de 100 mil habitantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• União aloca recursos por área do território nacional.</li> <li>• Estados e municípios realizam cadastramento da demanda e após triagem indicam famílias para seleção, utilizando as informações do cadastro único.</li> <li>• Construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CAIXA, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente.</li> <li>Estados e municípios que oferecerem:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>– Maior contrapartida financeira.</li> <li>– Infraestrutura para o empreendimento.</li> <li>– Terreno.</li> <li>– Desoneração fiscal de ICMS, ITCD, ITBI e ISS.</li> </ul> </li> <li>• Menor valor de aquisição das unidades habitacionais.</li> <li>• Existência prévia de infraestrutura.</li> <li>• Atendimento a regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos de infraestrutura, tais como: usinas, hidrelétricas, portos etc.</li> <li>• Atendimento às áreas atingidas por catástrofes definidas pela defesa civil.</li> </ul>
Operações Coletivas Urbanas em Parceria com Associações e Cooperativas. Fonte: Fundo de Desenvolvimento Social – CCFDS.	Financiamento às famílias com renda de até 3 salários mínimos, organizadas de forma associativa por entidades sem fins lucrativos (cooperativas associações, etc.).	Financiamento às famílias com renda de até 3 salários mínimos, organizadas de forma associativa por entidades sem fins lucrativos (cooperativas associações, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – CCFDS- define a alocação de recursos por região do território nacional.</li> <li>• Entidades sem fins lucrativos apresentam projetos a CAIXA, podendo fazê-lo em parceria com municípios.</li> <li>• Entidades sem fins lucrativos apresentam a demanda a ser atendida.</li> <li>• A CAIXA efetua a análise Ministério das Cidades seleciona os projetos.</li> <li>• A CAIXA contrata a operação.</li> </ul>
Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários. Fonte: Recursos do FNHIS Acrescidos das contrapartidas obrigatórias. A contrapartida fica definida na forma disposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observadas as orientações e os percentuais ali estabelecidos.	Apoio nas intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco, visando a sua permanência ou realocação.	Lei nº 11.124/05 – Decreto nº 5.796/06 – Resolução nº 13/07 – Instrução Normativa nº 27/07 do Conselho Gestor do FNHIS – Instrução Normativa para Trabalho Social.	Cabe ao MCIDADES: estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais; consignar recursos no FNHIS para execução das ações; realizar análise e seleção das propostas com vistas à celebração dos contratos de repasse; estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a implantação das ações. À CAIXA cabe: celebrar os contratos de repasse; acompanhar e atestar a execução do objeto das contratações efetuadas; verificar o cumprimento da exigência de preenchimento do cadastro socioeconômico dos beneficiários do Programa por meio do Cadastro Único (CadÚnico). Ao Município compete: apresentar suas propostas para fins de seleção; executar as ações previstas; selecionar os beneficiários em conformidade com os normativos; cadastrar os beneficiários no CadÚnico; estimular a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto; prestar contas dos recursos transferidos pela União.
Habitação de Interesse Social - HIS. Fonte: FNHIS acrescidos das contrapartidas obrigatórias.	Produção de habitação de interesse social.	Lei nº 11.124/05 – Decreto nº 5.796/06 – Resolução nº 13/07 – Instrução Normativa nº 27/07 do Conselho Gestor do FNHIS. – Instrução Normativa para Trabalho Social.	
Ação Provisão Habitacional de Interesse Social.	Apoiar estados e municípios no acesso da população com renda familiar mensal de até R\$ 1.050,00 à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais. Modalidades: a) Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; b) Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; c) Requalificação de Imóveis; d) Apoio à Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social		O programa pode ser acessado de duas formas:a) Emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual (LOA). b) seleção pública de propostas realizada periodicamente pelo Ministério das Cidades. Cabe ao MCIDADES: estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais; consignar recursos no FNHIS para execução das ações; realizar análise e seleção das propostas com vistas à celebração dos contratos de repasse; estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a implantação das ações. A CAIXA cabe: celebrar os contratos de repasse; acompanhar e atestar a execução do projeto das contratações efetuadas, verificar o cumprimento da exigência de preenchimento do cadastro sócio-econômico dos beneficiários do programa por meio do Cadastro Único (CadÚnico).
Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social.	Visa apoiar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social, requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e na Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS, para adesão ao SNHIS	Estados, Distrito Federal e municípios que demandem os recursos federais e que tenham feito adesão ao SNHIS.	Ao município compete: apresentar suas propostas para fins de seleção; executar as ações previstas; selecionar os beneficiários em conformidade com normativos; cadastrar os beneficiários no CadÚnico; estimular a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto; prestar contas dos recursos transferidos pela União. Famílias atendidas - Beneficiários. a) fornecer dados cadastrais e sócio-econômicos, para o CadÚnico. b) participar em todas as etapas do projeto. c) apropriar-se corretamente dos bens e serviços colocados à sua disposição.
Ação Provisão Habitacional de Interesse Social.– Modalidade Assistência Técnica.	A ação visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do FNHIS, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à mobilização e organização comunitária, elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico, de forma coletiva ou individual.		

Continua...

...Continuação

PROGRAMA/ MODALIDADE	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA	OPERACIONALIZAÇÃO
Minha Casa, Minha Vida. Habitação para famílias com renda bruta de até 3 salários mínimos. Fonte: Orçamento Geral da União.	Aquisição de empreendimentos na planta, pelo fundo do programa habitacional.	Municípios com mais de 100 mil habitantes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• União aloca recursos por área do território nacional.</li> <li>• Estados e municípios realizam cadastramento da demanda e após triagem indicam famílias para seleção, utilizando as informações do cadastro único.</li> <li>• Construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CAIXA, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, cooperativas, movimentos sociais ou independentemente.</li> </ul> Estados e municípios que oferecerem: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Maior contrapartida financeira.</li> <li>– Infraestrutura para o empreendimento.</li> <li>– Terreno.</li> <li>– Desoneração fiscal de ICMS, ITCD, ITBI e ISS.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Menor valor de aquisição das unidades habitacionais.</li> <li>• Existência prévia de infraestrutura.</li> <li>• Atendimento a regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos de</li> </ul>

Elaboração: Controle Consultoria

## Programa estadual

A produção de habitações de interesse social pelo poder público estadual é geralmente realizada com recursos de repasse ou financiamentos do Governo Federal, em sua maioria, tendo os municípios como parceiros. O Programa MS Cidadão, congrega todas as ações do Estado nos municípios sul-mato-grossenses, por meio de projetos como:

Quadro 23 - Programa MS Cidadão

PROJETOS	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA	OPERACIONALIZAÇÃO
Projeto Casa Indígena	Proporcionar moradia digna às famílias indígenas, contribuindo para o resgate cultural e cidadania.	Decreto N° 11.312, de 24 de Julho de 2003. Municípios de Mato Grosso do Sul.	Assinatura de contratos de repasse com instituições financeiras quando o recurso é Federal, através de parceria com a FUNAI e FUNASA, inscrição e seleção das famílias que serão beneficiadas, informar dados cadastrais no CADÚNICO.
Projeto Casa Quilombola	Resgatar compromisso com famílias descendentes de negros, através da promoção da melhoria das condições de habitação.		Desenvolvido em parceria com entidades civis, representantes de comunidades negras.
Projeto Casa Rural	Reduzir as moradias precárias na área rural e apoiar o programa de fixação do trabalhador rural no campo.		Assinatura de contrato de repasse com instituições financeiras- repasse de recursos federais. Desenvolvido em parceria com o INCRA e com entidades ligadas à questão agrária.
Projeto Lote Moradia	Promover assistência técnica e construção de moradia em terreno próprio do beneficiário.		Oferecer assistência técnica através de convênios com entidades representativas da área de arquitetura e engenharia, Universidades, corpo técnico da própria SEHAC.
Projeto Meu Lar	Construir moradias para famílias oriundas de coabitação.		Assinatura de contrato de repasse com instituições financeiras, parceria com municípios para efetuar o cadastro e seleção das famílias a serem beneficiadas, informar dados cadastrais das famílias beneficiadas no CADÚNICO e prestar contas do recurso recebido para a União.
Projeto Mudando para Melhor	Construir habitações aliado à urbanização da área, regularização fundiária, quando necessário, para famílias que habitam favelas e áreas de risco.		Assinatura de contrato de repasse com instituições financeiras, parceria com municípios para efetuar o cadastro e seleção das famílias a serem beneficiadas, informar dados cadastrais das famílias beneficiadas no CADÚNICO e prestar contas do recurso recebido para a União.
Projetos Especiais	Atender públicos específicos que não se enquadram em nenhuma das situações anteriores, como é o caso de aldeias indígenas, assentamentos rurais, quilombolas e outros.		

Elaboração: Controle Consultoria



# Fontes de financiamento de programas habitacionais do setor público.

Até 1964, os financiamentos habitacionais eram praticados, no Brasil, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. A partir de 1964, vários fatos ocorreram na Política Nacional de Financiamento de Programas Habitacionais, em nosso País, sendo os principais deles:

- Em 1991 foi elaborado o PL, de iniciativa em 1964: O Sistema Financeiro de Habitação passou a ser de responsabilidade do Banco Nacional da Habitação;
- Em 1984 ocorreu a extinção do BNH; popular - Fundo Nacional;
- 2000 – Emenda Constitucional nº. 31 (Fundo de Combate à pobreza);

- 2005 – Criação do FNHIS e do SNHIS.

No âmbito estadual, recentemente o Estado de Mato Grosso do Sul editou a Emenda Constitucional nº. 44, de 30 de março de 2010, a qual vincula e destina um por cento da receita de impostos ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, possibilitando um incremento de recursos para aplicação em ações de habitação.

As Tabelas a seguir disponibilizam informações que permitem avaliar a relação entre a receita arrecadada de impostos e as despesas aplicadas na função habitação pela União, estados e municípios no período de 2005 a 2009.

Tabela 67 - Receita arrecadada de Impostos no período 2005/2009 (em R\$mil)

ENTE/ANO	2005	2006	2007	2008	2009
União	151.809.483	165.843.673	195.546.271	248.659.448	235.609.120
Estados	165.818.517	181.629.055	202.828.053	239.840.329	258.633.507
Distrito Federal	4.717.380	5.463.673	5.971.945	6.985.035	7.392.530
Municípios	27.930.753	32.504.560	37.476.041	43.655.093	47.263.215
MS	2.678.243	3.196.032	3.792.429	4.524.824	4.502.771

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 68 - Recursos aplicados na função habitação no período 2005/2009 (em R\$mil)

ENTE/ANO	2005	2006	2007	2008	2009
União	569.926	1.166.967	600.206	1.044.746	1.010.905
Estados	1.356.902	1.280.220	1.231.206	2.125.085	2.087.261
Distrito Federal	38.217	7.489	36.507	9.210	31.018
Municípios	1.000.682	1.285.995	1.443.478	2.257.842	2.934.483
MS	18.100	22.763	8.617	14.275	26.511

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 69 - Percentual das despesas aplicadas na função habitação em relação à receita arrecadada de impostos no período 2005/2009 (em R\$mil)

ENTE/ANO	2005	2006	2007	2008	2009
União	0,3754	0,7037	0,3069	0,4202	0,4291
Estados	0,8183	0,7049	0,6070	0,8860	0,8070
Distrito Federal	0,8101	0,1371	0,6113	0,1319	0,4195
Municípios	3,5827	3,9564	3,8517	5,1720	6,2088
MS	0,6758	0,7122	0,2272	0,3155	0,5887

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

As informações disponibilizadas neste documento, sobre as fontes de financiamento (nacionais, internacionais, públicas e privadas) para a captação de recursos, destinadas ao setor público, devem se somar ao desenvolvimento de ações em parcerias com demais segmentos da sociedade destinados à execução de projetos e ações de desenvolvimento habitacional de inte-

resse social, sendo recomendável a obtenção de detalhes junto às próprias fontes de financiamento para a escolha daquela que melhor atenda as condições e finalidades pretendidas. Em geral, as fontes de financiamento exigem também uma contrapartida das entidades executoras, cuja proporção varia a cada caso. Sendo detalhada na apresentação das propostas.

## Orçamento Geral da União

A seguir estão detalhados os recursos do OGU - Orçamento Fiscal e Seguridade - fixados diretamente para a função habitação e para as funções urbanismo e saneamento que complementam e qualificam a habitação.

Tabela 70 - OGU - Recursos destinados ao Ministério das Cidades para 2010 (em R\$ 1,00)

FUNÇÃO HABITAÇÃO	
1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	
10S6 - Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	514.244.393
Total do programa:	514.244.393
9991 - Habitação de Interesse Social	
10SJ - Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	187.086.702
8875 - Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social	20.000.000
Total do programa:	207.086.702
FUNÇÃO URBANISMO	
0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	
1B00 - Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC	1.400.000
1B25 - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação	1.000.000
1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	2.219.942.965
2272 - Gestão e Administração do Programa	2.000.000
4055 - Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	1.000.000
4420 - Funcionamento do Conselho das Cidades	7.000.000
4511 - Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano	100.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	700.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	4.000.000
7L65 - Apoio à Implantação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia - GO	19.309.036
8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	6.000.000
Total do programa:	2.262.452.001
0660 - Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	
2272 - Gestão e Administração do Programa	21.297.000
4398 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito	19.620.000
4410 - Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito	113.555.000
4414 - Educação para a Cidadania no Trânsito	16.450.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	120.000.000
6622 - Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito	7.750.000
8028 - Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT	4.500.000
8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito	196.471.127
Total do programa:	499.643.127
0750 - Apoio Administrativo	

Continua...

...Continuação

FUNÇÃO URBANISMO	
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2.803.604
Total do programa:	2.803.604
0810 - Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	
2272 - Gestão e Administração do Programa	200.000
8098 - Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil	300.000
8100 - Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil	500.000
Total do programa:	1.000.000
1078 - Nacional de Acessibilidade	
10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	20.700.000
10T3 - Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	150.000
10T4 - Adequação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	120.000
10T5 - Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	120.000
10T6 - Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Natal à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	120.000
10T7 - Adequação do Sistema de Trens Urbanos de Recife à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 de 2004)	150.000
1034 - Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal (Decreto n.º 5.296 2004)	100.000
Total do programa:	21.460.000
1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	
10S3 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	1.276.375.631
2272 - Gestão e Administração do Programa	500.000
8865 - Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários	900.000
8866 - Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)	15.200.000
Total do programa:	1.292.975.631
1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana	
2272 - Gestão e Administração do Programa	
2D49 - Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana	1.000.000
8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano	1.000.000
8873 - Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda	35.583.330
8874 - Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa	
Total do programa:	42.133.330
1137 - Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	
10SB - Apoio a Projetos de Infraestrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas	100.000
2272 - Gestão e Administração do Programa	300.000
7K82 - Apoio a Projetos de Infraestrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Maceió - AL	18.208.463

Continua...

...Continuação

FUNÇÃO URBANISMO	
8868 - Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas	900.000
Total do programa:	19.508.463
1295 - Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	
0110 - Contribuição à Previdência Privada	5.154.184
0B14 - Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador	500.000
0B15 - Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE	11.000.000
10SY - Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE	48.840.000
10SZ - Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA	1.000.000
10T0 - Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE	1.000.000
10T9 - Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	100.000
11IO - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN	2.000.000
11J9 - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB	1.000.000
11JD - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL	45.119.568
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	11.643.693
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	962.811
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	3.201.303
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	24.215.111
20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	559.295
2272 - Gestão e Administração do Programa	34.685.155
2843 - Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	435.091.439
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	950.000
5174 - Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	62.000
5176 - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	1.000.000
5754 - Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	93.303.000
6438 - Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	1.923.984
7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	174.138.988
Total do programa:	968.568.845
9989 - Mobilidade Urbana	
10SR - Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano	1.000.000
10SS - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano	267.901.658
10ST - Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados	73.975.124
2272 - Gestão e Administração do Programa	600.000
2D47 - Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego	2.000.000
7H24 - Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Trecho Rio de Janeiro - Niterói - São Gonçalo	500.000

Continua...

...Continuação

Função Urbanismo	
7H25 - Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ	63.205.611
Total do programa:	409.182.393
Função Saneamento	
0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto	
10SC - Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	324.736.224
1N08 - Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	708.030.795
2272 - Gestão e Administração do Programa	2.000.000
Total do programa:	1.034.767.019
0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	
3955 - Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento	19.000.000
Total do programa:	19.000.000
1036 - Integração de Bacias Hidrográficas	
10SU - Apoio a Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	6.876.955
10TB - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes	4.247.946
Total do programa:	11.124.901
1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários.	
10S5 - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes	485.273.630
Total do programa:	485.273.630
1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana	
1P95 - Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil habitantes.	4.745.335
8871 - Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento	6.286.388
Total do programa:	11.031.723
1138 - Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	
10SG - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais	573.252.959
Total do programa:	573.252.959
8007 - Resíduos Sólidos Urbanos	
116I - Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas	6.243.313
Total do programa:	6.243.313
<b>TOTAL DAS FUNÇÕES HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO DO ÓRGÃO:</b>	<b>8.381.752.034</b>

Fonte: SIAFI/STN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

## Orçamento Geral do Estado

A seguir estão detalhados os recursos do Orçamento Geral do Estado para 2010 - Orçamento Fiscal e

Seguridade - para a função habitação e para as funções urbanismo e saneamento.

Tabela 71 - OGE - Orçamento Anual do Estado para 2010 (em R\$ 1,00)

<b>Função Habitação</b>	
Fundo de investimentos sociais	
09902.16.122.035.2.180	
Apoio ao desenvolvimento de programas habitacionais	650.000
Total do Programa	650.000
Total da Unidade	650.000
<b>Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades</b>	
45101.16.482.033.2.821	
Procasa	763.700
Total do Programa	
Total da Unidade	763.700
<b>Agência de Habitação Popular do Estado de MS</b>	
45201.16.482.033.1.831	
Projeto Meu Lar	23.770.000
Total do Programa	23.770.000
45201.16.482.033.1.832	
Projeto Mudando para Melhor	16.310.000
Total do Programa	16.310.000
45201.16.482.033.1.833	
Projetos Especiais	16.310.000
Total do Programa	16.310.000
45201.16.482.033.2.831	
Implementação de Ações de Habitação	4.594.100
Total do Programa	4.594.100
Total da Unidade	60.984.100
<b>Fundo de Habitação de Interesse Social</b>	
45902.16.482.033.1.841	
Implementação de Projetos Habitacionais	22.000.000
Total do Programa	22.000.000
<b>Função Habitação</b>	
45902.16.482.033.2.851	
Gestão do Fundo	431.000
Total do Programa	431.000
Total da Unidade	22.431.000
<b>Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades</b>	
45101.15.452.039.2.822	
Fomento e Implementação de Ações para o Desenvolvimento Regional e Urbano	5.400
Total do Programa e da Unidade	5.400
<b>Função Urbanismo</b>	
<b>Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos</b>	
19201.15.451.022.2.384	
Drenagem e Pavimentação em Áreas Urbanas e Degradadas	85.000.000
Total do Programa	85.000.000
Total da Unidade	85.000.000

Continua...

Continuação...

Saúde (Saneamento – Pac)	
Fundo Especial de Saúde de MS	
27901.10.304.012.2.678	
Implementação das Ações de Saneamento - PAC	82.336.100
Total do Programa	82.336.100
Total da Unidade	82.336.100
Fontes Potenciais	
Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	
25906.08.244.035.2.631	
Implementação de Projetos de Combate à Pobreza	47.303.700
Total do Programa	47.303.700
Total da Unidade	47.303.700

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - Orçamento Anual de MS – 2010

## Recursos do Estado vinculados à habitação

- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS)

### a) Objetivo

Apoiar a execução do Plano Estadual, de Habitação de Interesse Social (PEHIS), na forma estabelecida na Lei nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007.

### b) Acesso aos recursos

A Ação, que tem gestão da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, consta do Orçamento Geral do Estado (OGE) no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS). A SEHAC procede à seleção das operações a serem executadas.

### c) Contrapartida

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos no Instrumento de Transferência de Recursos.

- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

### a) Objetivo

Viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, na forma estabelecida na Lei nº 3.337, de 22 de dezembro de 2006.

### b) Acesso aos recursos

Orçamento Geral do Estado (OGE). Captação direta por meio dos programas constantes do OGE.

### c) Contrapartida

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos no Instrumento de Transferência de recursos.

- Fundo de Investimentos Sociais - FIS

### a) Objetivo

Investimentos de alcance social para suprir ações que não estejam sendo ou não possam ser atendi-

das, total ou parcialmente, por insuficiência de recursos do Estado ou dos municípios.

### b) Acesso aos recursos

Orçamento Geral do Estado (OGE).

Captação direta por meio dos programas constantes do OGE.

### c) Contrapartida

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos no Instrumento de Transferência de recursos.

- Legislação Estadual dos Fundos e manuais de procedimentos

a) Emenda Constitucional nº 44, de 30 de março de 2010.

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários do Estado ao respectivo Fundo de Habitação de Interesse Social

b) Lei Nº 3.482, de 20 de dezembro de 2007.

Cria o Fundo de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e Institui o Conselho Gestor do (FEHIS)

c) Lei nº 3.337, de 22 de dezembro de 2006.

Cria o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOMP) e dá outras providências.

d) Lei nº 2.105, de 30 de maio de 2000.

Institui o Fundo de Investimentos Sociais (FIS) e dá outras providências.

e) Decreto nº 11.261, de 16 de junho de 2003 e alterações.

Estabelece normas para celebração de convênios e instrumentos similares por órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.

f) Resolução/Sefaz n. 2.093, de 24 de outubro de 2007.

Disciplina os procedimentos para celebração de convênios ou instrumentos similares no âmbito do Poder Executivo.

A tabela a seguir informa valores das despesas realizadas em habitação no período de 2006 a 2009, período anterior a Emenda Constitucional nº. 44, de 30 de março de 2010, que vincula e destina 1% da receita de impostos ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, objetivando um incremento de recursos para aplicação em ações de habitação.

Tabela 72 - Demonstrativo da realização de despesas em habitação – 2006 a 2009

DISCRIMINAÇÃO		FONTE	BALANÇO 2006	BALANÇO 2007	BALANÇO 2008	BALANÇO 2009	ORÇAMENTO 2010
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS			2.913.648.983,61	3.406.167.904,44	4.060.930.925,56	4.104.504.867,90	4.820.495.725,00
09902	FIS	50					650.000,00
45101	SEHAC	00		317.138,96	656.959,49	707.016,41	769.100,00
45101	SEHAC	40			14.859,74		
45201	AGEHAB	00	3.125.358,60	3.348.750,95	4.977.777,19	6.707.025,94	10.310.500,00
45201	AGEHAB	40	1.733.608,02	456.310,97	2.502.011,48	2.320.849,48	156.600,00
45201	AGEHAB	50	5.159.150,49	7.918.197,59	25.011.995,10	44.047.211,32	
45201	AGEHAB	81	17.165.744,01	4.216.660,14	7.849.403,33	17.514.386,85	50.517.000,00
45901	FHDU	40	792.405,71	202.924,69	35.413,04		
45902	FEHIS	40				24.281,02	1.331.000,00
45902	FEHIS	81					21.100.000,00
DESPESA REALIZADA			27.976.266,83	16.459.983,30	41.048.419,37	71.320.771,02	84.834.200,00
% DESP.REALIZADA/REC.LIQ.IMP.			0,96%	0,48%	1,01%	1,74%	1,76%
<b>TOTAL DESP.REALIZADA P/FONTE</b>							
REC.ORDINÁRIOS DO TESOUREO		00	3.125.358,60	3.665.889,91	5.634.736,68	7.414.042,35	11.079.600,00
REC.DIRET.ARRECADADO		40	2.526.013,73	659.235,66	2.552.284,26	2.345.130,50	1.487.600,00
REC.PROV.DA LEI 2,105/2000-FIS		50	5.159.150,49	7.918.197,59	25.011.995,10	44.047.211,32	650.000,00
CONVÊNIO DIVERSOS		81	17.165.744,01	4.216.660,14	7.849.403,33	17.514.386,85	71.617.000,00
DESPESA REALIZADA			27.976.266,83	16.459.983,30	41.048.419,37	71.320.771,02	84.834.200,00
<b>% EM RELAÇÃO REC.LIQ.IMPOSTOS</b>							
REC.ORDINÁRIOS DO TESOUREO		00	11,17%	22,27%	13,73%	10,40%	13,06%
REC.DIRET.ARRECADADO		40	9,03%	4,01%	6,22%	3,29%	1,75%
REC.PROV.DA LEI 2,105/2000-FIS		50	18,44%	48,11%	60,93%	61,76%	0,77%
CONVÊNIO DIVERSOS		81	61,36%	25,62%	19,12%	24,56%	84,42
DESPESA REALIZADA			100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: Incluso destaques.

Fonte: Balanços Gerais do Estado AGE/SEFAZ-MS

## Fontes de financiamento e subsídio habitacional

As estratégias a serem adotadas no Plano de Habitação de MS devem considerar que a dimensão das necessidades habitacionais precisam ser enfrentadas com diferentes processos de produção e de financiamento. É fundamental considerar a diversidade de situações urbanas e rurais, as características sociais e econômicas da população, a capacidade institucional do poder público, as fontes e a modelagem de financiamento e subsídio, a questão fundiária e urbana e a estruturação da cadeia produtiva da construção civil. Nesse aspecto, a identificação de fontes de recursos perenes e estáveis para alimentar a política de habitação, incluindo recursos onerosos para o financiamento habitacional e recursos não onerosos para subsídio é fundamental para dar sustentabilidade ao Plano.

De forma geral, as principais fontes de financiamento destinadas especificamente para ações do setor habitacional são:

- Governos Municipais, por meio de recursos próprios;
- Governos Estaduais, que por meios dos seus órgãos (como, por exemplo, as Companhias de Habitação –

COHAB's) desenvolvem programas específicos voltados para a produção de moradias ou urbanização;

- Governo Federal (Posteriormente serão abordados os principais programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal); e
- Organismos internacionais, principalmente os bancos multilaterais, tais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A União Européia também disponibiliza recursos para investimento em habitação e infraestrutura urbana.

O Plano de Habitação de MS também deve considerar as fontes de recursos específicas para a habitação de mercado, que estão concentrados no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Este sistema vem movimentando, nos anos recentes, recursos expressivos, devido principalmente às medidas adotadas pelo Governo Federal para o setor desde 2003, à estabilidade da moeda, ao aumento da renda dos brasileiros, ao crescimento da captação e à maior segurança jurídica. Portanto, o Plano deverá considerar que a demanda habitacional das faixas de maior renda deverá ser atendida essencialmente pelos financiamentos oriundos das instituições privadas do mercado.

De acordo com as soluções habitacionais a se-



rem adotadas e com o perfil da demanda a ser atendida, o gestor local deverá observar quais as fontes de recursos disponíveis e aquelas que mais se adequam ao perfil de atendimento.

Vale destacar que cada fonte de recurso tem um mecanismo de funcionamento com suas respectivas especificidades, por exemplo, os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) são recursos não onerosos (a fundo perdido, sem retorno) e por isso se destinam às famílias de mais baixa renda, já os recursos do FGTS, que são onerosos (financiamento, que retornam à fonte) e por isso, quando não operados com mecanismos de subsídio, são destinados às famílias de maior renda, que podem arcar com um financiamento habitacional.

A seguir elencamos os principais programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal, os programas estão disponíveis na página da internet do Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br>

## Programas habitacionais do Governo Federal

A Secretaria Nacional de Habitação – SNH é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia. Nesse sentido, a SNH desenvolve e coordena ações que incluem desde o apoio técnico aos entes federados e aos setores produtivos até a promoção de mecanismos de participação e controle social nos programas habitacionais. Cabe ainda, à SNH coordenar e apoiar as atividades referentes à área de habitação no Conselho das Cidades.

De acordo com as fontes de recursos, os programas desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Habitação são os seguintes:

- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)
- a) Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários.

Voltada ao apoio a estados, Distrito Federal e municípios para melhorar as condições de habitabilidade de populações residentes em assentamentos humanos precários, para a regularização fundiária e para a redução de riscos mediante sua urbanização, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Promove a urbanização de assentamentos humanos precários, com a execução de intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação.

Existem duas possibilidades de acesso aos recursos da Ação:

- Emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual

(LOA);

- Processo de seleção pública de propostas realizado pelo MCidades.

b) Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Modalidades: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados; Requalificação de Imóveis.

Voltada ao apoio a estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos para viabilizar o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.

Prevê o atendimento das necessidades de construção ou aquisição de unidades habitacionais de produção ou aquisição de lotes urbanizados e de requalificação de imóveis existentes (recuperação de terrenos e edifícios) que possam ter seu uso e ocupação modificados para fins habitacionais.

Existem duas possibilidades de acesso aos recursos da Ação:

- Emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA);

- Processo de seleção pública de propostas realizado pelo MCidades.

c) Ação de Apoio à Produção Social da Moradia.

Possui por objetivo apoiar entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento e ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltadas a família de baixa renda, assim consideradas aquelas que recebam até R\$ 1.125,00 (hum mil, cento e vinte e cinco reais) de rendimento mensal bruto. A Ação de Produção Social da Moradia será implementada por intermédio das seguintes modalidades: Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais; Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados e Requalificação de Imóveis.

O repasse de recursos para Produção Social da Moradia é feito após a realização das fases de habilitação e de seleção das propostas apresentadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

d) Ação Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Modalidade Prestação de Serviços de Assistência Técnica Voltada ao apoio a estados, Distrito Federal e municípios para viabilizar o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.

Prevê o atendimento das necessidades de construção ou aquisição de unidades habitacionais de produção ou aquisição de lotes urbanizados e de requalificação de imóveis existentes (recuperação de terrenos e edifícios) que possam ter seu uso e ocupação modificados para fins habitacionais.

Existem duas possibilidades de acesso aos recursos da Ação:

- Emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Processo de seleção pública de propostas realizado pelo MCidades.
- Ação Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social.

Voltada ao apoio a estados, Distrito Federal e municípios na elaboração e revisão de Planos Habitacionais de Interesse Social que viabilizem a formulação de políticas e realização de investimentos na área habitacional.

A apresentação dos Planos Habitacionais, considerando as especificidades do local e da demanda, é uma exigência para acesso, pelo ente federativo, aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

O acesso aos recursos da Ação se dá através de processo público de seleção de propostas realizado pelo MCidades.

- Orçamento Geral da União (OGU).

a) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH.

Objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios.

Os subsídios são concedidos no momento em que o cidadão assina o contrato de crédito habitacional junto às instituições financeiras habilitadas a operar no programa.

Os cidadãos são beneficiados em grupos organizados pelos governos dos estados, Distrito Federal ou municípios.

As instituições financeiras, uma vez habilitadas no processo de oferta pública de recursos (leilão), ficam responsáveis, inicialmente, por receber as propostas de participação no programa, formuladas pelos estados, Distrito Federal e municípios. As propostas passam por uma análise de viabilidade técnica, jurídica e financeira, a critério das instituições financeiras.

As instituições financeiras contratam as propostas de empreendimento habitacional, firmando contratos de operação de crédito individual com cada uma das famílias beneficiadas pelo programa.

b) Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP- Habitat.

O objetivo do PBQP-H é organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva, gerando um ambiente de isonomia competitiva.

A viabilização dos objetivos do Programa envolve ações como a avaliação da conformidade de empresas de serviços e obras, normatização técnica, avaliação de tecnologias inovadoras, informação ao consumidor e promoção da comunicação entre os setores envolvidos.

- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

a) Carta de Crédito Individual.

O programa objetiva conceder financiamentos a pessoas físicas para fins de aquisição de imóvel novo ou usado, construção, conclusão, ampliação, reforma ou melhoria, propiciando ainda a aquisição de cesta de material de construção ou a aquisição de lote urbanizado.

Os interessados devem procurar diretamente os Agentes Financeiros habilitados a operar os programas do FGTS, como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal.

b) Carta de Crédito Associativo.

O programa objetiva conceder financiamentos a pessoas físicas, organizadas sob a forma de grupos associativos (condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional e Companhias de Habitação (COHAB) ou órgãos assemelhados).

O programa permite a produção de lote urbanizado, a construção de unidade habitacional ou a aquisição de unidade nova produzida no âmbito do próprio programa. Os interessados devem procurar diretamente os Agentes Financeiros habilitados a operar os programas do FGTS, como, por exemplo, a Caixa Econômica Federal.

c) Programa de Apoio à Produção de Habitações.

O programa objetiva destinar recursos financeiros para empreendimentos de produção habitacional ou reabilitação urbana, voltados à população-alvo do FGTS, por intermédio de financiamentos a pessoas jurídicas do ramo da construção civil.

- Caixa Econômica Federal/FI-FGTS.

São objetivos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

Destinar investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS;

A administração e a gestão do FI-FGTS competem à Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, cabendo ao Comitê de Investimento - CI, a ser constituído pelo Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos.

a) Programa de atendimento Habitacional através do Setor Público – PRÓ-MORADIA.

Financia Estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta, para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R\$ 1.050,00.

Opera com as seguintes modalidades:

- Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários:

Objetiva a realização de obras e serviços voltados à segurança, salubridade e habitabilidade das habitações e ainda à regularização jurídico-formal de sua ocupação e uso.

- Produção de Conjuntos Habitacionais:

Objetiva a execução de obras e serviços que re-

sultem em unidades habitacionais inseridas em parcelas legalmente definidas de uma área e dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, salubridade e segurança definidos pelas posturas municipais.

- Desenvolvimento Institucional: Destinado a propiciar o aumento da eficácia na gestão urbana e na implementação de políticas públicas no setor habitacional, mediante ações que promovam a capacitação técnica, jurídica, financeira e organizacional da administração pública.

O processo de seleção é realizado anualmente, em período estabelecido pelo Gestor da Aplicação, a partir da análise das solicitações "Cartas Consultas" encaminhadas pelos Órgãos Públicos interessados a qualquer um dos Agentes Financeiros habilitados pelo Agente Operador.

- Descontos nos financiamentos a pessoas físicas

O novo modelo de descontos nos financiamentos a pessoas físicas é, sem dúvida, uma das mais importantes diretrizes de aplicação do FGTS.

Todo cidadão com rendimento familiar mensal de até R\$ 1.850,00 possui direito a descontos nos seus financiamentos concedidos com recursos do FGTS.

Os descontos representam o pagamento do custo financeiro da operação de crédito, isto é, o custo bancário do financiamento concedido. Por intermédio desse desconto é possível o cidadão obter um financiamento com juros de 6% ao ano ao invés de 8,16% ao ano.

Os descontos oferecem ainda o pagamento de parte do valor de venda ou de produção do imóvel até o limite de R\$ 14.000,00.

• Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

a) Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Tem por objetivo propiciar moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. O Programa atua nas capitais estaduais, regiões metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) e municípios com população urbana superior a cem mil habitantes. Estados, DF e municípios participam do Programa com as seguintes atribuições:

- Identificar os locais para implantação dos projetos;

- Indicar as famílias a serem beneficiadas;

- Promover ações facilitadoras e redutoras dos custos de implantação dos projetos, tais como, redução de tributos, contribuições e taxas;

- Aportar recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à realização das obras e serviços do empreendimento.

Empresas do ramo da Construção Civil apresentam à CAIXA e executam os projetos de produção, reforma ou recuperação de empreendimentos nas áreas contempladas pelo Programa. Empresas do ramo da administração imobiliária administram os contratos de arrendamento, os imóveis e os condomínios, se for o caso.

• Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

a) Programa Crédito Solidário.

O programa é voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada por cooperativas ou por associações, visando à produção de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, pessoa física. O Processo Seletivo compreende o processo de Habilitação, Classificação e Seleção dos Agentes Proponentes e dos Projetos.

• Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

a) Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (PMI).

Oferece, no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados – PMI, operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, acesso à infraestrutura urbana, à moradia adequada e aos serviços públicos básicos para a população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até 3 salários mínimos, por intermédio do financiamento de projetos de investimentos e ações integradas em assentamentos precários. O processo de seleção é realizado, conforme calendário definido pelo Ministério das Cidades. Os Estados, Distrito Federal e Municípios devem enviar suas solicitações, por meio de Carta-Consulta, para o BNDES, que fará o enquadramento e a seleção das propostas de operações de crédito, na forma prevista na IN nº 45, de 13 de setembro de 2007.

• Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

a) Objetivo.

Viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida, na forma fixada no art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, regulamentado por meio da Lei complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, para vigorar até o ano de 2010.

b) Acesso aos recursos.

Emendas Legislativas ao Orçamento Geral da União (OGU).

Captação direta por meio dos programas constantes do OGU.

c) Contrapartida.

Deve ser verificada a adequabilidade da contrapartida oferecida aos percentuais definidos pelo Concedente em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

• Estratégias de financiamento e subsídio no PlanHab.

A criação de um novo modelo de financiamento e subsídio é essencial no equacionamento das necessidades habitacionais no Brasil e pedra angular da estratégia traçada no PlanHab. Neste eixo, os principais desafios são a insuficiência de renda de parte significativa da população para acessar uma solução habitacional adequada, o alto

custo do bem habitação, as dificuldades do financiamento a longo prazo, a reduzida capacidade de poupança e de investimento presentes no país e a necessidade de enfrentamento de um déficit habitacional e de uma demanda futura de grande escala.

Nesse eixo, o objetivo é criar um novo modelo de financiamento e subsídios capaz de garantir recursos para a urbanização de assentamentos precários e para uma produção massiva de unidades novas, com foco nas faixas de baixa renda onde se concentram as necessidades habitacionais. São estratégias:

- a) Ampliar os recursos não-onerosos destinados à habitação de interesse social, garantindo estabilidade e previsibilidade;
- b) Destinar recursos do FNHIS para a urbanização e regularização de assentamentos precários e a produção de unidades novas a serem destinadas às famílias sem capacidade de tomar financiamento (Grupo de Atendimento 1);
- c) Reduzir os custos e ampliar o orçamento do FGTS para ampliar o financiamento às famílias que necessitam de subsídio parcial (Grupos de Atendimento 2 e 3);
- d) Criar Carta Subsídio para operacionalizar com agilidade a política de subsídios, com recursos do FGTS e do SNHIS;

## Legislação Federal dos fundos e manuais de procedimentos

- Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005  
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de

Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

- Lei complementar nº 111, de 6 de julho de 2001  
Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Portaria ministro das cidades nº 229, de 11 de maio de 2010

Institui processo de seleção de propostas para Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos do Orçamento Geral da União – OGU na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

- Manual de instruções para contratação e execução [www.cidades.gov.br/.../AnexoPortarian137ManualdeContratacao2008final20fev2\\_2.pdf](http://www.cidades.gov.br/.../AnexoPortarian137ManualdeContratacao2008final20fev2_2.pdf).
- Manual da Legislação Federal sobre convênios da União [https://www.convenios.gov.br/portal/manuais/manual\\_convencios\\_final.pdf](https://www.convenios.gov.br/portal/manuais/manual_convencios_final.pdf).

## Fontes potenciais de financiamento - internacionais

- Banco Interamericano de Desenvolvimento  
O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com sede em Washington D.C., fundado em 1959, é uma das principais fontes de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. Desempenha também um papel fundamental na integração regional.

Quadro 24 - BIRD – Tipos de financiamento

EMPRÉSTIMOS DE INVESTIMENTO (normalmente envolvem contrapartida de 50%)	
SIL - Specific Investment Loan	Empréstimos de investimento específico - criação e manutenção de ativos produtivos e infraestrutura econômica, social e institucional.
TAL - Technical Assistance Loan	Empréstimos de assistência técnica - fortalecimento de instituições, construção de capacidade em agências ligadas a políticas, estratégias e reformas.
LIL - Learning and Innovation Loan	Empréstimos de aprendizagem e inovação - projetos piloto para preparar intervenções maiores. Até US\$ 5 milhões.
SIM - Sector Investment and Maintenance Loan	Empréstimos de investimento e manutenção setorial - apóia um ou mais setores, busca a eficiência dos gastos do setor público, através de ajustes de políticas e despesas.
EMPRÉSTIMOS DE AJUSTE (normalmente não requerem contrapartida)	
SECAL - Sector Adjustment Loan	Empréstimos de ajuste setorial - mudanças de políticas e reformas institucionais em setores específicos; desembolso rápido baseado em condições predeterminadas.
PSECAL - Programmatic Sector Adjustment Loan	Empréstimos de ajuste setorial programável - como o PSAL, mas visa reformas setoriais.
OUTROS INSTRUMENTOS	
DRL - Debt Reduction Loan	Empréstimos de redução de dívida - reduzir o serviço de dívidas comerciais como parte de programas de crescimento de médio prazo, racionalizar e converter dívidas, ou recomprar com desconto, normalmente associado a operações de ajuste.

Fonte: BIRD

O Banco provê empréstimos e assistência técnica utilizando capital fornecido por seus países membros, bem como recursos obtidos nos mercados mundiais de capital mediante emissão de obrigações. O Banco também participa de um número importante de acordos de co-financiamento com outras organizações multilaterais, bilaterais e privadas.

Os dois principais objetivos do Banco, como parte de sua estratégia institucional, são a redução da pobreza buscando a equidade social e o crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. O Banco trabalha em quatro áreas prioritárias:

- a) incentivo à competitividade mediante o apoio a políticas e programas que aumentem o potencial de desenvolvimento de um país numa economia aberta e globalizada;
- b) modernização do Estado pelo fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas;
- c) investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres;
- d) promoção da integração regional com o estabelecimento de laços entre países que desenvolvem mercados para bens e serviços.

O BID somente financia projetos dos países-membro da América Latina e do Caribe. Entre as entidades que podem receber financiamento direto do BID estão os governos federais, estaduais e municipais, as instituições públicas autônomas e as organizações da sociedade civil que contam com aval governamental. Até 5% da carteira de empréstimos do Banco podem ser diretamente canalizados para empresas privadas sem garantia de governos.

- Banco Mundial - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição financeira de caráter multilateral, criada em 1944, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por ocasião da Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods, realizada com o fim de criar um arcabouço de regras econômico-financeiras para o pós-guerra.

O BIRD foi criado com o fim de prestar assistência financeira à reconstrução no pós-guerra. Nos anos 50, com a criação da Corporação Financeira Internacional (IFC), teve acrescida àquela função a de estimular o crescimento de economias menos desenvolvidas, mediante o fortalecimento do setor privado.

Em 1960, com o surgimento da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), como fonte de financiamento para países de baixa renda, constituiu-se o GRUPO BANCO MUNDIAL.

A partir da década de 60, o BIRD passou a direcionar a maior parte de seus recursos para os países em desenvolvimento, condicionando, crescentemente, a prestação de assistência financeira a compromissos na área social.

O BIRD efetua os seguintes tipos de financiamento:

- FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Em 1969 Brasil, Argentina, Bolívia Paraguai e

Uruguai assinaram o Tratado da Bacia do Prata, que deu origem, em 1977, ao FONPLATA, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, com sede em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

O Convênio Constitutivo do FONPLATA, que é formado por uma Assembleia de Governadores, uma Diretoria Executiva e uma Secretaria Executiva, foi assinado em Buenos Aires em junho de 1974 e entrou em vigor em outubro de 1976.

Sua missão é apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de desenvolvimento harmônico e de integração dos países membros da Bacia do Prata, que é a mais extensa via fluvial da América Latina, compreendendo as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e do Prata, abrangendo aproximadamente 3,2 milhões de m<sup>2</sup> dos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

As principais funções do FONPLATA são: (a) conceder empréstimos e outorgar fianças e avais; (b) gerenciar recursos por demanda de seus membros e exercer todas as atividades necessárias para cumprir com seus objetivos fundamentais; e (c) apoiar financiamento de estudos de pré-investimento, identificando oportunidades de interesse para a região.

- Outras instituições financeiras:

Além das instituições financeiras que tradicionalmente atuam no Brasil nas áreas de habitação, saneamento e meio ambiente, outras fontes podem ser exploradas como:

- a) BEI – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS - é uma instituição de crédito autônoma no seio da União Europeia (UE), com sede em Luxemburgo. Os financiamentos do Banco destinam-se essencialmente a projetos nos Estados-Membros da UE. Hoje, entretanto, o BEI participa nas políticas de desenvolvimento e cooperação, atuando em cerca de 150 países, incluindo a América Latina. A maior parte dos empréstimos no Brasil tem se destinado ao financiamento de investimentos no setor privado, com exceção do projeto “Gasoduto Bolívia-Brasil”, que resultou de uma parceria entre entidades do setor público e privado.
- b) JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION - Criado em 1999, o Japan Bank for International Cooperation é um organismo constituído por 100% de capital do governo japonês, cujos principais objetivos são o fornecimento de apoio financeiro para o investimento externo e o comércio internacional das empresas japonesas, e apoiar os países em desenvolvimento através de recursos em condições financeiras subsidiadas para implementar a melhoria da infraestrutura socioeconômica e a estabilidade econômico-financeira.
- c) BANKENGROUPE – KFW - criado em 1948, é uma agência oficial do Governo alemão, com sede em Frankfurt. Em 1949, o KFW já tinha várias fontes de recursos à sua disposição para financiar projetos de reconstrução alemã mais urgentes. Atualmente, na qualidade de instituto central de crédito da federação e dos estados, é um banco de fomento para a economia doméstica alemã e um banco de desenvolvimento oficial para países em desenvolvimento.

No Brasil, o KFW vem financiando projetos nas áreas de meio ambiente, saúde e saneamento, principalmente nas regiões Nordeste e Norte.

Fontes utilizadas para as informações sobre os AGENTES FINANCEIROS INTERNACIONAIS: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de

Assuntos Internacionais.

Manual de financiamentos externos: organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito / Secretaria de Assuntos Internacionais. – Brasília: MP, 2005.

## Oferta de moradias

A oferta habitacional a ser quantificada e qualificada visando a construção do diagnóstico para elaboração do Plano Estadual de Habitação requer a compilação de informações sobre as moradias existentes, a produção de moradias e a disponibilidade de solo urbanizado, bem como, sobre as necessidades habitacionais e a caracterização do contingente populacional que demanda investimentos habitacionais no Estado. Compreende, inclusive, o levantamento de informações sobre as condições de acesso a terra urbanizada e aos programas públicos de financiamento disponíveis para o setor da habitação.

### Oferta de moradias do setor público

Os dados sistematizados nos Relatórios de Obras da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, representam a maior parte das informações disponibilizadas para consulta e confecção dos quadros relativos

Em termos gerais a produção de moradias envolve diferentes modalidades de construção e de reforma habitacional, promovidas pelo poder público nas esferas federal, estadual ou municipal, pela iniciativa privada e pela própria população. Computam-se como oferta de habitações as ações de produção financiadas diretamente pelos entes públicos nas três esferas de governo, através de programas oficiais, bem como aquelas ações de produção financiadas pelas agências bilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.).

à produção de moradias, em todos os municípios do Estado, no período 2005 a 2009, verificáveis nas tabelas a seguir.

Tabela 73 - Oferta de moradias setor público 2005-2009

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
2005						
Bataguassú	Associativo	40	0	0	0	668.576,19
Campo Grande	PAR-Lídia Baís	161	162.480,00	4.508.000,00	0,00	0,00
	PAR-Patricia Galvão	165	124.000,00	3.836.000,00	0,00	0,00
	PAR-Lilian Prienz	74	48.100,00	2.368.000,00	0,00	0,00
	PAR-Conceição dos Bugres A=39,92 m <sup>2</sup>	233	174.750,80	6.524.000,00	0,00	0,00
Dourados	PAR - Itaju I	130	97.500,00	4.118.122,90	0,00	0,00
	PAR- Itaju II	100	75.000,00	3.167.845,08	0,00	0,00
	PAR - Itapiri	74	55.500,00	2.368.000,00	0,00	0,00
	PAR- Ponte Branca I	91	57.873,07	2.912.000,38	0,00	0,00
São Gabriel do Oeste	Associativo	40	0,00	0,00	0,00	592.305,32
Nioaque	Resolução 460	15	91.875,99	0,00	24.315,62	104.859,45
TOTAL 2005		1.123	887.079,86	29.801.968,36	24.315,62	1.365.740,96
2006						
Bataguassu	FNHIS - URIAP	113	116.185,50	1.470.412,50	70.000,00	0,00
Ivinhema	Novo Habitar A=38,44 m <sup>2</sup>	17	275.236,00	0,00	0,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN .	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Selvéria	Meu Lar- Res.460 A= 31,56 m <sup>2</sup>	20	186.476,93	0,00	0,00	139.812,60
TOTAL 2006		150	577898,43	1470412,5	70000	139.812,60
2007						
Amambai	Meu Lar-Cred.Solidário A= 31,56 m <sup>2</sup>	91	132.860,00	1.092.000,00	0,00	0,00
Anastácio	Mud.p/Melhor-FNHIS A=31,56m <sup>2</sup>	123	174.050,36	1.700.000,00	0,00	0,00
Aparecida do Taboado	Meu Lar-Cred.Solidário A= 38,44 m <sup>2</sup>	60	84.000,00	720.000,00	60.000,00	0,00
Aral Moreira	Meu Lar-PSH - B.P A 30,08 m <sup>2</sup>	36	108.000,00	216.000,00	108.000,00	0,00
Bela Vista	Meu Lar- Cred.Solidário A=38,00 m <sup>2</sup>	100	140.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS Pref. Parceria	114	50.793,00	0,00	0,00	0,00
Bodoquena	Meu Lar-PSH B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	10	30.000,00	60.000,00	30.000,00	0,00
Bonito	Meu Lar-PSH B.P A= 31,56 m <sup>2</sup>	60	180.000,00	380.000,00	210.000,00	0,00
Brasilândia	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	40	120.000,00	240.000,00	120.000,00	0,00
Caarapó	Meu Lar- FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	60	81.839,53	800.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-Emenda OGU A=31,56 m <sup>2</sup>	14	19.500,00	195.000,00	0,00	0,00
Camapuã	Meu Lar-Cred.Solidário A= 38,44 m <sup>2</sup>	96	134.400,00	1.152.000,00	0,00	0,00
Campo Grande	PAR-José Otávio Guizzo A=45,03m <sup>2</sup>	141	0,00	4.512.000,00	0,00	0,00
	PAR- Oiti A=39,44m <sup>2</sup>	898	0,00	25.144.000,00	4.508.049,80	0,00
	Meu Lar- PSH COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	100	300.000,00	600.000,00	300.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	150	450.000,00	900.000,00	450.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	100	300.000,00	600.000,00	300.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	175	525.000,00	1.050.000,00	525.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH - B.P A 30,08 m <sup>2</sup>	157	471.000,00	942.000,00	471.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	100	300.000,00	600.000,00	300.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	75	225.000,00	450.000,00	225.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	75	225.000,00	450.000,00	225.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	75	225.000,00	450.000,00	225.000,00	0,00
	Meu Lar-PAC Lagoa A= 31,56 m <sup>2</sup>	102	288.971,28	1.316.729,12	0,00	0,00
	Meu Lar Emenda OGU A= 31,56 m <sup>2</sup>	316	470.983,37	4.449.100,00	Terreno	0,00
	Meu Lar-PAC Lagoa A= 31,56 m <sup>2</sup>	100	283.305,00	1.290.307,30	0,00	0,00
Caracol	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	22	37.500,00	292.500,00	0,00	0,00
Cassilândia	Meu Lar-Cred.Solidário A=31,56 m <sup>2</sup>	40	22.921,26	480.000,00	0,00	0,00
Costa Rica	Meu Lar PSH-B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	135	405.000,00	810.000,00	405.000,00	0,00
Coxim	Meu Lar- FNHIS-PM A= 31,56 m <sup>2</sup>	49	58.064,49	660.000,00	0,00	0,00
Deodápolis	Meu Lar PSH-Cobansa A 30,08 m <sup>2</sup>	30	90.000,00	180.000,00	90.000,00	0,00
Douradina	Meu Lar PSH B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	10	30.000,00	60.000,00	30.000,00	0,00
	Meu Lar PSH- B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	36	108.000,00	216.000,00	126.000,00	0,00
Dourados	PAR-Ercília Pompeu	183	150.000,00	5.071.696,41	0,00	60.000,00
Figueirão	Meu Lar-Emenda OGU A=31,56 m <sup>2</sup>	14	19.500,00	195.000,00	0,00	0,00
Glória de Dou- rados	Meu Lar-PSH Cobansa A=30,08 m <sup>2</sup>	20	60.000,00	120.000,00	60.000,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Itaporã	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
	Meu Lar- C.Solidário A= 38,56 m <sup>2</sup>	57	68.400,00	684.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário A=38,56 m <sup>2</sup>	68	81.600,00	816.000,00	0,00	0,00
Jaraguari	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	30	90.000,00	180.000,00	90.000,00	0,00
Jardim	Meu Lar- PSH -COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
Jateí	Meu Lar PSH - B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	24	72.000,00	144.000,00	72.000,00	0,00
Juti	Meu Lar- PSH - B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	40	120.000,00	240.000,00	120.000,00	0,00
Naviraí	Meu Lar- PSH Cobansa A=31,56m <sup>2</sup>	34	102.000,00	204.000,00	119.000,00	0,00
Nova Alvorada do Sul	Meu Lar-C.Solidário A=31,56 m <sup>2</sup>	100	146.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
Nova Andradina	Meu Lar-PSH-B.P A= 31,56 m <sup>2</sup>	100	300.000,00	600.000,00	350.000,00	0,00
Paranaíba	Meu Lar- PSH p B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário A=31,56 m <sup>2</sup>	150	150.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar- C.Solidário A= 38,56 m <sup>2</sup>	100	150.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS PM Parceria A=31,56m <sup>2</sup>	75	95.623,40	1.000,00	0,00	0,00
Paranhos	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	28	84.000,00	168.000,00	84.000,00	0,00
Ponta Porã	Mud.p/Melhor-FNHIS A=31,56m <sup>2</sup>	180	260.775,22	2.500.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	80	240.000,00	480.000,00	240.000,00	0,00
	Meu Lar- R.460 (MNLM) A=38.60m <sup>2</sup>	50	114.685,50	0,00	0,00	468.082,50
Ribas do Rio Pardo	Meu Lar-C.Solidário A=38,44 m <sup>2</sup>	100	140.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
Rio Brillhante	Meu Lar-FNHIS A=31,56 m <sup>2</sup>	68	98.490,53	900.000,00	0,00	0,00
Santa Rita do Pardo	Meu Lar-PSH B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
São Gabriel do Oeste	Meu Lar PSH- B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	39	117.000,00	234.000,00	136.500,00	0,00
	Meu Lar C.Solidário A= 31,56 m <sup>2</sup>	100	90.417,00	1.200.000,00	0,00	0,00
Selvíria	Meu Lar- PSH B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	15	45.000,00	90.000,00	45.000,00	0,00
Sidrolândia	Meu Lar PSH Cobanza A=30,08 m <sup>2</sup>	50	150.000,00	300.000,00	150.000,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário A=36,56 m <sup>2</sup>	100	135.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS PM Parceria A=31,56m <sup>2</sup>	52	70.000,00	700.000,00	0,00	0,00
Sonora	Meu Lar PSH B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	50	150.000,00	300.000,00	150.000,00	0,00
Taquarussu	Meu Lar-PSH B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
Terenos	Meu Lar-PSH Cobanza A=30,08 m <sup>2</sup>	100	300.000,00	600.000,00	300.000,00	0,00
	Meu Lar-Emenda OGU A=31,56 m <sup>2</sup>	18	26.250,00	243.750,00	0,00	0,00
Três Lagoas	Meu Lar PSH - F.P. A=30,08 m <sup>2</sup>	124	372.000,00	744.000,00	372.000,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	62	20.771,77	862.608,70	0,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	191	331.228,23	2.657.391,30	0,00	0,00
Vicentina	Meu Lar- PSH COBANS A=30,08 m <sup>2</sup>	25	75.000,00	150.000,00	75.000,00	0,00
	Meu Lar PSH-B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	19	57.000,00	114.000,00	57.000,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário A=36,56m <sup>2</sup>	50	54.744,50	600.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário A=36,56m <sup>2</sup>	87	95.255,43	1.044.000,00	0,00	0,00
TOTAL 2007		6.398	11.078.929,87	81.351.082,83	11.503.549,80	528.082,50

Continua...



...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
2008						
Alcinópolis	Meu Lar-PSH-EP A=31,56 m <sup>2</sup>	79	233.000,00	474.000,00	233.000,00	0,00
Amambai	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56m <sup>2</sup>	35	122.500,00	210.000,00	122.500,00	0,00
	Meu Lar-PSH-COBANSA A=25m <sup>2</sup> L.M	20	44.000,00	90.000,00	67.840,00	0,00
Anaurilândia	Meu Lar-FNHIS-PM E.P Parceria	11	Proj.Executivo e Memor. Descritivo	196.400,00	6.100,00	0,00
Angélica	Meu Lar-FNHIS-PM Parceria	28	28.000,00	418.925,00	20.733,30	0,00
	Meu Lar-R 518/FGTS PM Parceria	25	37.500,00	170.000,00	50.000,00	0,00
	Meu Lar- FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	35	56.748,51	490.133,00	0,00	0,00
Aquidauana	Meu Lar- PSH- EP A=30,08 m <sup>2</sup>	23	80.500,00	138.000,00	46.000,00	0,00
Aral Moreira	Meu Lar-PSH-CHB A=30,08m <sup>2</sup>	40	140.000,00	240.000,00	80.000,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS-PM Parceria	21	21.000,00	295.300,00	16.462,97	0,00
Batayporã	Meu Lar-FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	36	0,00	493.100,00	0,00	0,00
Bodoquena	Meu Lar-PSH-B.P A= 31,56 m <sup>2</sup>	10	35.000,00	60.000,00	35.000,00	0,00
Bonito	Mud.p/Melhor-FNHIS A=31,56m <sup>2</sup>	152	223.899,38	2.223.850,00	0,00	0,00
Brasilândia	Meu Lar-PSH- EP A=31,56 m <sup>2</sup>	100	350.000,00	600.000,00	350.000,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS A= 31,56 m <sup>2</sup>	35	53.482,35	490.133,00	0,00	0,00
Caarapó	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	50	175.000,00	300.000,00	175.000,00	0,00
Camapuã	Meu Lar- FNHIS-PM Parceria	41	41.000,00	493.100,00	95.250,00	0,00
Campo Grande	PAR-Srgtº Hércules Aptº A=45,40 m <sup>2</sup>	204	244.402,20	7.473.910,40	0,00	0,00
	PAR- Arvoredo Aptº. A=52,36 m <sup>2</sup>	144	273.600,00	5.328.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	30	105.000,00	180.000,00	105.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH-F.P/CHB/B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	487	3.409.000,00	2.922.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PAC Segredo-PM Parceria	160	Terrenos	0,00	0,00	0,00
Caracol	Meu Terreno/Minha Casa PSH/ECONOMISA	29	203.000,00	174.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-FNHIS-PM Parceria	29	29.000,00	418.925,00	36.431,10	0,00
Chapadão do Sul	Meu Lar-PSH-B.P A= 30,08 m <sup>2</sup>	30	185.000,00	180.000,00	10.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH-EP A=31,56 m <sup>2</sup>	40	140.000,00	240.000,00	140.000,00	0,00
Costa Rica	Meu Lar-PSH-PM Parceria-A=36m <sup>2</sup>	70	70.000,00	490.000,00	490.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH-EP A=31,56 m <sup>2</sup>	120	420.000,00	720.000,00	420.000,00	0,00
	Meu Lar-R518 FGTS-PM parceria A=36,00 m <sup>2</sup>	70	70.000,00	489.300,00	489.300,00	0,00
Dois Irmãos Buriti	Meu Lar-PSH-B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	20	70.000,00	120.000,00	70.000,00	0,00
Dourados	PAR-Novo Horizonte A=40,08m <sup>2</sup>	160	477.443,59	5.280.000,00	272.549,34	0,00
	Meu Lar-PSH- EP A=30,08 m <sup>2</sup>	40	140.000,00	240.000,00	80.000,00	0,00
Eldorado	Meu Lar-PSH-CHB A=30,08 m <sup>2</sup>	50	175.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00
Iguatemi	Meu Lar-FNHIS PM Parceria A=31,56m <sup>2</sup>	31	31.000,00	464.419,00	21.555,34	0,00
Inocência	Meu Lar-PSH-EP A=31,56 m <sup>2</sup>	20	70.000,00	120.000,00	70.000,00	0,00
Itaporã	Meu Lar-PSH PM Parceria	300	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Ivinhema	Meu Lar-FNHIS-PM Parceria A=31,56 m <sup>2</sup>	33	33.000,00	0,00	0,00	0,00
Japorã	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	16	56.000,00	96.000,00	56.000,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Jardim	Meu Lar-PSH B.P A= 31,56 m <sup>2</sup>	50	175.000,00	300.000,00	175.000,00	0,00
Ladário	Meu Lar-FNHIS PM Parceria	33	33.000,00	493.100,00	21.900,00	0,00
	Meu Lar-PSH COBANS A=32,00 m <sup>2</sup>	64	2.192.263,44	738.000,00	0,00	0,00
Laguna Carapã	Meu Lar-PSH-B.P A=30,08 m <sup>2</sup>	80	280.000,00	480.000,00	160.000,00	0,00
Maracaju	Meu Lar-PSH CHB A=31,56m <sup>2</sup>	100	350.000,00	600.000,00	350.000,00	0,00
Miranda	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	32	112.000,00	192.000,00	112.000,00	0,00
Mundo Novo	Meu Lar-FNHISPM Parceria A=40,08m <sup>2</sup>	29	37.700,00	493.100,00	68.162,41	0,00
Nioaque	Meu Lar-FNHIS A=31,56	35	55.115,43	490.133,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PSH-CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	5	17.500,00	30.000,00	17.500,00	0,00
Nova Alvorada do Sul	Meu Lar-PSH CHB B.P A=30,08m <sup>2</sup>	55	192.500,00	330.000,00	110.000,00	0,00
Nova Andradina	Meu Lar-FN HIS A=31,56 m <sup>2</sup>	40	131.180,54	490.133,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PSH - B.P A 31,56 <sup>2</sup>	122	427.000,00	732.000,00	427.000,00	0,00
Novo Horizonte do Sul	Meu Lar-PSH.B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	50	175.000,00	300.000,00	175.000,00	0,00
Ponta Porã	Meu Lar-PSH.CHB A=30,08 m <sup>2</sup>	28	98.000,00	168.000,00	84.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH- CHB A=31,56 m <sup>2</sup>	48	168.000,00	288.000,00	168.000,00	0,00
	Meu Lar-C.Solidário	100	29.006,76	0,00	0,00	0,00
Porto Murtinho	Meu Lar-PSH BP CHB A=30,08m <sup>2</sup>	100	350.000,00	60.000,00	200.000,00	0,00
Ribas do Rio Pardo	Mud.p/Melhor-FNHIS A=31,56m <sup>2</sup>	160	280.872,02	2.343.519,00	0,00	0,00
Rochedo	Meu Lar-FNHIS PM Parceria A=31,56m <sup>2</sup>	28	28.000,00	418.925,00	20.733,30	0,00
Santa Rita do Pardo	Meu Lar-FNHIS PM Parceria	40	40.000,00	0,00	0,00	0,00
São Gabriel do Oeste	Meu Lar-FNHIS-PM Parceria	35	35.000,00	493.100,00	52.870,77	0,00
Sidrolândia	Meu Lar-PSH EP A=31,56 m <sup>2</sup>	100	350.000,00	600.000,00	350.000,00	0,00
Sonora	Meu Lar-PSH- EP A=31,56 m <sup>2</sup>	150	525.000,00	900.000,00	525.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH COBANS A=25,00 m <sup>2</sup> LM	15	33.000,00	67.500,00	Kit.A/P/C + MO	0,00
Taquarussu	Meu Lar-PSH- B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	20	70.000,00	120.000,00	70.000,00	0,00
Terenos	Meu Lar-PSH- B.P A=31,56 m <sup>2</sup>	80	280.000,00	480.000,00	280.000,00	0,00
Três Lagoas	Meu Lar-PSH-EP;CHB-A=31,56 M <sup>2</sup>	240	840.000,00	1.440.000,00	840.000,00	0,00
	Meu Lar PSH-COBANS A 25,00 m <sup>2</sup> LM	51	112.200,00	229.500,00	193.800,00	0,00
Vicentina	Meu Lar-PSH-EP A=30,08 m <sup>2</sup>	97	145.500,00	582.000,00	388.000,00	0,00
TOTAL 2008		4.963	15.929.813,60	48.702.355,40	8.214.688,53	0,00
2009						
Água Clara	Meu Lar-PSH COBANS A-Urb. A=32,00m <sup>2</sup>	40	247.200,00	280.000,00	80.000,00	0,00
Alcinópolis	Meu Lar-INDUSVAL A=32,00 m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Amambai	Meu Lar-PSH COBANS A-Urb. A=32,00m <sup>2</sup>	70	432.600,00	490.000,00	140.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH ECONOMISA-Urb A=32,00 m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar PSH ECONOMISA- Urb A=32,00 m <sup>2</sup>	40	287.200,00	240.000,00	80.000,00	0,00
Anastácio	Meu Lar-PSH EP A=32,00m <sup>2</sup>	43	265.740,00	301.000,00	86.000,00	0,00
	Meu Lar PSH CHB A=32,00 m <sup>2</sup>	7	43.260,00	49.000,00	14.000,00	0,00
Anaurilândia	Meu Lar-PSH COBANS A-Urb. A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Angélica	Meu Lar-PSH BIC A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32,00m <sup>2</sup>	50	359.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00
Antonio João	Meu Lar-PSH CHB Urb A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Aparecida do Taboado	Meu Lar- PSH INDUSVAL A=32,00 m <sup>2</sup>	40	247.200,00	280.000,00	80.000,00	0,00
	Meu Lar PSH CHB Urb A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Aquidauana	Meu Lar-PSH EP A=32,00m <sup>2</sup>	5	40.900,00	35.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar PSH CHB Urb A=32,00m <sup>2</sup>	100	618.000,00	700.000,00	200.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH ECONOMISA A=32,00 m <sup>2</sup>	40	287.200,00	240.000,00	80.000,00	0,00
Aral Moreira	Meu Lar-PSH EP A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar - PSH B.P Urb A=32,00m <sup>2</sup>	60	370.800,00	420.000,00	140.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32,00m <sup>2</sup>	21	150.780,00	126.000,00	63.000,00	0,00
Bandeirantes	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	16	98.880,00	112.000,00	32.000,00	0,00
Bataguassu	Meu Lar-PSH ECONOMISA-Urb A=32,00m <sup>2</sup>	29	179.220,00	203.000,00	58.000,00	0,00
Batayporã	Meu Lar-PSH EP Urb. A=32,00m <sup>2</sup>	80	494.400,00	560.000,00	160.000,00	0,00
Bodoquena	Meu Lar- PSH CHB A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Brasilândia	Meu Lar- PSH CHB A=32,00m <sup>2</sup>	80	494.400,00	560.000,00	160.000,00	0,00
Caarapó	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Camapuã	Meu Lar- PSH CHB A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	45.000,00	0,00
Campo Grande	Meu Lar-PSH COBANSA A+32,00m <sup>2</sup>	4	24.720,00	28.000,00	8.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH COBANSA A+32,00m <sup>2</sup>	196	1.211.280,00	1.372.000,00	392.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH BIC A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH BIC A=32,00m <sup>2</sup>	46	284.280,00	322.000,00	92.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH BIC A=32,00m <sup>2</sup>	39	241.020,00	273.000,00	78.000,00	0,00
	Meu Lar PSH EP A=30,08 m <sup>2</sup>	32	197.760,00	224.000,00	64.000,00	0,00
	Meu Lar PSH EP A=30,08 m <sup>2</sup>	26	160.680,00	182.000,00	52.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH - EP A= 30,08m <sup>2</sup>	32	197.760,00	224.000,00	64.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH - EP A= 30,08m <sup>2</sup>	2	0,00	14.000,00	0,00	0,00
Caracol	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Chapadão do Sul	Meu Lar-PSH INDUSVAL A=32,00m <sup>2</sup>	60	370.800,00	420.000,00	120.000,00	0,00
Corguinho	Meu Lar- PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup> Urbal	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Coronel Sapucaia	Meu Lar- PSH BIC A= 32,00m <sup>2</sup>	77	475.860,00	539.000,00	154.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH B.P A= 32,00 m <sup>2</sup>	78	482.040,00	546.000,00	156.000,00	0,00
Costa Rica	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Coxim	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Deodópolis	Meu Lar- PSH EP A= 30,08m <sup>2</sup> Urbal	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Dois Irmãos do Buriti	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup> Urbal	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Douradina	Meu Lar-PSH ECONOMISA-Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	14	86.520,00	98.000,00	28.000,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENDIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Dourados	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	40	247.200,00	280.000,00	80.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	40	247.200,00	280.000,00	80.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	28	173.040,00	196.000,00	56.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	22	135.960,00	154.000,00	44.000,00	0,00
Eldorado	Meu Lar- PSH B.P A= 32,00 m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	20	143.600,00	120.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup> Urbal	20	143.600,00	120.000,00	40.000,00	0,00
Fátima do Sul	Meu Lar-PSH COBANSÁ-Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	50	359.000,00	300.000,00	100.000,00	0,00
Figueirão	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup> Urbal	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Guia Lopes da Laguna	Meu Lar- PSH BIC Urbal A= 32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Glória de Dourados	Meu Lar-PSH COBANSÁ-Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	10	71.800,00	60.000,00	20.000,00	0,00
Iguatemi	Meu Lar- PSH PB A=32,00m <sup>2</sup>	60	370.800,00	420.000,00	120.000,00	0,00
Inocência	Meu Lar-PSH INDUSVAL A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
Itaporã	Meu Lar- PSH BIC Urbal A= 32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Itaquiraí	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	133	1.087.940,00	931.000,00	0,00	0,00
Ivinhema	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA A=32,00m <sup>2</sup>	30	215.000,00	180.000,00	60.000,00	0,00
Japorã	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	79.000,00	0,00
Jardim	Meu Lar-PSH Banrisul A=32,00m <sup>2</sup>	22	135.960,00	154.000,00	44.000,00	0,00
Juti	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Maracaju	Meu Lar-PSH COBANSÁ A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Miranda	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	48	196.640,00	336.000,00	96.000,00	0,00
Mundo Novo	Meu Lar-PSH ECONOMISA -Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	151	933.180,00	1.057.000,00	302.000,00	0,00
Naviraí	Meu Lar- PSH EP Urbal A= 32,00m <sup>2</sup>	100	618.000,00	700.000,00	200.000,00	0,00
Nova Alvorada do Sul	Meu Lar-PSH INDUSVAL A=32,00m <sup>2</sup>	44	271.920,00	308.000,00	88.000,00	0,00
	Meu Lar- PSH BIC A= 32,00m <sup>2</sup>	6	37.080,00	42.000,00	12.000,00	0,00
Nova Andradina	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Novo Horizonte do Sul	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	90.000,00	0,00
Paranaíba	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	70	502.600,00	420.000,00	140.000,00	0,00
Paranhos	Meu Lar-PSH COBANSÁ A=32,00m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	60.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup> (LM)	20	143.600,00	120.000,00	60.000,00	0,00
Pedro Gomes	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	60.000,00	0,00
Ponta Porã	Meu Lar- PSH B.P A= 32,00 m <sup>2</sup>	120	741.600,00	840.000,00	240.000,00	0,00
Porto Murtinho	Meu Lar- PSH BIC A= 32,00m <sup>2</sup>	70	432.600,00	490.000,00	140.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA -Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	60.000,00	0,00

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Ribas do Rio Pardo	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Rio Brillhante	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	17	105.060,00	119.000,00	34.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	31	191.580,00	217.000,00	62.000,00	0,00
Rio Negro	Meu Lar- PSH EP A= 32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Rio Verde	Meu Lar- PSH EP Urbal A= 32,00m <sup>2</sup>	100	618.000,00	700.000,00	200.000,00	0,00
São Gabriel do Oeste	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Selvíria	Meu Lar-PSH Banrisul A=32,00m <sup>2</sup>	20	123.600,00	140.000,00	40.000,00	0,00
Sete Quedas	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	33	203.940,00	231.000,00	66.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup> (L.M)	30	215.400,00	180.000,00	90.000,00	0,00
Sidrolândia	Meu Lar-PSH CHB Urbal A=32m <sup>2</sup>	80	489.400,00	560.000,00	160.000,00	0,00
Sonora	Meu Lar-PSH ECONOMISA -Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	190	1.174.200,00	1.330.000,00	380.000,00	0,00
Tacuru	Meu Lar-PSH COBANSA A=32,00m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	60.000,00	0,00
Taquarussu	Meu Lar-PSH ECONOMISA -Urbana A=32,00m <sup>2</sup>	30	185.400,00	210.000,00	60.000,00	0,00
Terenos	Meu Lar-PSH Banrisul A=32,00m <sup>2</sup>	50	309.000,00	350.000,00	100.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH Banrisul A=32,00m <sup>2</sup>	6	37.080,00	42.000,00	12.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH Banrisul A=32,00m <sup>2</sup>	4	32.720,00	28.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PSH ECONOMISA -Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	4	32.720,00	28.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	2	14.360,00	12.000,00	0,00	0,00
Três Lagoas	Meu Lar-PSH / INDUSVAL-Urbal A=32,00m <sup>2</sup>	215	1.328.700,00	1.505.000,00	430.000,00	0,00
Vicentina	Meu Lar- PSH B.P Urbal. A= 32,00 m <sup>2</sup>	80	494.400,00	560.000,00	160.000,00	0,00
	Meu Lar-PSH CHB A=32m <sup>2</sup>	20	143.600,00	120.000,00	40.000,00	0,00
TOTAL 2009		4.443	28.054.980,00	30.678.000,00	8.531.000,00	0,00
TOTAL GERAL		16.925	56.304.802	189.779.969	28.343.554,95	2.033.636,06

Tabela 74 - Planejamento: lançamento outubro / ano de contrato 2009

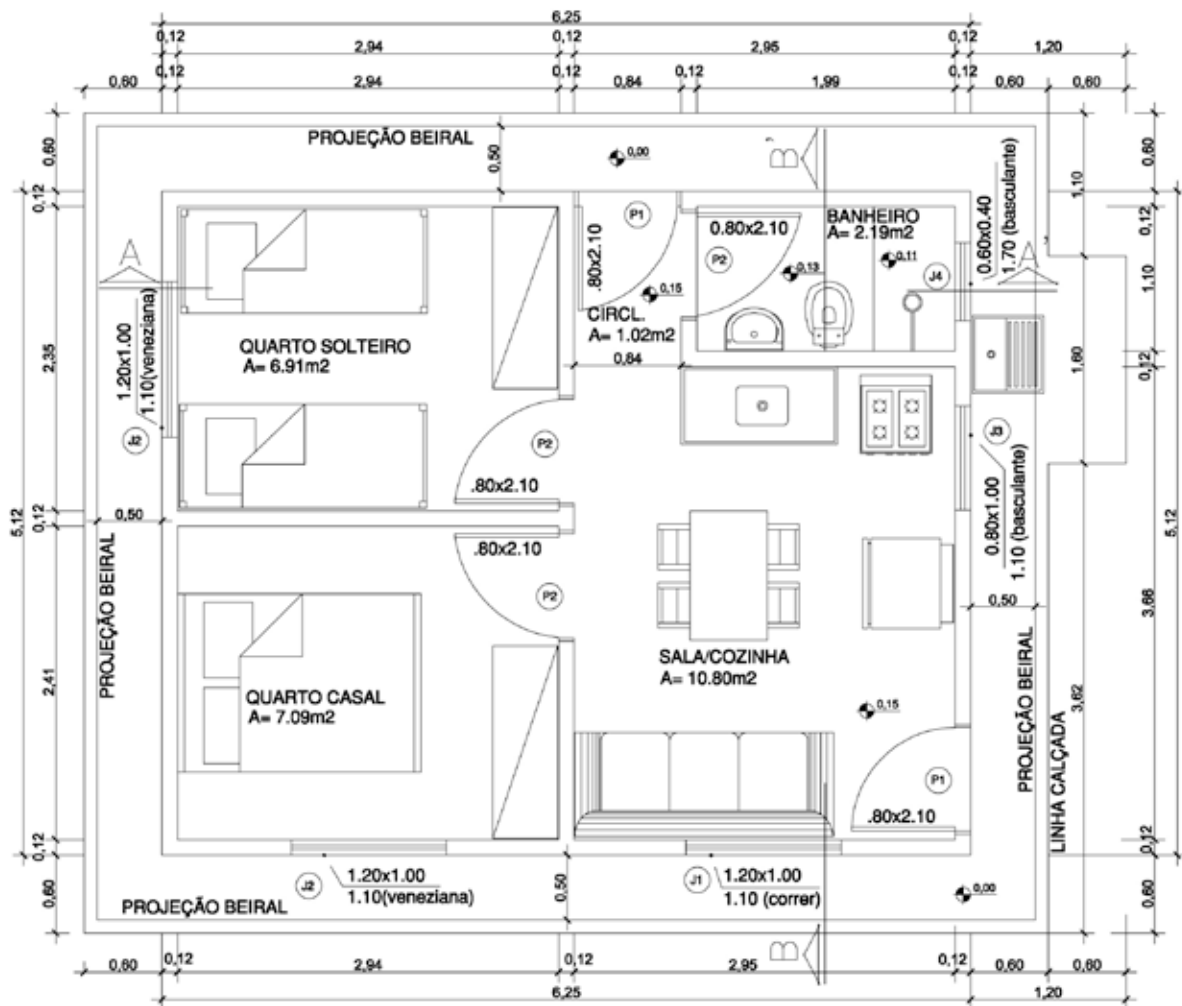
MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENHIMENTO	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
			ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Amambai	Casa do índio - FNHIS A=39,30m <sup>2</sup>	79	261.547,06	1.482.100,00	0,00	0,00
Bodoquena	Meu Lar-FNHIS A=32,00m <sup>2</sup>	108	335.547,53	1.901.436,00	Terreno	0,00
Campo Grande	Meu Lar-PMCMV//Parceria A=36,14m <sup>2</sup>	860	2.353.357,50	33.540.000,00	1.086.642,50	0,00
	Meu Lar- PMCMV/Parceria A= 36,76m <sup>2</sup>	213	549.248,72	8.307.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar -PMCMV Parceria A=45,73m <sup>2</sup>	192	278.760,00	8.064.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar- PMCMV/Parceria A= 45,73m <sup>2</sup>	176	106.260,00	7.392.000,00	0,00	0,00
Coronel Sapucaia	Meu Lar-C.Solidário Parceria A=32,00m <sup>2</sup>	100	200.000,00	1.200.000,00	200.000,00	0,00
Dourados	Meu Lar-PMCMV//Parceria A=36,23m <sup>2</sup>	161	732.805,80	6.279.000,00	0,00	0,00
	Meu Lar-PMCMV Parceria A=36,76m <sup>2</sup>	447	247.762,50	17.680.762,50	300.000,00	0,00
	Meu Lar- PMCMV Parceria A=45,73m <sup>2</sup>	240	128.120,00	10.080.000,00	0,00	0,00
Maracaju	Meu Lar-FNHIS A=32,00m <sup>2</sup>	55	189.990,00	1.076.610,00	Terreno	0,00
Nova Andradina	Meu Lar-PMCMV FNHIS A=45,00m <sup>2</sup>	22	55.000,00	391.600,00	44.000,00	0,00
TOTAL		2.653	5.438.399,11	97.394.508,5	1.630.642,50	0,00

## Casa padrão

Dentre os diversos projetos de construção de habitação de interesse social o projeto da “Casa 32 m<sup>2</sup> Padrão SEHAC”, por ser o mais executado, é o que melhor exemplifica a produção do setor público estadual.

O custo médio atual de produção dessa unidade é de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). Este valor não inclui terreno e infraestrutura, geralmente assumidos pelos municípios parceiros.

Figura 21 -Casa padrão -Planta baixa

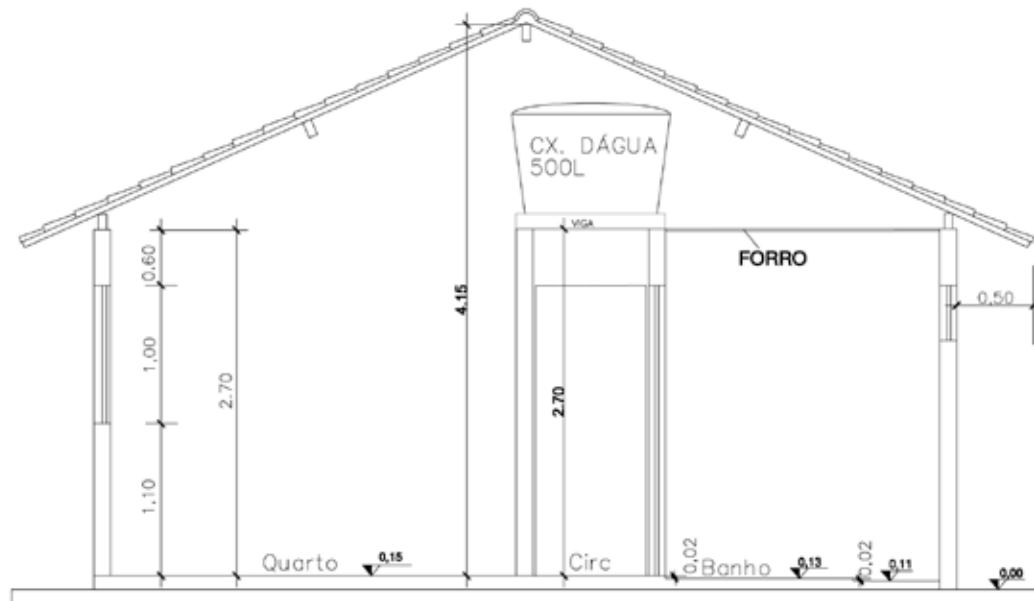


PLANTA BAIXA  
ESC. 1:50

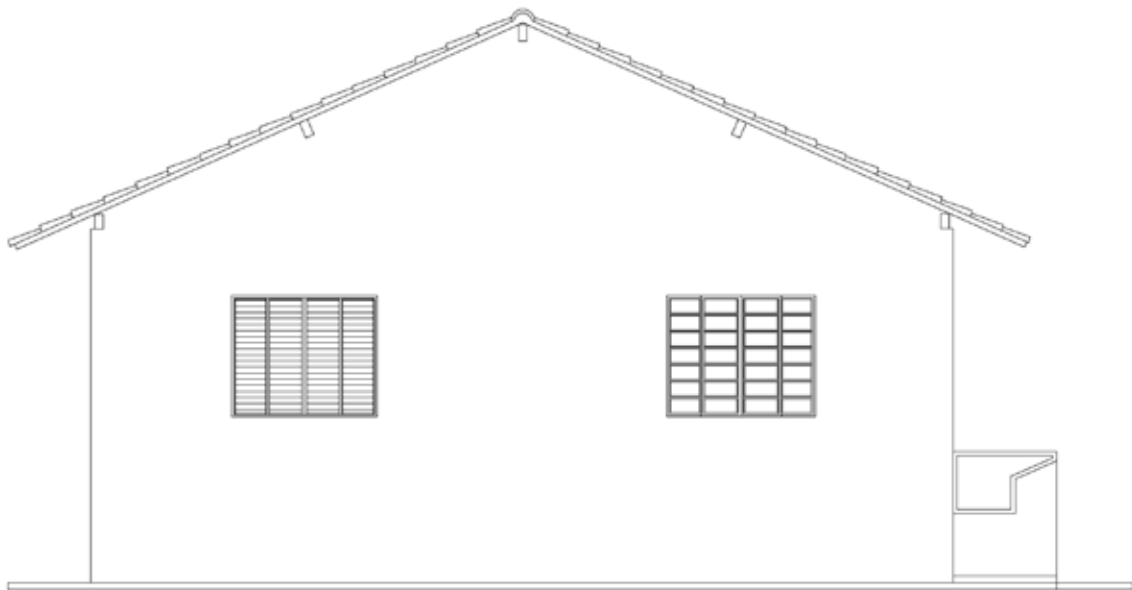
<p align="center"><b>SEHAC</b> SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO E DAS CIDADES</p>	Área:	32,00m <sup>2</sup>	Prancha:	01/04
	Título:	<p align="center"><b>CASA EVOLUTIVA EV3-2Q.32</b> Planta Baixa</p>		AUTOR DE PROJETO:
		<p align="center">JOSE FRANCISCO MARCOS ARQUITETO - CREA/MS 1960-RS</p>		

Fonte: SEHAC

Figura 22 - Casa padrão - Corte/elevação



**CORTE AB**  
ESC. 1:50

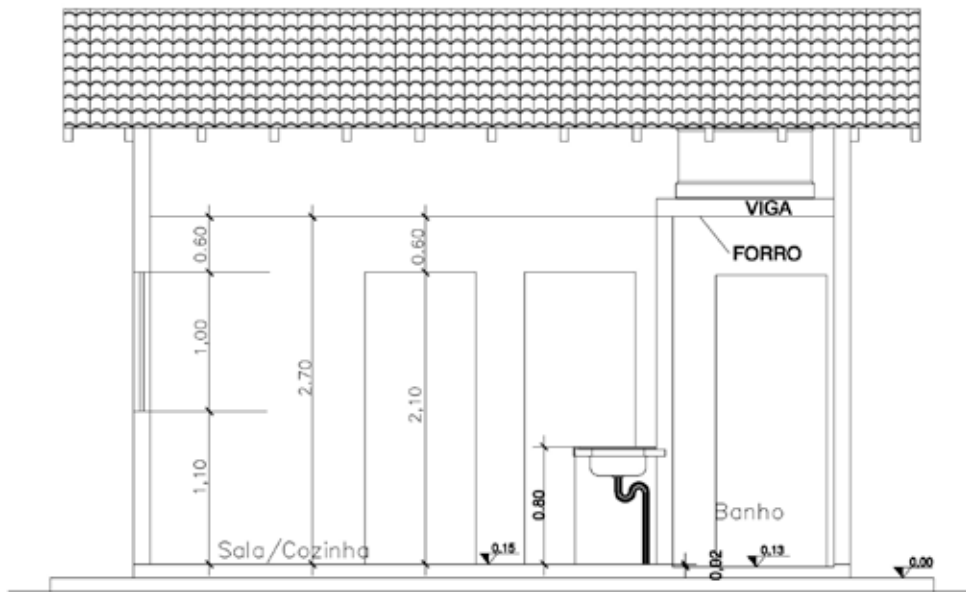


**VISTA FRONTAL**  
ESC. 1:50

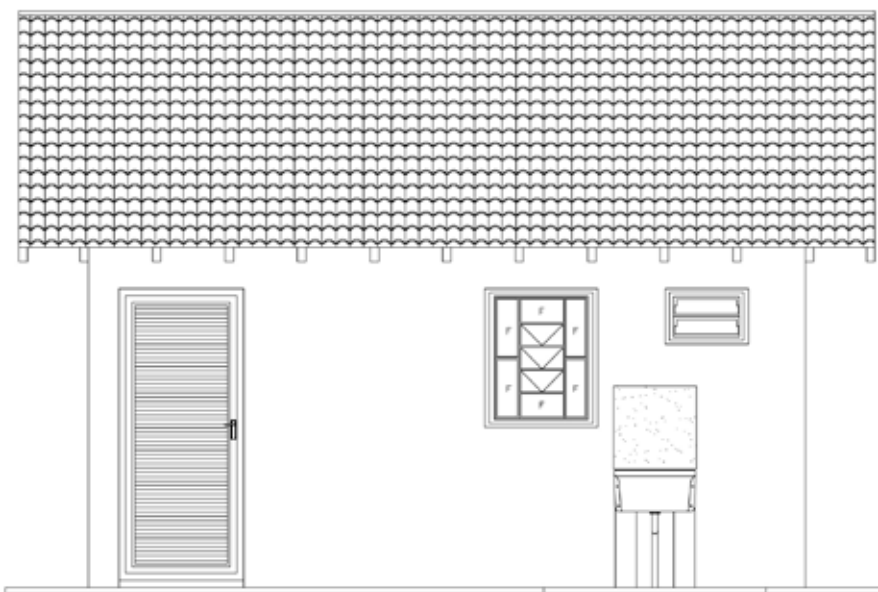
<b>SEHAC</b> SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO E DAS CIDADES	Área:	Prancha
	32,00m <sup>2</sup>	02/04
Título:	AUTOR DE PROJETO:	
<b>CASA EVOLUTIVA EV3-2Q.32</b> Corte / Elevação	JOSÉ FRANCISCO MARIOSO ARQUITETO - CREA-59.199/D-19	

Fonte: SEHAC

Figura 23 -Casa padrão – Corte/elevação



**CORTE CD**  
ESC. 1:50



**VISTA LATERAL ESQUERDA**  
ESC. 1:50

<b>SEHAC</b> SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO E DAS CIDADES	Área:	Prancha
	32,00m <sup>2</sup>	03/04
Título: <b>CASA EVOLUTIVA EV3-2Q.32</b> Corte / Elevação		AUTOR DE PROJETO: JOSÉ FRANCISCO MAROSO ARQUITETO - CREA:59.199/D-RS



Figura 24 -Casa padrão – Descrição do projeto



**\*\*\* OBRA: CASA EVOLUTIVA 2Q.32,00 \*\*\***  
**RESUMO DO MEMORIAL DESCRITIVO**

**FNHIS 2009**

DESCRIÇÃO DO PROJETO	
DISCRIMINAÇÃO	AREA (m <sup>2</sup> )
Quarto 1	6,91
Quarto 2	7,09
Sala e cozinha	10,80
Banheiro	2,19
Hall	1,02
<b>SUB-TOTAL (área útil)</b>	<b>28,01</b>
<b>TOTAL (área construída)</b>	<b>32,00</b>

**ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Fundação** : Serão executados em sapata corrida de concreto fck = 20,0 Mpa, com 7 cm, de altura, armado com tela CA-60 Q-61 malha 15x15cm com fio 3,4mm, com alvenaria de embasamento em bloco de concreto ( 9 x 19 x 39 )cm, assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:4 e uma cinta em canaleta 1 # 6,0 mm<sup>2</sup> e concreto fck = 20,0 Mpa dentro da canaleta.

**Revestimento** : Chapisco e reboco nas paredes externas e internamente somente no contorno do box (0,70+0,70+1,10m) até a altura de 1,50m, na parede do lavatório nas dimensões 0,60 x 0,50m, na parede onde está a pia da cozinha, nas dimensões 1,20x0,60 m e na parede acima do tanque nas dimensões 0,60 x 0,60m.

**Pintura** : As paredes externas deverão ser pintadas em látex em 02 (duas) demãos. Barrado a óleo no banheiro conforme especificado no revestimento. Esmalte grafite nas esquadrias metálicas interna e externamente.

**Piso** : Contrapiso em concreto desempenado e= 5,0 cm em toda casa e calçada e= 5,0 cm no contorno da casa, conforme projeto.

**Cobertura** : Executada em estrutura de madeira de boa qualidade, cobertura de telhas cerâmicas, tipo romana.

**Teto** : Forro pinus de 12 cm de largura, (inclusive meia cana) somente no banheiro.

**Esquadrias** : Metálicas - porta interna e externa laminada, janela veneziana com vidro no quarto, janela de correr na sala/cozinha e janelas tipo basculante no banheiro.

**Equip.H.Sanit.** : Os acessórios de louça branca (saboneteira, cabideiro e papelreira) não estão inclusos na planilha e as torneiras serão em PVC.

**OBS** : **O padrão de energia deverá ser adquirido pelo beneficiário, financiado pela ENERSUL e o Kit cavalete pela SANESUL.**

**REGINA MARA DE ABREU CÁCERES**  
 Eng<sup>o</sup> Civil – CREA: 3312/D

Fonte: SEHAC

## Assistência técnica

A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 institui a assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos e para a construção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda, como parte do SNHIS, possibilitando o repasse de recursos pelo FNHIS. A tabela a seguir apresenta os investimentos feitos pelo programa.

Tabela 75 - Assistência técnica - FNHIS

MUNICÍPIO	PROGRAMA/ EMPREENDIMENTO	Ano Contrato	Nº DE UN.	INVESTIMENTO DE RECURSOS POR FONTE (R\$)			
				ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	OUTROS
Campo Grande	Assist.Técnica-FNHIS	2007	100	3.886,00	38.860,00	0,00	0,00
Dourados	Assist.Técnica-FNHIS	2007	100	3.886,00	38.860,00	0,00	0,00
Ponta Porã	Assist.Técnica-FNHIS	2007	100	2.897,00	28.970,00	0,00	0,00
Campo Grande	Assist.Técnica-FNHIS	2008	100	3.886,00	38.860,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>400</b>	<b>14.555,00</b>	<b>145.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades -2009

## Empreendimentos habitacionais do setor privado

Outras fontes de informações consultadas foram os agentes promotores de financiamento para o setor privado; deste setor a Caixa Econômica Federal é o agente que possui dados sistematizados passíveis de utilização no momento.

Tabela 76 - Empreendimentos habitacionais do setor privado 2005-2009

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
2005			
Anaurilândia	30	Depósito do FGTS (*)	Anaurilândia
Aquidauana	15	Depósito do FGTS	Dr. Augusto Alves Corrêa Filho
Bataguassu	20	Depósito do FGTS	Loteamento Jardim Campo Grande
Campo Grande	78	FAR	Residencial Tijuca II
	6	Depósito do FGTS	Condominio Villas de Andorra
	3	Depósito do FGTS	Res.Bela Vista Mod III - 3 Unidades
	6	Depósito do FGTS	Res. Bela Vista Ii -Mod.III - 6 Unidades
	3	Depósito do FGTS	Op.Esp.Residencial Bela Vista II - Mod III
	37	Depósito do FGTS	Residencial Vitoria4
	5	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista3
	37	Depósito do FGTS	Residencial Vitória - Módulo V
	10	Depósito do FGTS	Residencial Cacildo De Souza
	2	Depósito do FGTS	Bela Vista 3 Mod 1
	50	Depósito do FGTS	Residencial Tarsila Do Amaral
	8	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista III – Módulo II
	6	Depósito do FGTS	Condomínio Villas De Andorra – Módulo III
	2	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista III – Módulo II
	119	FAR	Residencial Enseada dos Pássaros
	236	FAR	Prof. Arassuay Gomes de Castro
87	FAR	Residencial Vinicius de Moraes	
78	FAR	Residencial Tijuca I	
161	FAR	Res Lidia Bais 161uh	

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
Chapadão do Sul	50	Depósito do FGTS	Residencial Araucária
	90	Depósito do FGTS	Residencial Guavira
	1	Depósito do FGTS	Araucária Especial
Corumbá	50	Depósito do FGTS	Loteamento Floresta Aeroporto
Costa Rica	68	Depósito do FGTS	Residencial Sonho Meu
	20	Depósito do FGTS	Residencial Sonho Meu VI
Glória de Dourados	20	Depósito do FGTS	Conjunto Habitacional Altos da Glória
Itaquiraí	15	Depósito do FGTS	Loteamento Nova Era
Japorã	15	Depósito do FGTS	Loteam. Ver. Carlos Antonio G. De Souza
Miranda	20	Depósito do FGTS	Conjunto Habitacional Nova Baiazinha
Naviraí	100	Depósito do FGTS	Loteamento Tarumã II
Nioaque	15	Depósito do FGTS	Jardim São José
Nova Alvorada do Sul	15	Depósito do FGTS	Loteamento Jaime Medeiros 2 e 3
Novo Horizonte do Sul	15	Depósito do FGTS	Núcleo Urbano de Novo Horizonte
Porto Murtinho	30	Depósito do FGTS	Jockey Clube III
Selvéria	20	Depósito do FGTS	Loteamento Cidade Selvéria
Sidrolândia	40	Depósito do FGTS	Residencial Pindorama
Vicentina	15	Depósito do FGTS	Morar Melhor
Total 2005	1.598		
2006			
Bataguassu	40	Depósito do FGTS	Res. Vitória
Campo Grande	100	FAR	Residencial Sitiocas 2
	10	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista III - Módulo III
	1	Depósito do FGTS	Bela Vista Módulo 3
	11	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista IV
	4	Depósito do FGTS	Cond. Residencial Bela Vista IV - Mod II
	2	Depósito do FGTS	Bela Vista IV Mod II - 2 Unids Especiais
	100	FAR	Residencial Sitiocas 3
	233	FAR	Residencial Conceição dos Bugres
	138	FAR	Residencial Sitiocas 4
	100	FAR	Residencial Sitiocas 1
	74	FAR	Res Lilia Priesnitz Germano(Jog)
165	FAR	Residencial Patrícia Galvão	
Chapadão do Sul	60	Depósito do FGTS	Residencial Araucaria - Etapa2
Costa Rica	36	Depósito do FGTS	Residencial Sonho Meu Iv (Quarto)
Dourados	74	FAR	Residencial Estrela Itapiri
	100	FAR	Residencial Estrela Itaju II
	91	FAR	Condomínio Residencial Ponte Branca 01
	130	FAR	Residencial Estrela Itaju I

Continua...

...Continuação

Maracaju	40	Depósito do FGTS	Loteamento Nestor Muzzi
	55	Depósito do FGTS	Sonho Meu III
São Gabriel do Oeste	40	Depósito do FGTS	Residencial Fênix
Três Lagoas	26	Depósito do FGTS	Conjunto Habitacional Azaleia
Total 2006	1.630		
2007			
Água Clara	20	Depósito do FGTS	Residencial Primavera
	100	Depósito do FGTS	Loteamento Jardim Primavera
Amambai	36	Depósito do FGTS	Vila Mangay
Bela Vista	153	Depósito do FGTS	N.A.Nery Ramos Volpatto
Caarapó	11	Depósito do FGTS	A definir
Campo Grande	72	FAR	Residencial Oiti3
	102	FAR	Residencial Oiti 7
	31	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Andaluzia
	119	Depósito do FGTS	Morro Bonito
	192	Depósito do FGTS	Carta de Crédito Individual
	1	Depósito do FGTS	Andaluzia
	5	Depósito do FGTS	Condominio Bela Vista IV Módulo III
	16	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Andaluzia Blc C
	2	Depósito do FGTS	Condomínio Bela Vista IV Mód III
	3	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Asturia - Mód I
	6	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Asturia - Mód I
	14	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Andaluzia Bl D - Mód III
	100	FAR	Residencial Oiti2
	105	FAR	Residencial Oiti 6
	100	FAR	Residencial Oiti4
	177	FAR	Residencial Oiti 8
	157	FAR	Residencial Oiti1
	51	FAR	Residencial Oiti 5
	141	FAR	Condomínio Residencial José Octavio Guizzo
	2	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Andorra II Mód I
	2	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Andorra II Mód II
	6	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Asturia - Mód II
	1	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Andorras II - Mód II
6	Recurso Caixa	Residencial Villas de Andorra II - Mód III	
2	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Andaluzia Bloco D	
Chapadão do Sul	36	Depósito do FGTS	Residencial Araucária II - Módulo II
	122	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Mateira
	23	Depósito do FGTS	Residencial Araucária II - Módulo 3
Costa Rica	73	FDS	Sonho Meu_VI
Dourados	183	FAR	Condomínio Residencial Indaiá

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
Figueirão	46	FDS	Nova Conquista II
	55	FDS	Nova Conquista 55 Unidades
Jardim	9	Depósito do FGTS	Minha Casa
	68	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Recanto do Rio Miranda
Maracaju	18	Depósito do FGTS	Sonho Meu IV
	20	Depósito do FGTS	Loteamento Nestor Muzzi
Naviraí	40	Depósito do FGTS	Residencial Flamboyant
Nova Alvorada do Sul	87	Depósito do FGTS	Bebedouro
Nova Andradina	70	Depósito do FGTS	Estr. Boiadeiro, Chac. 179_ Quadra 4,5 E 6
	443	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Teijin
Ponta Porã	50	Depósito do FGTS	Residencial Remanso
	488	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Itamarati II
	136	Depósito do FGTS	Itamarati II
	249	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Itamaraty I
	417	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Itamaraty II
	45	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Itamaraty II
Ribas do Rio Pardo	30	Depósito do FGTS	Residencial Jardim do Trabalhador
	198	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Avaré
Rio Brillhante	100	Depósito do FGTS	Loteamento Manoel das Neves
	100	Depósito do FGTS	Loteamento Manoel das Neves II_Etapa
Selvéria	20	Depósito do FGTS	Conjunto Habitacional João Avelino de Souza
Sidrolândia	576	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Eldorado II
	97	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Alambari
Terenos	20	Depósito do FGTS	Loteamento Jardim America
	332	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Santa Mônica
Três Lagoas	25	Depósito do FGTS	Residencial Santa Lourdes
Total 2007	5.909		
2008			
Amambai	91	FDS	Residencial Por do Sol
	29	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Sebastião Rosa da Paz
	36	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Guanabara
Anastácio	34	Depósito do FGTS	Resid. Waldomiro Aparecido Vallezi
Angélica	25	Depósito do FGTS	Const De UH Nn Bairro Mutum
	93	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Santa Rosa
	9	Depósito do FGTS	Projeto Assentamento Santa Rosa - Modulo II
Aparecida do Taboado	60	FDS	Cidade Coração
	54	Depósito do FGTS	Residencial Cidade Nova
Bela Vista	100	FDS	Residencial Vale do Apa
Camapuã	96	FDS	Residencial Cristo Redentor
Campo Grande (Continua...)	34	FAR	Residencial Oiti 9
	12	Depósito do FGTS	Residencial Jardim das Tulipas Mod I

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
Campo Grande (Continuação...)	72	Depósito do FGTS	Residencial Parque Itatiaia
	5	Depósito do FGTS	Condomínio Res Villas de Asturia II - Mod I
	4	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Asturia II - Mod II
	6	Depósito do FGTS	Condomínio Villas de Granada
	16	Depósito do FGTS	Residencial Itapiri
	144	FAR	Residencial Arvoredo
	8	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Asturia II - Mod I
	6	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Granada
	4	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Asturia II - Mod II
	4	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Asturia III - Mod I
	4	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Granada - Mod II Fase 1
	204	FAR	Condomínio Resid. Sgto Hércules S. de Campos
Cassilândia	40	FDS	Loteamento Estrela do Vale
Costa Rica	70	Depósito do FGTS	Conjunto Habitacional Sonho Meu IV-B
Itaporã	68	FDS	Loteamento Jd Copacabana
	57	FDS	Construção de Casas Populares
Jardim	42	Depósito do FGTS	Parque Residencial Angélica
	19	Depósito do FGTS	Constr. de unid. habitacionais de Jardim
Juti	50	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Padre Adriano Van de Vem
Nova Alvorada do Sul	25	Depósito do FGTS	Residencial Odelei Ferreira de Almeida
	100	FDS	Loteamento Social - Fazenda Cristal
	153	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Mutum
	131	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento São João
	5	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Mutum - Módulo II
Paranaíba	100	FDS	Residencial Parque Industrial I
	50	FDS	Conjunto Residencial Parque Industriai II
	100	FDS	Parque Industrial III
Paranhos	32	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Vicente de Paula
Ponta Porã	34	Depósito do FGTS	Residencial Ponta Porã II
	100	FDS	Residencial Ponta Porã II
Porto Murtinho	44	Depósito do FGTS	Parque Residencial Saladeiro
Ribas do Rio Pardo	67	Depósito do FGTS	Loteamento Residencial Alvorada
	100	FDS	Vale do Mantena
	76	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Avaré
Sidrolândia	100	FDS	Construção de 100 Casas Populares
	34	Depósito do FGTS	Residencial Dona Nina
	14	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Santa Terezinha
	283	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Eldorado
	158	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Barra Nova
	174	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Alambari
	27	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Eldorado - Módulo II
	3	Depósito do FGTS	Projeto de Assentamento Barra Nova - Módulo II

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
Sao Gabriel do Oeste	100	FDS	Loteamento Jardim dos Pássaros I
Vicentina	50	FDS	Construção de Casas Populares em Vicentina
	87	FDS	Construção de Casas Populares em Vicentina
TOTAL DE 2008	3.870		
2009			
Angelica	8	Depósito do FGTS	Loteamento Paloma
Aparecida do Taboado	34	Depósito do FGTS	Cidade Nova Módulo II
Campo Grande	24	Depósito do FGTS	Residencial Itaju
	96	Depósito do FGTS	Resid. Parque Conquista São Francisco
	16	Depósito do FGTS	Residencial Itapiri
	10	Depósito do FGTS	Condomínio Residencial Lince
	44	Depósito do FGTS	Villas de Navarra Lr3
	20	Depósito do FGTS	Villas de Navarra II - Lr - Módulo I
	72	Depósito do FGTS	Residencial Parque Itatiaia
	588	Depósito do FGTS	Village Parati - Fase 1
	3	Depósito do FGTS	Residencial Vila Bela I
	514	Depósito do FGTS	Residencial Village Parati - Fase 2
	14	Depósito do FGTS	Residencial Campo Grande
	215	FAR	Residencial Fernanda 5
	273	FAR	Residencial Fernanda 2 e 3
	215	FAR	Residencial Fernanda 4
	213	FAR	Conjunto Residencial Nova Serrana
	40	Recurso Caixa	Condomínio dos Poderes
	8	Recurso Caixa	Condomínio Residencial San Lucas II
	5	Recurso Caixa	Residencial Lago Di Garda
	144	FAR	Residencial Albino Coimbra Filho II
	144	FAR	Residencial Albino Coimbra Filho I
	8	Recurso Caixa	Condomínio Villas de Asturia III - Mod II
	12	Recurso Caixa	Cond. Villas de Granada - Módulo III
	7	Recurso Caixa	Cond. Villas de Asturia III - Módulo III
	8	Recurso Caixa	Villas de Granada - Módulo IV
	4	Recurso Caixa	Villas de Asturia III Módulo IV
	192	FAR	Condominio Sebastião Melo
176	FAR	Condomínio Atílio Toniazzo	
Dourados (Continua...)	8	Depósito do FGTS	Residencial Itavera Módulo I
	16	Depósito do FGTS	Condomínio Pé de Cedro I
	8	Depósito do FGTS	Residencial Itavera Mod II
	24	Depósito do FGTS	Itavera Módulo III
	40	Depósito do FGTS	Residencial Itavera Módulo IV Bl 06,07,08,09 e 10
	40	Depósito do FGTS	Residencial Itavera Modulo 5
	160	FAR	Condomínio Residencial Novo Horizonte I

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIO	Nº UH	ORIGEM DE RECURSO	EMPREENDIMENTO
Dourados	267	FAR	Residencial Altos do Alvorada - Fase 01
	180	FAR	Residencial Altos do Alvorada - Fase 2
	238	FAR	Residencial Dioclecio Artuzi
	161	FAR	Condomínio Estrela do Leste
	240	FAR	Condomínio Residencial Eucalipto
Paranaíba	22	Depósito do FGTS	Residencial Jardim Redentora
	8	Depósito do FGTS	Residencial Jardim Redentora Módulo II
Três Lagoas	16	Depósito do FGTS	Residencial Itália II
Total 2009	4.535		
Total Geral	17.542		

O levantamento de informações sobre a oferta habitacional, deteve-se ao âmbito da produção de moradias destinadas à população de baixa renda, ou seja, aquela porção de população pertencente a um nível social, cuja faixa salarial até cinco salários mínimos (IBGE,2000) no período 2005-2009.

Outras informações relacionadas ao setor ha-

bitação que dizem respeito à oferta de lotes para a população urbana, resultantes da urbanização de novas áreas e na abertura de novos loteamentos, destinados à população de baixa renda, constam da coleta de dados primários realizada diretamente pelos municípios, apresentadas neste Documento no item 10 - Situação Habitacional nos Municípios.





# Segmentos populacionais específicos

Os segmentos específicos de que trata o Termo de Referência para a elaboração do Plano de Habitação Estadual de MS, são compostos pelos grupos populacionais indígenas, quilombolas e assentados rurais. Cada segmento recebe tratamento diferenciado em programas e projetos habitacionais desenvolvidos pelos órgãos governamentais, que visam atender necessidades específicas dos segmentos, considerando em especial, as peculiaridades culturais de cada um dos grupamentos.

As informações referentes aos programas destinados a grupos étnicos específicos, indígenas e negros, e às comunidades rurais, especificamente aos assentamentos rurais, estão agregadas no item segmentos específicos de modo a garantir que as especificidades socio-culturais destes grupamentos sejam caracterizadas no diagnóstico. As informações sobre cada segmento derivam de várias fontes e são, muitas vezes, contraditórias.

Neste momento optou-se por utilizar as fontes oficiais governamentais, que dispõem de dados e informações mais sistematizadas e consistentes, uma vez que, outras fontes contatadas não disponibilizaram as informações até o momento.

## Quilombolas

Quilombo designa a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil, fazendo referência a terras compradas por negros libertos, a posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica, a ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos. Os quilombos fazem parte daqueles eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, constantes da Constituição de 1988 e, hoje são designadas por Comunidades Remanescentes de Quilombos.

A propriedade das terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos é garantida pela Constituição Federal, nos termos do artigo 68, que conjugado com o Decreto Federal nº 4.887/2003, regula a identificação das comunidades quilombolas.

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão de assessoramento direto ao Presidente da República, com “status” de Ministério, com a finalidade de coordenar as ações dirigidas à população negra brasileira, incluindo-se as políticas públicas de todos os demais ministérios,

organizações estaduais e municipais.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é responsável pela instauração de processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos. À Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, compete o registro das comunidades e a formulação e implantação de políticas públicas, objetivando potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento local, a partir de sua história e cultura.

A identificação das comunidades quilombolas respalda-se no direito à autoatribuição como critério único a ser utilizado pelas populações negras, visando ao seu reconhecimento, conforme o Decreto nº 4.887/2003. Portanto, os dados das instituições responsáveis pelos procedimentos de regularização das áreas dependem também da manifestação das comunidades, quanto a sua condição de quilombola.

A Fundação Cultural Palmares informa que em Mato Grosso do Sul foram certificadas dezesseis comunidades quilombolas ([www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)) no período de 2005 a 2008, enquanto que pelo INCRA, estão instaurados doze procedimentos de regularização no Estado ([www.incra.gov.br/portal](http://www.incra.gov.br/portal)). A publicação Coletânea sobre as Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/ 2009, apresenta dados sobre treze comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul.

A diferença entre os dados é avaliada considerando a possibilidade de que “nem toda comunidade quilombola esteja interessada no procedimento de regularização”.

No período de 2005 a 2009 a oferta de moradias nas comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul atrelou-se aos programas estaduais de produção habitacional, contando com parcerias com o INCRA e com a FUNASA, conforme tabela abaixo. As informações foram fornecidas pela Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades, constantes nos Relatórios de Obras daquele órgão.

Não existem dados disponíveis sobre a infraestrutura nos quilombos.

Tabela 77 - Comunidades quilombolas de MS - oferta de unidades habitacionais 2005-2009

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	PROJETO	ANO DO CONTRATO	Nº UN.	ÁREA UNIDADES (m²)	INVEST. POR FONTE (R\$)	
						ESTADUAL	FEDERAL
Aquidauana	Furnas dos Baianos	PSH/CHB	2008	5	31,56	23.750,00	30.000,00
Campo Grande	Chácara Buriti	PSH/CHB	2008	15	31,56	71.250,00	90.000,00
		PSH/BIC BANCO	2009	11	32	89.980,00	77.000,00
Corguinho	Furnas Boa Sorte	PSH/CHB	2008	12	31,56	57.000,00	72.000,00
		PSH/INDUS-VAL	2009	19	32	155.420,00	133.000,00
Dourados	Picadinha/Com. Negra Rural Quilombola Dezi-dério Felipe de Oliveira	PSH/CHB	2008	6	31,56	28.500,00	36.000,00
Figueirão	Santa Tereza/Família Malaquias	PSH/CHB	2008	10	31,56	47.500,00	60.000,00
Jaraguari	Furnas do Dionísio	PSH/CHB	2008	31	31,56	147.250,00	186.000,00
		PSH/INDUS-VAL	2009	42	32,00	343.560,00	294.000,00
		PSH/BIC BANCO	2009	9	32,00	73.620,00	63.000,00
Maracaju	Colônia São Miguel	PSH/CHB	2008	7	31,56	33.250,00	42.000,00
		PSH/BIC BANCO	2009	25	32,00	204.500,00	175.000,00
Nioaque	Família Cardoso	PSH/CHB	2008	16	31,56	76.000,00	96.000,00
		PSH/BIC BANCO	2009	17	32,00	139.060,00	119.000,00
	Comunidade Negra das Famílias Araújo e Ribeiro	PSH/CHB	2008	12	31,56	57.000,00	72.000,00
		PSH/BIC BANCO	2009	12	32,00	98.160,00	84.000,00
Pedro Gomes	Família Quintino	PSH/CHB	2008	13	31,56	61.750,00	78.000,00
		PSH/INDUS-VAL	2009	15	32,00	122.700,00	105.000,00
Rio Negro	Ourolândia	PSH/CHB	2008	9	31,56	42.750,00	54.000,00
Terenos	Comunidade dos Pretos	PSH/CHB	2008	14	31,56	66.500,00	84.000,00
TOTAL				300	-	1.939.500,00	1.950.000,00

Fonte: SEHAC

Das comunidades quilombolas urbanas Eva Maria de Jesus/Tia Eva (Vila São Benedito) e Comunidade Negra São João Batista em Campo Grande, Família Jarcem em Rio Brillhante e Família Bispo em Sonora, não foram encontrados dados na FUNASA e SEHAC.

Em razão das metodologias de coleta de dados e objetivos específicos de cada órgão de governo, nas três esferas, as informações disponíveis não atendem completamente os objetivos da caracterização pretendida neste trabalho quanto à oferta habitacional. Complementam os dados aqui apresentados os dados primários obtidos por meio do questionário respondido pelas prefeituras municipais.

## Indígenas

O Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, utiliza o critério da autoidentificação étnica, para nortear as ações governamentais direcionadas ao atendimento das populações indígenas brasileiras, tomadas em seu conjunto, sem particularidades ou diferenças entre si. A Constituição Federal de 1988 reconheceu as organizações sociais indígenas e lhes garantiu a cidadania plena e o direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas, salienta-se que as sociedades indígenas brasileiras mantêm ainda cerca de 30 famílias linguísticas diferentes, aproximadamente 180 línguas diferentes são faladas pelos membros destas

sociedades.

A demarcação e a regularização das terras indígenas, são consideradas ações fundamentais para que se efetivem as políticas públicas, baseadas no respeito às formas próprias de organização sociocultural dos povos indígenas. Para tanto, foram estabelecidos os procedimentos técnicos para os trabalhos de demarcação das terras indígenas, a partir de um quadro legal específico e explícito, possibilitando o estabelecimento de parcerias entre organismos governamentais nacionais e internacionais, não governamentais ou com representantes das comunidades indígenas interessadas. Com isso, os trabalhos de demarcação e regularização das terras indígenas ganharam celeridade, consistência e maior legitimidade.

A Tabela abaixo, demonstra a situação das terras indígenas quanto ao procedimento administrativo de regularização no território brasileiro, segundo informações do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, referentes ao ano de 2008. CIMI é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, criado em 1972. A Secretaria Nacional está sediada em Brasília/DF.

A situação de decréscimo de população indígena verificado no início da década de 1970, período em que a população não ultrapassava 100.000 pessoas, apresentando fortes indicativos de tendência ao extermínio total, foi revertido. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2000, a população indígena contabilizava 734.131 pessoas, como pode ser verificado na tabela a seguir, das quais 350.834 localizadas nas terras indígenas e 383.297 nas cidades.

Tabela 79 - População indígena no Brasil - distribuição por unidades da federação

UF	POPULAÇÃO	% DO TOTAL
Acre (AC)	8.009	1,09
Alagoas (AL)	9.074	1,24
Amapá (AP)	4.972	0,68
Amazonas (AM)	113.391	15,45
Bahia (BA)	64.240	8,75
Ceará (CE)	12.198	1,66
Distrito Federal	7.154	0,97
Espírito Santo (ES)	12.746	1,74
Goiás (GO)	14.110	1,92
Maranhão (MA)	27.571	3,76
Mato Grosso (MT)	29.196	3,98
Mato Grosso do Sul (MS)	53.900	7,34
Minas Gerais (MG)	48.720	6,64
Pará (PA)	37.681	5,13
Paraíba (PB)	10.088	1,37
Paraná (PR)	31.488	4,29
Pernambuco (PE)	34.669	4,72
Piauí	2.664	0,36
Rio de Janeiro (RJ)	35.934	4,89
Rio Grande do Norte	3.168	0,43
Rio Grande do Sul (RS)	38.718	5,27
Rondônia (RO)	10.683	1,46
Roraima (RR)	28.128	3,83
Santa Catarina (SC)	14.542	1,98
São Paulo (SP)	63.789	8,69
Sergipe (SE)	6.717	0,91
Tocantins (TO)	10.581	1,44
Total	734.131	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 78 - Situação geral das terras indígenas no Brasil - 2008

ESTÁGIO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO	QUANTIDADE	%
Registradas (Demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço do Patrimônio da União).	343	40,40
Homologadas (com decreto do Presidente da República e aguardando registro).	49	5,77
Declaradas (com portaria declaratória do Ministro da Justiça e aguardando demarcação).	52	6,12
Identificadas (analisadas por Grupo Técnico da Funai e aguardando decisão do Ministro da Justiça).	19	2,24
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura)	126	14,84
Sem providências: sem previsão de identificação por parte da Funai.	225	26,50
Reservadas (demarcadas como “reservas indígenas” à época do SPI) ou Dominiais (de propriedade de comunidades indígenas).	35	4,12
Total	849	100,00

Fonte: Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Em termos de distribuição territorial, a população indígena concentra-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente na Amazônia Legal. Em termos de preservação cultural, especialmente da manutenção da língua, as sociedades que vivem nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul são as mais preservadas, visto que os processos de urbanização regionais não as expulsaram como as ocorrências nas demais regiões.

A população indígena de Mato Grosso do Sul está distribuída em 28 municípios, concentrada em aldeias multiétnicas, totalizando 68.845 pessoas. A Tabela a seguir caracteriza essa distribuição demográfica por município.

Tabela 80 - População indígena por etnia por município

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO		
			ETNIAS	ALDEIA	MUNICÍPIO
Amambai	Amambai	Guarani	366	7.066	8.595
		Guarani/			
		Kaiowa	26		
		Kaiowa	6.666		
		Terena	8		
	Jaguari	Kaiowa	315	315	
	Limão Verde	Guarani	8	1.214	
Kaiowa		1.206			
Anastácio	Aldeinha	Terena	360	360	360
Antônio João	Campestre	Kaiowa	430	431	
		Terena	1		
	Cerro Marangatu	Kaiowa	614	614	
Aral Moreira	Guassuty	Kaiowa	430	431	431
		Guarani	1		
Aquidauana (Continua...)	Água Branca	Cinta Larga	1	671	5.114
		Terena	670		
	Bananal	Cinta Larga	1	1.081	
		Guarani	1		
		Terena	1.079		
	Colônia Nova	Terena	182	182	
	Córrego Seco	Terena	140	140	
	Imbirussu	Guarani	2	186	
		Kadiweu	1		
		Kaiowa	1		
		Terena	182		
	Lagoinha	Guarani	1	621	
		Kaiowa	1		
		Kadiweu	1		
		Kinikinawa	2		
		Terena	616		
	Limão Verde	Kaiowa	1	1.124	
		Kadiweu	1		
		Xavante	2		
		Terena	1.120		
Morrinhos	Terena	264	264		

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO		
			ETNIAS	ALDEIA	MUNICÍPIO
Aquidauana (Continuação)	Ypegue	Guarani	1	845	552
		Terena	844		
Bela Vista	Pirakuá	Kaiowa	549	552	552
		Terena	3		
Brasilândia	Ofaie Xavante	Guarani	2	82	82
		Kaiowa	19		
		Ofaie Xavante	61		
Caarapó	Caarapó	Guarani	213	4.639	5.078
		Kaiowa	4.426		
	Guira-Roka	Kaiowa	157	160	
		Terena	2		
		Guarani	1		
	Taquara	Guarani	6	279	
Kaiowa		273			
Campo Grande	Marçal de Souza	Bororó	9	2.804	2.804
		Guarani	98		
		Guato	25		
		Kadiweu	34		
		Kaiowa	21		
		Terena	2.617		
Coronel Sapucaia	Taquapery	Kaiowa	2.879	2.884	2.884
		Guarani	5		
Corumbá	Uberaba	Guato	150	159	159
		Terena	9		
Dois Irmãos do Buriti	Água Azul	Terena	274	277	1.730
		Xavante	3		
	Barrerinho	Guarani	1	102	
		Terena	101		
	Buriti	Kadiweu	1	823	
		Terena	822		
	Olho D'água	Terena	186	186	
	Oliveira	Kaiowa	4	131	
Terena		127			
Recanto	Terena	211	211		
Douradina	Panambi	Guarani	19	829	829
		Kaiowa	807		
		Terena	3		
Dourados (Continua...)	Bororó	Guarani	617	5.681	11.953
		Kaiowa	4.936		
		Xavante	1		
		Terena	127		

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO		
			ETNIAS	ALDEIA	MUNICÍPIO
Dourados (Continuação)	Jaguapiru	Guarani	1.852	5.861	11.953
		Kadiweu	3		
		Kaiowa	1.870		
		Terena	2.136		
	Panambizinho	Guarani	5	322	
		Kaiowa	316		
		Terena	1		
	Porto Cambira	Guarani	11	89	
		Kaiowa	76		
Terena		2			
Eldorado	Cerrito	Guarani	503	672	672
		Kaiowa	164		
		Terena	5		
Japorã	Acampamento Yvy Katu	Guarani	281	328	4.553
		Kaiowa	47		
	Porto Lindo	Guarani	4.099	4.225	
		Kaiowa	126		
Juti	Jarará	Guarani	13	462	462
		Kaiowa	449		
Laguna Carapã	Guaimbé	Guarani	2	491	869
		Kaiowa	489		
	Rancho Jacaré	Guarani	5	378	
		Kaiowa	373		
Maracaju	Sucuri	Guarani	17	224	224
		Kaiowa	185		
		Terena	22		
Miranda	Argola	Terena	741	741	7.235
	Babaçu	Guarani	3	711	
		Terena	708		
	Cachoeirinha	Kadiweu	2	1.599	
		Terena	1.597		
	Lagoinha	Terena	150	150	
	Lalima	Terena	1.544	1.544	
	Moreira	Guarani	3	1.068	
		Terena	1.064		
		Xavante	1		
Morrinho	Guarani	1	312		
	Terena	311			
Passarinho	Terena	1.110	1.110		
Nioaque (Continua...)	Água Branca / Nioaque	Terena	286	286	1.376

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO		
			ETNIAS	ALDEIA	MUNICÍPIO
Nioaque (continuação)	Brejão	Atikum	2	480	1.376
		Terena	478		
	Cabeceira	Atikum	25	311	
		Guarani	2		
	Taboquinha	Terena	284		
		Atikum	1	299	
	Terena	298			
Ponta Porã	Kokue-y	Kaiowa	150	151	400
		Terena	1		
	Lima Campo	Guarani	14	249	
		Kaiowa	235		
Porto Murtinho	Alves de Barros	Kadiweu	898	908	1.712
		Kinikinawa	1		
		Terena	9		
	Campina	Kadiweu	107	108	
		Terena	1		
	Córrego de Ouro	Kadiweu	46	47	
		Terena	1		
	Barro Preto	Kadiweu	39	44	
		Kinikinawa	1		
		Terena	4		
	São João	Guarani	1	328	
		Kadiweu	104		
		Kinikinawa	114		
		Terena	109		
Tomásia	Kadiweu	181	224		
	Kinikinawa	8			
	Terena	35			
Cerro Y	Kaiowa	53	53		
Paranhos (Continua...)	Arroio Corá	Guarani	374	555	4.514
		Guarani Kaiowa	89		
		Kaiowa	92		
	Paraguassu	Guarani	152	629	
		Guarani Kaiowa	44		
		Kaiowa	433		
	Pirajuí	Guarani	2.081	2.240	
		Guarani Kaiowa	3		
		Kaiowa	156		
	Potrero-Guassu	Guarani	525	605	
		Guarani Kaiowa	63		
Kaiowa		17			

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	ALDEIAS	ETNIAS	POPULAÇÃO		
			ETNIAS	ALDEIA	MUNICÍPIO
Paranhos (Continuação)	Sete Cerros	Guarani	96	485	
		Guarani Kaiowa	57		
		Kaiowa	332		
Rochedo	Bálsamo	Terena	68	68	68
Sete Quedas	Acampamento Sombreiro	Guarani	266	270	270
		Kaiowa	4		
Sidrolândia	Córrego do Meio	Terena	495	495	1.369
	Lagoinha	Terena	269	269	
	Tereré	Guarani Kaiowa	5	605	
		Terena	600		
Tacuru	Jaguaripé	Guarani	81	1.058	3.505
		Kaiowa	977		
	Sassoró	Guarani	37	2.447	
		Kaiowa	2.410		
Total	68845	68.845	68.845		

Fonte: Caracterização Demográfica, Étnico cultural dos Povos Indígenas do DSEI. SIASI-FUNASA/MS, 30/01/2009

Em Mato Grosso do Sul, nas terras indígenas demarcadas, os programas governamentais tem levado as infraestruturas básicas de saneamento acompanhados dos programas de construção de moradias, seja nas áreas rurais ou nas áreas urbanas.

As informações sobre a produção de moradias destinada às populações indígenas estão restritas aos programas governamentais, desenvolvidos pelos órgãos federais em parceria com a Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades. As fontes consultadas foram os Relatórios

da SEHAC, informações da FUNAI e da FUNASA. No período de 2005 a 2009 foram produzidas 2.483 unidades habitacionais, tendo sido empregado recursos federais e estaduais da ordem de R\$ 30.760.000,00.

Nesta etapa do levantamento para a elaboração do Plano Estadual de Habitação foram consideradas as populações indígenas que vivem em áreas delimitadas – reservas ou aldeias, localizadas nos municípios em áreas rurais e urbanas, de acordo com os programas implantados no período de 2005 a 2009, constantes na tabela abaixo.

Tabela 81 - Povos indígenas de MS – oferta de unidades habitacionais 2005-2009

MUNICÍPIOS	COMUNID.	PROJETO	ANO DO CONTRATO	Nº UNID.	ÁREA UNID. (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)			
						FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	OUTROS
Antônio João	Campestre	Casa Indígena PSH/Cobansa	2009	30	39,30	210.000,00	245.400,00	-	-
Amambai	Jaguari	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-	50.000,00	204.025,00	-	-
	Limão Verde	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-			-	-
		Casa Indígena FNHIS	2007	63	41,16	980.000,00	102.900,61	-	-
	Amambai	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-
	Sem aldeia identificada	Casa do Índio Novo Habitar	2003/2004	95	-	211.654,00	668.197,76	42.000,00	185.000,00
Anastácio	Umbelina	Casa do Índio Novo Habitar	2004	15	-	25.000,00	486.064,55	-	-
	Aldeinha			25	-			-	-

Continua...



...Continuação

MUNICÍPIOS	COMUNID.	PROJETO	ANO DO CONTRATO	Nº UNID.	ÁREA UNID. (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
						FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	OUTROS	
Aquidauana	Água Branca	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-	100.000,00	408.050,00	-	-	
		Novo Habitar	2009	20	39,3	140.000,00	163.600,00	-	-	
		Casa Indígena PSH/BIC BANCO	2009	20	39,3	140.000,00	163.600,00	-	-	
	Bananal	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-	-	-	-	-	
		Casa Indígena PSH/F.P.	2009	45	39,3	315.000,00	368.100,00	-	-	
	Imbirussu	Casa Indígena PSH/F.P.	2009	20	39,3	140.000,00	163.600,00	-	-	
	Lagoinha	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-	
	Limão Verde	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-	-	-	-	-	
		Casa Indígena FNHIS	2007	63	41,16	980.000,00	102.900,61	-	-	
	Morrinhos	Casa Indígena PSH/F.P.	2009	20	39,3	140.000,00	163.600,00	-	-	
	Ypegue	Casa do Índio Novo Habitar	2004	10	-	-	-	-	-	
		Casa Indígena PSH/F.P.	2009	45	39,3	315.000,00	368.100,00	-	-	
	Bela Vista	Pirakua	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-
	Caarapó	Teykuê	Casa Indígena PSH/BP	2009	65	39,30	455.000,00	531.700,00	-	-
Coronel Sapucaia	Taquapery	Casa Indígena - FNHIS	2008	35	31,56	490.133,00	56.869,77	-	-	
Dois Irmãos do Buriti (Continua...)	Água Azul	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	3	-	-	300.420,00	-	-	
		Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	5	-	-	-	-	-	
		Casa Indígena - PSH/CHB	2008	16 (*)	31,56	-	-	-	-	
	Barrerinho	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	2	-	-	-	-	-	
		Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	3	-	-	-	-	-	
		Casa Indígena - PSH/CHB	2008	6 (*)	31,56	-	-	-	-	
	Buriti	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	17	-	-	-	-	-	
Casa do Índio/ Novo Habitar		2004	17 13	-	211.500,00	345.469,27	18.182,42	-		

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	COMUNID.	PROJETO	ANO DO CONTRATO	Nº UNID.	ÁREA UNID. (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)			
						FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	OUTROS
Dois Irmãos do Buriti (Continuação)	Buriti	Casa Indígena FNHIS	2008	30	31,56	418.925,00	50.877,70	-	-
	Olho D'água	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	2	-	-	-	-	-
		Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	3	-	-	-	-	-
		Casa Indígena - PSH/CHB	2008	11 (*)	31,56	300.000,00 (*)	237.500,00 (*)	-	-
	Oliveira	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	3	-	-	-	-	-
		Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	3	-	-	-	-	-
		Casa Indígena - PSH/CHB	2008	6 (*)	31,56	-	-	-	-
	Recanto	Casa do Índio/ Novo Habitar	2003	3	-	-	-	-	-
		Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	3	-	-	-	-	-
		Casa Indígena - PSH/CHB	2008	11 (*)	31,56	-	-	-	-
Dourados	Bororó	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	109	Terreno/Infraestrutura	900.000,00	400.000,00	-	-
		Casa do Índio/ Novo Habitar -PSH/FP	2005	244	-	-	-	-	1.562.000,00
		Casa Indígena - PSH/FP	2008	100	31,56	1.200.000,00	950.000,00	-	-
	Jaguapiru	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	91	Terreno/Infraestrutura	-	-	-	-
		Casa do Índio/ Novo Habitar -PSH/FP	2005	156	-	-	2.627.572,37	600.000,00	800.000,00
		Casa Indígena - PSH/FP	2008	100	31,56	-	-	-	-
	Aguapiru/ Bororó	Casa do Índio - PSH/FP	2005	80	31,56	160.000,00	532.280,00	120.000,00	312.400,00
Japorã	Porto Lindo	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	30	-	-	361.499,83	-	75.000,00
		Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500	-	-
Maracaju	Sucury	Casa Indígena PSH/ECONOMISA	2009	34	39,30	238.000,00	278.120,00	-	-

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	COMUNID.	PROJETO	ANO DO CONTRATO	Nº UNID.	ÁREA UNID. (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)			
						FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	OUTROS
Paranhos	Pirajuí	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	20	-	-	199.688,40	-	50.000,00
		Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-
Porto Murtinho	Campina	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	15	-	-	-	-	-
	Barro Preto	Casa Indígena PSH/ECONO MISA	2009	11	39,3	77.000,00	89.980,00	-	-
	São João	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-
	Tomásia	Casa do Índio/ Novo Habitar	2004	10	-	-	-	-	-
		Casa Indígena PSH/ECONO MISA	2009	20	39,3	140.000,00	163.600,00	-	-
	Sidrolândia	Córrego do Meio	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	360.000,00	285.000,00	-
Lagoinha		Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56			-	-
Tereré		Casa Indígena PSH/ ECONOMISA	2009	47	39,30	329.000,00	384.460,00	-	-
Tacurú	Jaguapiré	Casa Indígena PSH/ COBANSA	2009	50	39,30	350.000,00	409.000,00	-	-
	Sassoró	Casa Indígena PSH/CHB	2008	30	31,56	180.000,00	142.500,00	-	-
Total geral			-	2.453	-	12.366.340,00	14.293.732,00	760.182,42	3.146.900,00

Obs. (\*) Projetos que totalizam 50 unidades habitacionais utilizando o mesmo recurso.

Fonte: SEHAC – Relatório de obras habitacionais 2009 – Obras contratadas/Convênios assinados 2009 – AGEHAB: Casa do Índio revisada (1999 a 2006)

## Assentamentos rurais

Os projetos de assentamento (PAs) fazem parte da política de reforma agrária rural, definida pelo Governo Federal brasileiro, sendo competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sua aplicação no território nacional. Em cada Unidade da Federação está instalada uma Superintendência Regional da autarquia, com a finalidade de implementar os programas e projetos desenvolvidos no âmbito de sua jurisdição estadual.

A política de reforma agrária brasileira, instituída pela Constituição Federal de 1988, tem como função precípua a distribuição de imóveis rurais e o estabelecimento dos instrumentos que assegurem o acesso a terra aos seus beneficiários. A titulação dos imóveis é garantida por dois instrumentos distintos, os títulos de domínio e os contratos de concessão de uso.

O contrato de concessão de uso transfere o

imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório, no entanto é suficiente para assegurar aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.

O título de domínio transfere o imóvel rural ao beneficiário em caráter definitivo e é garantido pela Lei nº 8.629/93, quando verificado que a unidade familiar cumpriu as cláusulas do contrato de concessão de uso e apresenta condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio.

A política de titulação dos assentamentos finaliza o processo reformista, cada uma das Superintendências Regionais recebe a relação dos beneficiários contemplados com os documentos de titulação e dá publicidade ao processo de recebimento dos documentos de titulação dos imóveis, objeto de Reforma Agrária. Na tabela a seguir estão relacionados os projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA no estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 82 - Projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA 2005-2009

MUNICÍPIOS	PROJETOS	IMÓVEL	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS
2005				
Angélica	Angélica	Faz. Santa Rosa	1.824,00	150
Campo Grande	Três Corações (Morro Bonito)	Faz. Morro Bonito	2.257,23	163
Chapadão do Sul	Mateira	Faz. Mateira	4.110,03	151
Corumbá	São Gabriel	Faz. São Gabriel	4.724,15	292
Nova Alvorada do Sul	Ranildo da Silva (Mutum I)	Faz. Mutum	2.842,15	176
Ribas do Rio Pardo/ Santa Rita do Pardo	Avaré	Faz. Avaré	7.001,33	419
Rio Brilhante	Lagoa Azul	Faz. Lagoa Azul	1.507,07	123
	Alambari	Parte da Faz. Eldorado	8.206,70	558
	Altemir Tortelli (Estrela)	Faz. Estrela	1.490,00	115
	Barra Nova	Faz. Barra Nova	3.940,43	306
	Eldorado	Parte da Faz. Eldorado	9.968,22	620
	Eldorado II	Parte da Faz. Eldorado	9.608,60	786
Taquarussú	Bela Manhã	Faz. Bela Manhã	1.862,36	80
Terenos	Santa Mônica	Faz. Santa Mônica	7.960,25	715
SUB TOTAL			67.302,52	4654
2006				
Anaurilândia	Barreiro	Faz. Barreiro	3.570,71	280
Bodoquena	Serra Alegre	Faz. Serra Alegre	1.751,26	130
Glória de Dourados	Aimoré	Faz. Aimoré	441,1	45
Selvíria	Alecrim	Faz. Alecrim	441,0775	126
Tacuru	Água Viva	Faz. Água Viva	1.530,06	268
	Tacuru da Fronteira	Faz. São José	3.441,27	220
SUB TOTAL			11.175,48	1069
2007				
Aquidauana	Indaiá I – CUT	Fazenda Indaiá I	1.605,63	100
	Indaiá II – FAF	Fazenda Indaiá II	1.605,63	100
	Indaiá III– FETAGRI	Fazenda Indaiá III	1.605,63	100
	Indaiá IV– MST	Fazenda Indaiá IV	1.605,63	100
Corguinho	Corguinho	Fazenda Vista Alegre	3.633,60	220
Dois Irmãos do Buriti	Piuva V	Fazenda Piuva	1.419,28	109
Itaquiraí	Caburey	Faz. Caburey Parte III	1.799,96	163
	Foz do Rio Amambai	Faz. Caburey Parte II	2.394,61	216
	Itaquiraí	Faz. Caburey Parte I	3.029,59	258
	Santo Antonio	Faz. Santo Antonio	9.527,02	813

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETOS	IMÓVEL	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS
Japorã	Jacob Carlos Francisco	Fazenda Princesa do Sul	4.485,00	307
Jaraguari	Estrela Campo Grande	Fazenda Estrela/Parte	672	42
	Estrela Jaraguari	Fazenda Estrela/Parte	2.009,00	204
Nioaque	Areias	Fazenda Ponteio/Areias	1.600,00	95
Nova Alvorada do Sul	Santa Luzia	Fazenda Santa Luzia	1.168,74	90
	Sucesso	Fazenda Sucesso	968,9356	90
	Volta Redonda, CUT	Fazenda Volta Redonda/Parte	1.573,25	120
	Volta Redonda, FAF	Fazenda Volta Redonda/Parte	393,3	30
Paranhos	Cabeceira do Rio Iguatemi	Fazenda Beira Rio/Parte	1.640,13	86
	Reassentamento Beira Rio	Fazenda Beira Rio/Parte	988,6629	45
Ponta Porã	Aba da Serra	Fazendas Aba da Serra II	1.072,50	75
	Capão Bonito, revogado	Fazenda Capão Bonito	542	38
Selvíria	Canoas	Fazenda Canoas I e III	5.149,00	330
Sidrolândia	Eldorado Parte	Fazenda Eldorado Parte	818,7501	68
	Santa Lucia	Faz. Santa Lucia	1.322,91	100
SUB TOTAL			52.630,76	3899
2008				
Anaurilândia	Reassentamento Rural Santa Ana	Fazenda Santa Ana	2.894,77	72
Bataguassu	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Aruanda	Fazenda Aruanda	3.857,65	67
Brasilândia	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Pedra Bonita	Fazenda Pedra Bonita	3.344,13	85
Corguinho	Torre de Pedra	Fazenda Torre de Pedra	761,8925	39
Selvíria	São Joaquim	Fazenda São Joaquim	2.641,38	181
Três Lagoas	Arapuá	Fazenda Arapuá	1.456,96	69
	Proj. de Reassentamento Pop. Rural Piaba	Fazenda Piaba	764,582	14
Amambai	Magno Oliveira	Fazenda Piquenique	896,7554	65

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETOS	IMÓVEL	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS
SUB TOTAL			15.721,36	527
2009				
Corguinho	Rancho Alegre	Fazenda Rancho Alegre	518,8077	25
	Três Piuvas	Liberdade Camponesa	909,4359	42
SUB TOTAL			2325	132
TOTAL			149.155,12	10281

Fonte: INCRA - MS

Ao INCRA compete disponibilizar a infraestrutura básica rural considerada fundamental para a permanência dos assentados no campo, cujas prioridades são a construção ou complementação de estradas vicinais e saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e redes de eletrificação rural). As obras são executadas de forma direta, por licitações públicas ou por meio de convênios com estados ou municípios. As parcerias institucionais com outros órgãos governamentais da esfera federal são outros meios de execução de obras, tais como: Ministério de Minas e Energia – Programa Luz para Todos; Ministério da Defesa – por meio do Batalhão de Engenharia das Forças Armadas; Fundação Nacional da Saúde – FUNASA; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Estas obras são entendidas como estímulo ao processo produtivo das comunidades dos assentamentos e da população local do entorno.

A construção de unidades habitacionais recebe apoio do Programa Crédito Instalação, concedido nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição/Material de

Construção, Fomento, Adicional Semiárido, Recuperação de Materiais de Construção, Reabilitação de Crédito Produção. O programa estabelece parcerias com instituições financeiras governamentais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

As informações constantes no site [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), consultado em 06/05/2010 relatam que, para a linha de crédito Aquisição de Materiais de Construção, o valor disponibilizado é de R\$ 15.000,00 por família e para a linha de crédito Recuperação/Materiais de Construção, o valor é de até R\$ 8.000,00 por família.

Em Mato Grosso do Sul a SEHAC desenvolve programas voltados para a melhoria das condições de vida no campo, por meio de convênios com os órgãos institucionais federais e por meio de parcerias com associações e entidades de trabalhadores. São também contratados empréstimos com as instituições financeiras governamentais que disponibilizam recursos para aplicação em unidades habitacionais. Para o período 2005-2009 a SEHAC apresentou os dados constantes da tabela abaixo.

Tabela 83 – Assentamentos rurais de MS - oferta de unidades habitacionais 2005-2009

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	FGIS	OUTROS
ANO DE CRIAÇÃO: 2005									
Bela Vista	Casa Rural - FETAGRI	Assentamento Nery Ramos Volpato	153	74,14	765.000,00	26.401,68	-	-	-
Total 2005			153	-	765.000,00	26.401,68	-	-	-
ANO DE CRIAÇÃO: 2006									
Ponta Porã	Casa Rural - AESCA	Assentamento Itamaraty II	488	-	2.440.000,00	139.026,32	-	-	-
	Casa Rural -FAF	Assentamento Itamaraty II	146	-	730.000,00	41.593,94	-	-	-
Juti	Casa no Campo	-	80	-	400.000,00	154.393,4	-	-	-
Total 2006			714	-	3.570.000,00	335.013,66	-	-	-

Continua...

Tabela 83 – Assentamentos Rurais de MS - Oferta de unidades habitacionais 2005-2009

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADU-AL	MUNICI-PAL	FGTS	OUTROS
ANO DE CRIAÇÃO: 2007									
Campo Grande-Anhanduí	Casa Rural -CUT	Assentamento Morro Bonito	160	30,08/31,56	800.000,00	27.609,60	-	-	-
Chapadão do sul	Casa Rural - FE-TAGRI	Assentamento Mateira	180	30,08/31,56	900.000,00	31.060,80	-	-	-
Jardim	Casa Rural -ETA-GRI-Parceria	Assentamento Recanto Rio Miranda	80	30,08/31,57	264.000,00	13.804,80	-	-	-
Nova Alvorada do Sul	Casa Rural - FE-TAGRI-Parceria	Assentamento Bebedouro	103	30,08/31,58	341.000,00	17.773,68	-	-	-
Nova Andradina	Casa Rural - FE-TAGRI-Parceria	Assentamento Tejjim	580	30,08/31,59	2.900.000,00	100.084,8	-	-	-
Ponta Porã	Casa Rural -FETA-GRI-Parceria	Assentamento Itamarati I	393	30,08/31,60	1.467.000,00	111.962,07	-	-	-
	Casa Rural - MST-Parceria	Assentamento Itamarati II	55	30,08/31,61	275.000,00	15.668,95	-	-	-
	Casa Rural - FE-TAGRI- Parceria	Assentamento Itamarati II	488	30,08/31,62	2.440.000,00	139.026,32	-	-	-
Santa Rita do Pardo	Casa Rural - FE-TAGRI- Parceria	Assentamento Avaré	200	30,08/31,63	1.000.000,00	34.512,00	-	-	-
Sidrolândia	Casa Rural - AU-DEPAFS	Colônia Agrícola/ Fazenda Flórida	111	21,45	-	111.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FE-TAGRI- Parceria	Assentamento Eldorado II	777	30,08/31,56	3.885.000,00	134.079,12	-	-	-
	Casa Rural - FE-TAGRI- Parceria	Assentamento Alambari	146	30,08/31,56	730.000,00	25.193,76	-	-	-
Terenos	Casa Rural - FE-TAGRI- Parceria	Assentamento Santa Mônica	361	30,08/31,57	1.805.00,00	62.294,16	-	-	-
Total 2007			3.634	-	15.002.000,00	824.070,06	-	-	-
ANO DE CRIAÇÃO: 2008									
Amambai	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	54	36	324.000,00	89.100,00	-	-	-
Anastácio	Casa - Rural - PSH-LB.	COOPERHAF/ Mutirão	35	36	210.000,00	52.500,00	-	-	-
Angélica	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	28	36	168.000,00	46.200,00	-	-	-
	Casa Rural - MST- PARCERIA	P.A. Santa Rosa	120	71,03	-	144.000,00	-	-	-
Antônio João	Casa Rural - AGRAER- Parceria	Assentamento Antônio João	86	31,56	-	-	-	-	-
	Casa Rural - AGRAER- Parceria	Assentamento Antônio João	86	31,56	417.100,00	43.000,00	-	-	-
Aquidauana	Casa Rural - PSH-LB.	COOPERHAF/ Mutirão /P.A. AQUIDAUANA	28	36	574.480,00	43.000,00	-	-	-
	Casa Rural - PSH-EP.	COOPERHAF/ Mutirão	26		168.000,00	42.000,00	-	-	-

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	FGIS	OUTROS
Bandeirantes	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Roda Viva/M.O.	103	31,56	526.742,00	51.500,00	-	-	-
	-	Assentamento Nova Esperança/M.O.-M.A.T.	42	23,63	128.856,00	148.640,52	-	-	-
	-	Assentamento Vida Nova/M.O.	115	31,56	557.290,00	57.500,00	-	-	-
Bela Vista	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Angiquinho / M.O.-MAT.	14	23,63	56.532,00	35.966,84	-	-	-
Bonito	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Girassol/M.O.	16	23,63	60.528,00	13.216,00	-	-	-
	-	Assentamento Pé de Cedro/M.O.	12	23,63	23.724,00	9.912,00	-	-	-
Caarapó	Casa Rural - PSH-FP.	COOPERHAF/ Mutirão	18	-	108.000,00	27.000	-	-	-
	Casa Rural - PSH-LB.	COOPERHAF/ Mutirão	11	36	66.000,00	16.500,00	-	-	-
Campo Grande	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Só Alegria/M.O.-MAT.	16	23,63	32.224,00	73.488,96	-	-	-
	-	Assentamento Sucuri/M.O.-MAT.	100	23,63	405.600,00	255.106,00	-	-	-
Chapadão do Sul	Casa Rural - FETAGRI-Parceria	Projeto de Assentamento Mateira	57	38,92	-	68.400,00	-	-	-
Coronel Sapucaia	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	11	36	66.000,00	18.150,00	-	-	-
Deodápolis	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	33	36	198.000,00	54.450,00	-	-	-
Dourados	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	63	36	378.000,00	103.950,00	-	-	-
	Casa Rural - PSH-LB.	COOPERHAF/ Mutirão	61	36	366.000,00	91.500,00	-	-	-
Eldorado	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	9	36	54.000,00	14.850,00	-	-	-
Glória de Dourados	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	28	36	168.000,00	46.200,00	-	-	-
Itaquiraí	Casa Rural - PSH-FP.	COOPERHAF/ Mutirão	21	-	126.000,00	31.500,00	-	-	-
	Casa Rural - PSH-LB.	COOPERHAF/ Mutirão	19	36	114.000,00	28.500,00	-	-	-
Japorã	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	39	36	234.000,00	64.350,00	-	-	-
Jaraguari	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	14	36	84.000,00	23.100,00	-	-	-
	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Caio Martins/M.O.-MAT.	36	23,63	121.212,00	116.642,16	-	-	-

Continua...



...Continuação

MUNICIPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	FGIS	OUTROS
Jardim	Casa Rural - AGRAER-Parceria	Assentamento Quero Quero/M.O.-MAT.	18	23,63	55.548,00	63.379,08	-	-	-
Juti	Casa Rural - PSH-F.P.	COOPERHAF/Mutirão	4	36	24.000,00	6.000,00	-	-	-
	-	-	7	-	42.000,00	10.500,00	-	-	-
	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	6	36	36.000,00	9.000,00	-	-	-
	-	-	11	-	66.000,00	16.500,00	-	-	-
Laguna Caarapã	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	52	36	312.000,00	78.000,00	-	-	-
Miranda	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	8	36	48.000,00	12.000,00	-	-	-
Nioaque	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	31	36	186.000,00	46.500,00	-	-	-
Nova Alvorada do Sul	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/Mutirão	48	36	288.000,00	79.200,00	-	-	-
	Casa Rural - MST-Parceria	P.A. Mutum	176	71,03	-	211.200,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT-Parceria	P.A. São João	180	36	-	216.000,00	-	-	-
Nova Andradina	Casa Rural - MST-Parceria	P.A. Tejjim	500	36	-	600.000,00	-	-	-
Novo Horizonte do Sul	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/Mutirão	60	36	360.000,00	99.000,00	-	-	-
Paranhos	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/Mutirão	44	36	264.000,00	72.600,00	-	-	-
Ponta Porã	Casa Rural - FAF-Parceria	P.A. Itamarati II	14	49,27	-	16.800,00	-	-	-
Ribas do Rio Pardo	Casa Rural - CUT-Parceria	P.A. Avaré	146	71,03	-	175.200,00	-	-	-
	Casa Rural - FETAGRI Parceria	-	48	38,92	-	57.600,00	-	-	-
Rio Verde de MT	Casa Rural - PSH-F.P.	COOPERHAF/Mutirão	50	-	300.000,00	75.000,00	-	-	-
	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	47	36	282.000,00	70.500,00	-	-	-
Rochedo	Casa Rural - AGRAER Parceria	Assentamento Canaã - M.O.	20	23,63	80.000,00	10.000,00	-	-	-
Santa Rita do Pardo	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/Mutirão	61	36	366.000,00	91.500,00	-	-	-
Sete Quedas	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/Mutirão	26	36	156.000,00	42.900,00	-	-	-
Sidrolândia (continua...)	Casa Rural - MST-Parceria	P.A. Eldorado	359	71,03	-	430.800,00	-	-	-

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNI-CIPAL	FGIS	OUTROS
Sidrolândia (continuação)	Casa Rural - MST-Parceria	P.A. Barra Nova	187	71,03	-	224.400,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT Parceria	P.A. Alambari	229	71,03	-	274.800,00	-	-	-
	Casa Rural - FE-TAGRI Parceria	P.A. Eldorado II	201	38,92	-	241.200	-	-	-
	Casa Rural - FETAGRI Parceria	P.A. Alambari	19	38,92	-	22.800,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF- Parceria	P.A. Alambari	150	54,97	-	180.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF- Parceria	P.A. Aldemir Tortelli	7	54,97	-	8.400,00	-	-	-
	Casa Rural - APAGE Parceria	P.A. Eldorado/ Mutirão	52	50,08	-	26.000,00	-	-	-
Sonora	Casa Rural - PSH-L.B.	COOPERHAF/ Mutirão	62	36	372.000,00	93.000,00	-	-	-
Tacuru	Casa Rural - PSH-BIC	COOPERHAF/ Mutirão	43	36	258.000,00	70.950,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF- Parceria	P.A. Água Viva	178	49,27	-	213.600,00	-	-	-
Terenos	Casa Rural - MST Parceria	P.A. Santa Mônica	166	71,03	-	199.200,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT - Parceria	-	88	71,03	-	105.600,00	-	-	-
	Casa Rural - FE-TAGRI Parceria	-	175	38,92	-	210.000,00	-	-	-
Total 2008			4.774	-	9.231.836,00	6.170.352,00	-	-	-
LANÇAMENTOS DE OBRAS – OUTUBRO 2009									
Aneurilândia	Casa Rural - FETAGRI INCRA Parceria	P. A. Barreiro/ Kit Material	45	-	675.000,00	54.000,00	-	-	-
	-	P. A. Esperança/ Kit Material	107	-	1.605.000,00	128.400,00	-	-	-
	Casa Rural - MST-INCRA Parceria	P.A. BARREIRO/ Kit Material	45	-	675.000,00	54.000,00	-	-	-
Aquidauana	Casa Rural - FETAGRI INCRA Parceria	P.A. INDAIÁ III/ Kit Material	65	-	168.000,00	78.000,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT-INCRA Parceria	P.A. Indaiá I/ Kit Material	65	-	168.000,00	78.000,00	-	-	-
	Casa Rural - MST-INCRA Parceria	P. A. Indaiá IV/ Kit Material	65	-	168.000,00	78.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF-INCRA Parceria	P. A. Indaiá Iii/ Kit Material	65	-	168.000,00	78.000,00	-	-	-

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNI-CIPAL	FGIS	OUTROS
Campo Grande	Casa Rural - FETAGRI/ INCRA Parceria	P. A. Estrela Campo Grande	42	-	420.000,00	50.400,00	-	-	-
Corguinho	Casa Rural-MST-INCRA-Parceria	P. A. Corguinho	130	-	1.300.000,00	156.000,00	-	-	-
	-	P. A. Rancho Alegre	25	-	250.000,00	30.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF-INCRA Parceria	P. A. Torre de Pedra	39	-	390.000,00	46.800,00	-	-	-
Dois Irmãos do Buriti	Casa Rural - MST-INCRA Parceria	P. A. Piúva V	109	-	1.090.000,00	130.800,00	-	-	-
Glória de Dourados	Casa Rural - FETAGRI/ INCRA Parceria	P.A. Aimoré	45	-	450.000,00	54.000,00	-	-	-
Itaquiraí	Casa Rural-FETAGRI-INCRA-Parceria	P. A. Itaquiraí	258	-	2.580.000,00	309.600,00	-	-	-
	-	P.A. Caburey	80	-	1.630.000,00	96.000,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT-INCRA-Parceria	P.A. Foz do Rio Amambai	127	-	1.270.000,00	152.400,00	-	-	-
	Casa Rural - MST-INCRA Parceria	P.A. Santo Antonio	610	-	6.100.000,00	732.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF-INCRA Parceria	P.A. Caburey	83	-	1.245.000,00	99.600,00	-	-	-
Japorã	Casa Rural - FETAGRI - INCRA Parceria	P.A. Jacob Carlos Franciozi	122	-	2.400.000,00	146.400,00	-	-	-
	Casa Rural - MST-INCRA Parceria	-	141	-	2.115.000,00	169.200,00	-	-	-
Jaraguari	Casa Rural - FETAGRI - INCRA Parceria	P.A. Estrela Jaraguari	176	-	1.760.000,00	211.200,00	-	-	-
Nioaque	Casa Rural - FAF-INCRA Parceria	P.A. Areias	63	-	630.000,00	75.600,00	-	-	-
Nova Alvorada do Sul (continua...)	Casa Rural-CUT-INCRA Parceria	P.A. Volta Redonda	125	-	1.200.000,00	150.000,00	-	-	-

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	PROJETO	COMUNIDADES	Nº UNIDADES	ÁREA UNIDADES (m²)	INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$)				
					FEDERAL	ESTADUAL	MUNI-CIPAL	FGIS	OUTROS
Nova Alvorada do Sul (continuação)	Casa Rural - MST-INCRA-Parceria	P.A. Santa Luzia	70	-	700.000,00	84.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FAF-INCRA-Parceria	P.A. Sucesso	80	-	900.000,00	96.000,00	-	-	-
	-	P.A. Volta Redonda	25	-	300.000,00	30.000,00	-	-	-
Nova Andradina	Casa Rural - FETAGRI INCRA-Parceria	P.A. Tejjim	568	-	5.680.000,00	681.600,00	-	-	-
Paranhos	Casa Rural - CUT-INCRA-Parceria	P.A. Cabeceira Rio Iguatemi	19	-	860.000,00	22.800,00	-	-	-
Ponta Porã	Casa Rural - FAF-INCRA-Parceria	P.A. Aba da Serra	55	-	530.000,00	66.000,00	-	-	-
Santa Rita do Pardo	Casa Rural - FETAGRI INCRA-Parceria	P.A. Mutum	250	-	1.250.000,00	300.000,00	-	-	-
Selvíria	Casa Rural - FETAGRI INCRA-Parceria	P.A. Canoas	240	-	3.300.000,00	288.000,00	-	-	-
	-	P.A. São Joaquim	180	-	2.400.000,00	216.000,00	-	-	-
Sidrolândia	Casa Rural - João Batista INCRA-Parceria	P.A. João Batista/MAT./M.O.	208	-	1.456.000,00	208.000,00	-	-	-
	Casa Rural - FETAGRI INCRA-Parceria	P.A. Eldorado Parte	68	-	680.000,00	81.600,00	-	-	-
	Casa Rural - CUT INCRA-Parceria	P.A. Santa Lúcia	100	-	1.000.000,00	120.000,00	-	-	-
Tacuru	Casa Rural - FAF-INCRA-Parceria	P.A. Água Viva	107	-	714.000,00	128.400,00	-	-	-
Três Lagoas	Casa Rural - FETAGRI INCRA-Parceria	P.A. Arapuã	68	-	680.000,00	81.600,00	-	-	-
Total 2009			4.670	-	48.907.000,00	5.562.400,00	-	-	-
Total Geral			13.945	-	77.475.836,00	12.918.237,00	-	-	-

Fonte: SEHAC/MS

Obs.: PA - Projeto de Assentamento

# Situação habitacional nos municípios

Conforme previsto na metodologia estabelecida para a elaboração do Plano Habitacional de Mato Grosso do Sul / PHE-MS, foi realizado levantamento de informações de interesse habitacional nos diversos municípios do Estado, por meio da aplicação de um questionário respondido pelos técnicos das Prefeituras a partir de dados secundários e de informações gerais disponíveis.

A coleta de dados feita via WEB foi precedida por diversas ações preparatórias:

- Elaboração do questionário e sua adaptação ao software livre adotado;
- Reunião técnica de capacitação com representantes das Prefeituras tendo como temas: nivelamento conceitual sobre a questão habitacional; processo de elaboração

de planos habitacionais; apresentação e discussão do modelo digital do questionário;

- Envio de manual de orientação de preenchimento via WEB juntamente com uma via impressa do questionário.

Para aplicação dos questionários foram convidados para a capacitação dois técnicos de cada um dos 78 municípios, tendo comparecido representantes de 58 municípios.

O procedimento de coleta de dados teve início em 07/05/2010 e foi encerrado, para efeito deste relatório, em 30/07/2010. Responderam ao questionário 49 municípios.

A totalização dos dados mensuráveis que espelham a situação do setor habitacional no Estado compõe a tabela apresentada a seguir.

Tabela 84 - Resultado do questionário de informações municipais

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
<b>I. Legislação urbanística dos municípios</b>			
Lei orgânica	32	65,31	41,03
Lei orgânica em elaboração	1	2,04	1,28
Plano diretor	22	44,90	28,21
Plano diretor em elaboração	4	8,16	5,13
Lei de uso do solo	18	36,73	23,08
Lei de uso do solo em elaboração	3	6,12	3,85
Lei de parcelamento do solo	28	57,14	35,90
Lei de parcelamento do solo em elaboração	1	2,04	1,28
Código de obras	44	89,80	56,41
Código de obras em elaboração	0	0,00	0,00
Código de posturas	42	85,71	53,85
Código de posturas em elaboração	1	2,04	1,28
Lei do perímetro urbano	32	65,31	41,03
Lei do perímetro urbano em elaboração	2	4,08	2,56
Política municipal de habitação	13	26,53	16,67
Política municipal de habitação em elaboração	5	10,20	6,41
Plano local de habitação	1	2,04	1,28
Plano local de habitação em elaboração	20	40,82	25,64
Isenção de iptu	44	89,80	56,41
Fundo municipal de habitação de interesse social	43	87,76	55,13
Fundo municipal de habitação de interesse social	3	6,12	3,85

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Conselho gestor do fundo municipal de habitação de interesse social - fmhis	42	85,71	53,85
Conselho gestor do fundo municipal de habitação de interesse social - fmhis em elaboração	2	4,08	2,56
Fornecimento de planta gratuita pela prefeitura a famílias de baixa renda	19	38,78	24,36
Fornecimento de planta gratuita pela prefeitura a famílias de baixa renda em elaboração	2	4,08	2,56
2. Situação fundiária: Condições legais, físicas e ambientais			
2.1 Municípios com ocupações irregulares rurais (invasões)	7	14,29	8,97
Total de ocupações irregulares rurais (invasão)	22		
Total de ocupações irregulares rurais (invasão) que estão em áreas particulares	2		
Total de famílias em ocupações irregulares rurais (invasão)	352		
Total de famílias em ocupações irregulares rurais (invasão) que estão em área de Risco*	203		
Total de ocupações irregulares rurais (invasão) que estão em áreas de preservação permanente	43		
2.2 Municípios com loteamentos irregulares na área urbana sem aprovação da Prefeitura	10	20,41	12,82
Total de loteamentos na área urbana sem aprovação da prefeitura	21		
Total de lotes em loteamentos na área urbana sem aprovação da prefeitura	3.692		
Total de lotes em loteamentos na área urbana sem aprovação da prefeitura e que estão em área de risco	606		
Total de lotes em loteamentos na área urbana sem aprovação da prefeitura e que estão em áreas públicas	68		
Total de lotes em loteamentos na área urbana sem aprovação da prefeitura e que estão em áreas particulares	983		
2.3 Municípios com loteamentos irregulares em áreas urbanas sem registro no cartório	4	8,16	5,13
Total de loteamentos sem registro no cartório em área urbana	57		
Total de lotes em loteamentos sem registro no cartório em área urbana	22.350		
Total de lotes em loteamentos sem registro no cartório em área urbana que estão em área de risco	64		
Total de loteamentos sem registro no cartório em área urbana que estão em área pública	475		
Total de loteamentos sem registro no cartório em área urbana que estão em área particular	2.404		
2.4 Municípios com loteamentos clandestinos na área urbana	7	14,29	8,97
Total de loteamentos clandestinos na área urbana	15		
Total de lotes em loteamentos clandestinos na área urbana	2.383		
Total de lotes em loteamentos clandestinos na área urbana que estão em área de risco	147		
Total de loteamentos clandestinos na área urbana que estão em área pública	72		
Total de loteamentos clandestinos na área urbana que estão em área particular	2.003		
2.5 Municípios com Loteamentos rurais irregulares (sem aprovação e sem registro)	4	8,16	5,13
Total de Loteamentos rurais irregulares, sem aprovação e sem registro	10		
Total de lotes em loteamentos irregulares rurais, sem aprovação e sem registro	471		
Total de lotes em loteamentos irregulares rurais que estão em área de risco	0		

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Total de loteamentos irregulares rurais e que estão em áreas públicas	6		
Total de loteamentos irregulares rurais e que estão em áreas particulares	4		
<b>3. Assentamentos rurais, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.</b>			
<b>3.1 Municípios com assentamentos rurais</b>	<b>37</b>	<b>75,51</b>	<b>47,44</b>
Total de assentamentos rurais	135		
Total de famílias que vivem em assentamentos rurais	16.566		
Total de Famílias com área titulada	3.496		
Total de Famílias servidas com água tratada	3.637		
Total de Famílias servidas de energia elétrica	12.546		
Total de Famílias com tratamento primário de esgoto	2.949		
<b>3.2 Municípios com comunidades quilombolas registradas</b>	<b>4</b>	<b>8,16</b>	<b>5,13</b>
Total de comunidades quilombolas	8		
Total de comunidades quilombola com certificação	5		
Total de comunidades quilombola em processo de certificação	0		
Total de Famílias que vivem em comunidades quilombola	247		
Total de Famílias que vivem nas comunidades quilombola e que estão em áreas de riscos	0		
Total de Famílias que vivem em habitações precárias	0		
Total de Famílias servidas com água tratada	26		
Total de Famílias servidas com energia elétrica	95		
Total de Famílias com tratamento primário de esgoto	11		
<b>3.3 Municípios com aldeias e reservas indígenas</b>	<b>11</b>	<b>22,45</b>	<b>14,10</b>
Aldeias e reservas	27		
Aldeias e reservas indígenas com delimitação/reconhecimento documentados	14		
Aldeias ou reservas indígenas em processo de reconhecimento de território	6		
Total de famílias que vivem nas aldeias ou reservas indígenas	13.314		
Total de famílias que estão em áreas de riscos	1.600		
Total de famílias que necessitam de novas habitações	5.860		
Total de famílias servidas com água tratada	4.882		
Total de famílias servidas de energia elétrica	9.891		
Total de famílias com tratamento primário de esgoto	858		
<b>4. Empreendimentos habitacionais do Executivo Municipal: situação legal</b>			
Municípios com empreendimentos habitacionais municipais irregulares	8	16,33	10,26
Total de empreendimentos habitacionais municipais irregulares	35		
Empreendimentos implantados no período 2005 - 2009	12		
Total de habitação ou lotes	9.126		
Empreendimentos que possuem licença ambiental	6		
Empreendimentos com aprovação na prefeitura	9		
Empreendimentos que possuem registro em cartório	0		
<b>5. Recursos aplicados pelo município em habitação de interesse social</b>			
<b>5.1 Fundo municipal de combate à pobreza</b>			
Municípios que aplicaram recursos em 2005	0	0	0

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	0		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	0	0	0
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	0		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	1	2,04	1,28
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 25.274		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	0	0	0
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	0		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	1	2,04	1,28
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 600		
5.2 Fundo municipal de investimento social			
Municípios que aplicaram recursos em 2005	17	34,69	21,79
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 7.140		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	19	38,78	24,36
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 6.521		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	18	36,73	23,08
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 3.381		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	20	40,82	25,64
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 7.299		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	21	42,86	26,92
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 7.232		
5.3 - Fundo municipal de habitação			
Municípios que aplicaram recursos em 2005	3	6,12	3,85
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 2.355		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	4	8,16	5,13
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 1.945		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	7	14,29	8,97
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 2.080		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	11	22,45	14,10
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 13.928		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	14	28,57	17,95
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 88.969		
5.4 Transferência voluntária da União			
Municípios que aplicaram recursos em 2005	13	26,53	16,67
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 55.853		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	13	26,53	16,67
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 15.333.309		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	13	26,53	16,67
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 106.811		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	18	36,73	23,08
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 95.389		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	18	36,73	23,08

Continua...



...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 83.634		
<b>5.5 Transferência voluntária do Estado</b>			
Municípios que aplicaram recursos em 2005	9	18,37	11,54
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 33.279		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	8	16,33	10,26
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 26.997		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	10	20,41	12,82
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 50.918		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	14	28,57	17,95
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 67.195		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	16	32,65	20,51
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 67.569		
<b>5.6 Receita do município</b>			
Receita dos municípios - em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 12		
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 12		
Receita dos municípios - em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 14		
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 14		
Receitas dos municípios - em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 1.373.762		
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 16		
Receitas dos municípios - em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 313		
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 313		
Receitas dos municípios - em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 467		
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 571		
<b>5.7 Outras fontes</b>			
Valor aplicado em 2005 (R\$ mil)	R\$ (mil) 52		
Municípios que aplicaram recursos em 2005	1	2,04	1,28
Origens: IPTU			
Valor aplicado em 2006 (R\$ mil)	R\$ (mil) 6		
Municípios que aplicaram recursos em 2006	1	2,04	1,28
Origens: IPTU			
Municípios que aplicaram recursos em 2006	1	2,04	1,28
Origens: IPTU			
Valor aplicado em 2007 (R\$ mil)	R\$ (mil) 66		
Municípios que aplicaram recursos em 2007	1	2,04	1,28
Origens: IPTU			
Valor aplicado em 2008 (R\$ mil)	R\$ (mil) 1.411		
Municípios que aplicaram recursos em 2008	2	4,08	2,56
Origens: IPTU e Fundo a Fundo/Estado /União			
Valor aplicado em 2009 (R\$ mil)	R\$ (mil) 2.189		
Municípios que aplicaram recursos em 2009	3	6,12	3,85

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Origens: IPTU, Fundo a Fundo/Estado/União e de Urbanização das Áreas Faveladas - FUNAF			
6 - Empreendimentos habitacionais de interesse social do setor privados implantado entre 2005 e 2009			
Municípios com empreendimentos habitacionais de interesse social do setor privado	3	6,12	3,85
Total de empreendimentos habitacionais de interesse social do setor privado	3		
Número de casas isoladas	17		
Número de unidades em conjuntos habitacionais	77		
Número de lotes em loteamentos sociais	77		
Valor do investimento do empreendimento (r\$ mil)	R\$ (mil) 935		
Empreendimento para beneficiários com renda até 5 SM	2		
7 - Estoque de terras da prefeitura			
7.1 - Municípios com estoque de terras da prefeitura disponíveis para habitação de interesse social	11	22,45	14,10
Número de glebas patrimoniais	23		
Número de glebas desapropriadas	7		
Número de glebas doadas	5		
Número de glebas em ZEIS	4		
Área (m2) total das glebas patrimoniais	468162,19 m2		
Área (m2) total das glebas desapropriadas	0		
Área (m2) total das glebas doadas	239900,00 m2		
Área (m2) total das glebas em ZEIS	12035,00 m2		
7.2 - Municípios com glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno)	11	22,45	14,10
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Energia]	25		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Água]	25		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Esgoto]	7		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Pavimentação]	6		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Transporte Coletivo]	3		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [Coleta de Lixo]	17		
8 - Terras desocupadas da União e do Estado			
8.1 - Áreas desocupadas da União e do Estado no município			
Número de glebas patrimoniais da União	11		
Número de glebas patrimoniais da União em ZEIS	0		
Municípios com glebas patrimoniais da União	4	8,16	5,13
Área total (m2) das glebas patrimoniais da União	196.490,84 m2		

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Municípios com glebas patrimoniais do Estado	1	2,04	1,28
Número de glebas patrimoniais do Estado	1		
Número de glebas patrimoniais do Estado em ZEIS	0		
Área total (m2) das glebas patrimoniais do Estado	14.441,18 m2		
8.2 – Municípios com glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno)t	6	12,24	7,69
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [energia]	12		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [água]	9		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [esgoto]	0		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [pavimentação]	0		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [transporte coletivo]	0		
Número de glebas com infraestrutura e serviços urbanos (no local ou entorno): [coleta de lixo]	13		
9 - Cadastros de pretendentes a casa própria			
9.1 - Prefeituras que possuem cadastro de pretendentes à casa própria	37	75,51	47,44
Cadastros informatizados	16		
Cadastramento geral	30		
Cadastramento por programa	4		
9.2 - Número de inscrições			
Municípios com inscrições em 2005	8	16,33	10,26
Total de inscrições em 2005	8.905		
Municípios com inscrições em 2006	10	20,41	12,82
Total de inscrições em 2006	22.027		
Municípios com inscrições em 2007	16	32,65	20,51
Total de inscrições em 2007	32.349		
Municípios com inscrições em 2008	18	36,73	23,08
Total de inscrições em 2008	33.769		
Municípios com inscrições em 2009	31	63,27	39,74
Total de inscrições em 2009	25.521		
9.3 - Número de inscritos por faixa de renda			
Total de inscritos com renda de até 1 SM	57.548		
Total de inscritos com renda de 1 a 3 SM	35.084		
Total de inscritos com renda de 3 a 5 SM	2.823		
Total de inscritos com renda de 5 a 10 SM	451		
Total de inscritos de mais de 10 SM	16		
9.4 - Número de inscrições por tamanho de família			
Total de inscritos com família de até 2 pessoas	8.927		

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
Total de inscritos com família de 3 a 5 pessoas	24.980		
Total de inscritos com família de 6 a 8 pessoas	3.270		
Total de inscritos com família de mais de 9 pessoas	765		
9.5 - Número de inscrições conforme condição da moradia			
Total de inscritos que pagam aluguel	15.757		
Total de inscritos que coabitam	4.695		
Total de inscritos em imóvel cedido	6.717		
9.6 - Número de inscrições por espécie de moradia			
Total de inscritos que moram em barraco	3.142		
Total de inscritos que moram em casa de alvenaria	17.653		
Total de inscritos que moram em casa sem banheiro	1.380		
10 - Assentamentos precários			
Municípios com assentamentos precários	9	18,37	11,54
Número de assentamentos precários	22		
Número de famílias em habitações precárias agrupadas	687		
Número de famílias em habitações precárias pulverizadas	948		
Número de famílias em áreas de risco*	97		
Número de famílias em área de preservação permanente	145		
Área pública municipal	4		
Área pública privada	51		
Número de habitações precárias atendidas por rede de água	1.147		
Número de habitações precárias atendidas por rede de energia	1.245		
Número de habitações precárias atendidas por rede de esgoto	74		
Número de habitações precárias atendidas por acesso pavimentado	172		
Número de habitações precárias atendidas por transporte coletivo	40		
Número de habitações precárias atendidas por coleta de lixo	1.357		
11 - Informações do cadastro imobiliário			
Municípios com cadastro imobiliário	31	63,27	39,74
Número total de lotes cadastrados	281.810		
Número total de lotes cadastrados sem infraestrutura	13.935		
Número total de lotes cadastrados com infraestrutura parcial	38.304		
Número total de lotes edificados cadastrados	367.927		
Número total de lotes edificados cadastrados sem infraestrutura	6.121		
Número total de lotes edificados cadastrados com infraestrutura parcial	24.108		
Número total de imóveis residenciais cadastrados	227.825		
Número total de imóveis residenciais cadastrados na categoria A	83.893		
Número total de imóveis residenciais cadastrados na categoria B	114.178		
Número total de imóveis residenciais cadastrados na categoria C	71.533		
Número total de imóveis residenciais cadastrados na categoria D	13.162		
Número total de imóveis residenciais cadastrados na categoria E	9.448		
12 - Setor habitacional da administração municipal			

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	RESPOSTAS (*)		
	SDF	MRQ (%)	MMS (%)
12.1 – Estrutura institucional			
Prefeituras que possuem órgão específico responsável pelo setor habitacional	6	12,24	7,69
Número de funcionários do órgão municipal responsável pelo Setor Habitacional	117		
Número de funcionários de nível superior	29		
12.2 - Necessidade de reestruturação do órgão			
Prefeituras com necessidade de reestruturação do setor habitacional	33	67,35	42,31
Prefeituras com necessidade de adequação das instalações físicas e equipamentos	30	61,22	38,46
13 - Atores sociais da área de habitação e afins			
Município possui conselho da cidade ou similar	13	26,53	16,67
Município possui conselho municipal de habitação	21	42,86	26,92
Município possui conselho gestor do FMHIS	35	71,43	44,87
Município possui conselho municipal de assistência social	46	93,88	58,97
Município possui conselho municipal de meio ambiente	28	57,14	35,90
Município possui entidade representativa de movimentos sociais de luta por Moradia, ex. MNLM	3	6,12	3,85
Número de assoc. De moradores regularizadas que participam de conselhos De políticas públicas	168		
14 - Atores privados da área de habitação e afins			
Municípios com lojas de materiais de construção	44	89,80	56,41
Número de lojas de materiais de construção	752		
Municípios com imobiliárias	27	55,10	34,62
Número de imobiliárias	400		
Municípios com construtoras com sede no município	30	61,22	38,46
Número de construtoras com sede no município	974		
Municípios com escritórios de construtoras com sede em outro município	17	34,69	21,79
Número de escritórios de construtoras com sede em outro município	48		
Municípios com escritórios de arquitetura e/ou engenharia	30	61,22	38,46
Número de escritórios de arquitetura e/ou engenharia	500		
15 - Instalação de empreendimentos econômicos no município nos últimos 5 anos			
Municípios com empreendimentos de médio porte	21	42,86	26,92
Número de empreendimentos de médio porte	179		
Número de empregos diretos gerados nos empreendimentos de médio porte	3.006		
Municípios com empreendimentos de grande porte	11	22,45	14,10
Número de empreendimentos de grande porte	40		
Número de empregos diretos gerados nos empreendimentos de grande porte	29.378		

(\*) SDF-Somatório dos dados fornecidos / MRQ-Percentual em relação ao total de municípios que responderam ao questionário / MMS-Percentual em relação ao total de municípios de MS

Fonte: Questionário de informações municipais.

# Necessidades habitacionais

Para identificar as necessidades habitacionais da população do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de subsidiar a elaboração da análise quantitativa e qualitativa do setor habitacional no Estado, são apresentados nesse item dados e informações de diversas fontes, de metodologias de pesquisa e periodicidade nem sempre coincidentes.

O conceito de necessidades habitacionais, proposto pela Fundação João Pinheiro – FJP – e adotado pelo Ministério das Cidades como referência para os programas públicos voltados para a habitação de interesse social, “inclui o déficit – necessidade de reposição total de unidades habitacionais precárias e o atendimento à demanda reprimida –, a demanda demográfica – necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico –, e por fim, a inadequação – compreendendo a necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência.”

Todos os estudos realizados por solicitação do MCidades sobre o problema da habitação no Brasil utiliza-

ram como base de dados as pesquisas do IBGE.

O principal deles é o estudo déficit habitacional realizado pela Fundação João Pinheiro, cuja conceituação e resultado constituem o subitem 11.2 desse documento.

Das pesquisas do IBGE foram extraídos alguns dados específicos, que podem referenciar a análise do setor no que se refere à especificidade da situação habitacional – subitem 11.1. Da mesma forma, são apresentados no subitem 11.3 dados levantados pela SEHAC nos municípios que demonstram as condições das habitacionais precárias no Estado.

Outra fonte importante a ser utilizada na análise é o levantamento realizado junto às prefeituras municipais do Estado sobre aspectos locais do setor habitacional, levantamento obtido por meio da aplicação de questionário preenchido pelos seus técnicos. A abrangência, os critérios adotados e os resultados da aplicação do questionário estão detalhados no item 10 – Situação Habitacional nos Municípios.

## Dados do IBGE referentes aos principais aspectos que caracterizam o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais.

Tabela 85 - Domicílios recenseados por espécie - 2007

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DOMICÍLIOS RECENSEADOS (UNIDADES)						TOTAL
	PARTICULARES	PARTICULARES OCUPADOS	PARTICULARES NÃO OCUPADOS	COLETIVOS	COLETIVOS COM MORADORES	COLETIVOS SEM MORADORES	
Brasil	36.394.758	30.247.291	6.147.467	62.103	30.070	32.033	36.456.861
Centro-Oeste	2.931.090	2.511.412	419.678	7.081	4.261	2.820	2.938.171
Mato Grosso do sul	782.494	675.708	106.786	1.453	748	705	783.947

Fonte: IBGE Contagem da população 2007 - Tabela 797

Tabela 86 - Domicílios recenseados, por espécie, segundo os municípios - Mato Grosso do Sul – 2007

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE				
	TOTAL	PARTICULARES			COLETIVOS
		TOTAL	OCUPADO(1)	NÃO OCUP.	
Água Clara	4 736	4 722	3 826	896	14
Alcinópolis	1 812	1 805	1 381	424	7
Amambai	11 017	10 984	9 683	1 301	33
Anastácio	7 556	7 546	6 625	921	10
Anaurilândia	3 233	3 227	2 549	678	6
Angélica	2 818	2 810	2 303	507	8
Antônio João	2 782	2 775	2 417	358	7
Aparecida do Taboado	7 387	7 374	6 468	906	13
Aquidauana	15 913	15 877	13 105	2 772	36
Aral Moreira	2 509	2 505	2 327	178	4
Bandeirantes	2 373	2 371	1 900	471	2
Bataguassu	6 407	6 393	5 641	752	14

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE				
	TOTAL	PARTICULARES			COLETIVOS
		TOTAL	OCUPADO(1)	NÃO OCUP.	
Batayporã	3 518	3 511	3 167	344	7
Bela Vista	7 320	7 298	6 394	904	22
Bodoquena	3 054	3 049	2 410	639	5
Bonito	6 111	6 059	5 119	940	52
Brasilândia	4 575	4 561	3 828	733	14
Caarapó	7 392	7 389	6 621	768	3
Camapuã	5 527	5 519	4 333	1 186	8
Campo Grande	255 846	255 623	224 374	31 249	223
Caracol	1 605	1 601	1 399	202	4
Cassilândia	8 300	8 283	7 033	1 250	17
Chapadão do Sul	5 844	5 804	4 965	839	40
Corguinho	2 016	2 003	1 349	654	13
Coronel Sapucaia	3 798	3 790	3 585	205	8
Corumbá	27 636	27 553	24 781	2 772	83
Costa Rica	6 896	6 859	5 779	1 080	37
Coxim	11 869	11 830	9 838	1 992	39
Deodápolis	4 137	4 132	3 490	642	5
Dois Irmãos do Buriti	3 400	3 394	2 682	712	6
Douradina	1 653	1 653	1 456	197	-
Dourados	62 208	62 151	54 472	7 679	57
Eldorado	4 036	4 030	3 646	384	6
Fátima do Sul	6 908	6 895	6 074	821	13
Figueirão	1 284	1 284	1 039	245	-
Glória de Dourados	3 568	3 562	3 108	454	6
Guia Lopes da Laguna	704	33 702	3 192	510	2
Iguatemi	5 239	5 224	4 383	841	15
Inocência	3 238	3 228	2 414	814	10
Itaporã	6 000	5 996	5 383	613	4
Itaquiraí	5 568	5 559	5 057	502	9
Ivinhema	7 431	7 416	6 494	922	15
Japorã	2 073	2 071	1 894	177	2
Jaraguari	2 573	2 568	1 851	717	5
Jardim	7 751	7 731	6 912	819	20
Jateí	1 475	1 471	1 169	302	4
Juti	2 007	2 005	1 638	367	2
Ladário	5 200	5 192	4 586	606	8
Laguna Carapã	2 043	2 043	1 669	374	-
Maracaju	9 783	9 771	8 757	1 014	12
Miranda	7 113	7 081	6 388	693	32
Mundo Novo	5 443	5 426	4 887	539	17
Naviraí	14 566	14 543	13 156	1 387	23
Nioaque	4 969	4 949	4 395	554	20

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS RECENSEADOS POR ESPÉCIE				
	TOTAL	PARTICULARES			COLETIVOS
		TOTAL	OCUPADO(1)	NÃO OCUP.	
Nova Alvorada do Sul	4 181	4 165	3 603	562	16
Nova Andradina	15 173	15 147	13 351	1 796	26
Novo Horizonte do Sul	1 841	1 838	1 535	303	3
Paranaíba	14 928	14 912	12 655	2 257	16
Paranhos	3 039	3 038	2 694	344	1
Pedro Gomes	3 215	3 203	2 542	661	12
Ponta Porã	22 398	22 350	20 286	2 064	48
Porto Murtinho	4 194	4 161	3 812	349	33
Ribas do Rio Pardo	7 298	7 265	5 644	1 621	33
Rio Brillhante	8 296	8 285	7 675	610	11
Rio Negro	2 071	2 067	1 588	479	4
Rio Verde de Mato Grosso	7 292	7 273	5 816	1 457	19
Rochedo	1 946	1 945	1 418	527	1
Santa Rita do Pardo	3 175	3 167	2 404	763	8
São Gabriel do Oeste	7 347	7 289	6 299	990	58
Selvíria	2 433	2 428	1 941	487	5
Sete Quedas	3 354	3 349	2 995	354	5
Sidrolândia	12 635	12 624	11 368	1 256	11
Sonora	4 463	4 417	3 603	814	46
Tacuru	2 976	2 971	2 509	462	5
Taquarussu	1 087	1 086	999	87	1
Terenos	5 398	5 389	4 493	896	9
Três Lagoas	29 877	29 818	26 017	3 801	59
Vicentina	2 110	2 109	1 792	317	1
Mato Grosso do Sul	783 947	782 494	680 431	102 063	1 453

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007. Tabela 2.1.24 (1) Inclusive os domicílios fechados com população estimada

Tabela 87 - Média de moradores em domicílios particulares permanentes por situação do domicílio - 2007

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (UNIDADES)	MÉDIA DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (PESSOAS)
Brasil	Total	30.385.892	3,55
	Urbano	22.944.183	3,47
	Rural	7.441.709	3,82
Centro-Oeste	Total	2.519.750	3,35
	Urbano	2.102.865	3,35
	Rural	416.885	3,35
Mato Grosso do Sul	Total	674.871	3,32
	Urbano	576.059	3,30
	Rural	98.812	3,42

Fonte: IBGE Contagem da população 2007 - Tabela 579



Tabela 88 - Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio e situação do domicílio – Mato Grosso do Sul / 2007

SEXO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	VARIÁVEL
Total	Total	680.431
	Urbana	578.098
	Rural	102.333
Homens	Total	425.490
	Urbana	341.246
	Rural	84.244
Mulheres	Total	250.218
	Urbana	233.569
	Rural	16.649
Ignorado - domicílios fechados	Total	4.723
	Urbana	3.283
	Rural	1.440

Fonte: IBGE PNAD 2007 – Tabela 1954

1 - A categoria sem rendimento inclui as pessoas de referência que receberam somente em benefícios.

2 - Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3 - A partir de 2007: a categoria Sem declaração não foi investigada.

5 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela contagem da população de 2007.

Tabela 89 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio – Mato Grosso do Sul – 2007

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (MIL UNIDADES)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	728	631	97
Até 1 salário mínimo	73	60	13
Mais de 1 a 2 salários mínimos	173	136	36
Mais de 2 a 3 salários mínimos	144	123	21
Mais de 3 a 5 salários mínimos	145	128	18
Mais de 5 a 10 salários mínimos	110	102	7
Mais de 10 a 20 salários mínimos	50	49	1
Mais de 20 salários mínimos	26	25	1
Sem rendimento	8	8	-
Sem declaração	-	-	-

Fonte: IBGE PNAD 2007 – Tabela 1954

1 - A categoria sem rendimento inclui as pessoas de referência que receberam somente em benefícios.

2 - Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3 - A partir de 2007: a categoria sem declaração não foi investigada.

5 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela contagem da população de 2007.

## Déficit habitacional

O mais recente referencial para estimativa do déficit habitacional é o trabalho realizado pela Fundação João Pinheiro - FJP, publicado sob o título Déficit Habitacional no Brasil 2007. Esse é o sexto volume da série de estudos sobre o déficit habitacional desenvolvido pela FJP em parceria com o PNUD.

O estudo da FJP para 2007 utilizou como base de dados a Pnad 2007 que tem periodicidade anual e representatividade para o Brasil, as unidades da Federação e algumas regiões metropolitanas. Seu desenho amostral e algumas especificidades na sua concepção básica não permitem calcular indicadores para municípios, para os quais a metodologia desenvolvida pela FJP exige um nível de detalhamento de informações só disponível nos censos demográficos, feitos a cada dez anos. A metodologia adotada pela FJP distinguiu o déficit habitacional da inadequação de moradias. O primeiro conceito corresponde à necessidade de construção de novas moradias, tanto em função da reposição como do incremento do estoque e o segundo reflete problemas na qualidade de vida dos moradores, não relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às especificidades internas do estoque existente. Visa, portanto, à melhoria dos domicí-

lios existentes.

Para o cálculo do déficit habitacional e da inadequação de moradias são utilizados pela FJP os seguintes indicadores:

- Para o déficit por reposição do estoque:
  - a) domicílios rústicos, acrescidos;
  - b) depreciação dos domicílios existentes.
- Para o déficit por incremento de estoque:
  - a) contempla os domicílios improvisados (locais destinados a fins não residenciais);
  - b) coabitação familiar;
  - c) famílias residentes em cômodos – cedidos ou alugados;
  - d) ônus excessivo com aluguel.
- Para a inadequação habitacional:
  - a) domicílios com carência de infraestrutura;
  - b) com adensamento excessivo de moradores;
  - c) com problemas de natureza fundiária;
  - d) com alto grau de depreciação;
  - e) sem unidade sanitária domiciliar exclusiva.

Com a perspectiva da realização do Censo Demográfico de 2010 esses estudos poderão ser atualizados para o Estado e municípios, uma vez que, o último cálculo da FJP para os municípios brasileiros foi realizado em 2005 com base no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 90 - Déficit habitacional e percentual em relação aos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo região Centro-Oeste, Estado de MS, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL		
	TOTAL	URBANO	RURAL
Mato Grosso do Sul	76.027	63.762	12.265
Centro-Oeste	436.995	390.447	46.765
Brasil	6.272.645	5.179.763	1.113.495
ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	TOTAL	URBANO	RURAL
Mato Grosso do Sul	10,5	10,1	12,7
Centro-Oeste	10,5	10,8	8,3
Brasil	11,1	10,8	12,9

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007.

Nota: no cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Tabela 91 - Distribuição percentual do déficit habitacional urbano (1) por faixa de renda média familiar mensal, segundo região Centro-Oeste, Estado de MS, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	FAIXAS DE RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL ( EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	ATÉ 3	MAIS DE 3 A 5	MAIS DE 5 A 10	MAIS 10	TOTAL (2)
Centro-Oeste	88,4	7,0	2,7	1,9	100,0
Mato Grosso do Sul	88,4	8,0	2,3	1,3	100,0
Brasil	88,4	6,5	3,1	1,0	100,0

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

Nota: no cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

(1) Inclusive rural de extensão urbana

(2) Exclusive sem declaração de renda.

Tabela 92 - Déficit habitacional urbano (1) na parcela da população com renda mais baixa (2) segundo região Centro-Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	RENDA MÉDIA FAMILIAR MENSAL DA PARCELA MAIS POBRE			DÉFICIT HABITACIONAL URBANO DA PARCELA MAIS POBRE.		
	EM R\$	EM S.M	DOMICÍLIOS URBANOS (%)	ABSOLUTO	DÉFICIT HABITACIONAL URBANO (%)	DOMICÍLIOS MAIS POBRES (%)
Centro-Oeste	-	-	-	148.398	38,0	33,5
Mato Grosso do Sul	380	1,0	11,4	21.608	33,9	30,1
Brasil	-	-	-	1.911.344	36,8	36,2

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

Notas: a) no cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio; b) s.m: salário mínimo.

(1) Inclusive rural de extensão urbana. (2) Foi feita a distribuição de renda em decimais e o mais baixo deles compõe a parcela mais pobre da população em cada unidade da Federação. Os domicílios nessa faixa de renda representam, portanto 10% (ou pouco acima).

Tabela 93 - Características do déficit habitacional nos aglomerados subnormais, segundo região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS	DÉFICIT HABITACIONAL		
		NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS	DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS (%)	PARTICIP. NO TOTAL DO DÉFICIT HABITACIONAL URBANO (%) (1)
Centro-Oeste	27.245	2.249	8,3	0,6
Mato Grosso do Sul	4.091	314	7,7	0,5
Brasil	2.000.972	269.997	13,5	5,2

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

Nota: no cálculo do déficit habitacional, o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

(1) Inclusive rural de extensão urbana.

Tabela 94- Participação dos componentes no déficit habitacional, por situação de domicílio, segundo região Centro-Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	URBANA					RURAL			
	HABITAÇÃO PRECÁRIA	COABITAÇÃO FAMILIAR	ALTO ÔNUS C/ALUGUEL	ALTO ADENSAMENTO	TOTAL	HABITAÇÃO PRECÁRIA	COABITAÇÃO FAMILIAR	ALTO ADENSAMENTO	TOTAL
Centro-Oeste	10,0	40,8	43,3	5,9	100,0	70,8	29,2	-	100,0
Mato Grosso do Sul	8,2	47,4	37,0	7,4	100,0	56,4	43,6	-	100,0
Brasil	13,0	41,7	38,9	6,4	100,0	70,1	28,5	1,4	100,0

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

Nota: no cálculo do déficit habitacional, o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Tabela 95 - Total de famílias conviventes e percentual das consideradas déficit habitacional, por situação do domicílio, segundo região Centro-Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	FAMÍLIAS CONVIVENTES				PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CONVIVENTES CONSIDERADAS DÉFICIT			
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL	
			TOTAL	RURAL DE EXTENSÃO URBANA			TOTAL	RURAL DE EXTENSÃO URBANA
Centro-Oeste	235.692	211.948	23.744	435	59,8	60,4	54,8	49,9
Mato Grosso do Sul	48.745	41.514	7.231	-	63,2	61,4	73,9	-
Brasil	3.633.86	3.113.708	520.158	16.659	62,5	63,3	57,5	76,2

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

## Precariedade habitacional

Indicadores identificados pela FJP sobre a situação da precariedade habitacional no Estado e dados levantados pela SEHAC nas cidades que acusaram

presença de favelas em seu território em 2009, com o intuito de referenciar os dados do Questionário de Informações Municipais, resultado detalhado no item 10 – SITUAÇÃO HABITACIONAL NOS MUNICÍPIOS.

Tabela 96 - Habitação precária e coabitação familiar, por situação de domicílio, segundo região Centro-Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	HABITAÇÃO PRECÁRIA			COABITAÇÃO FAMILIAR		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Centro-Oeste	72.049	39.103	32.946	172.927	159.325	13.602
Mato Grosso do Sul	12.169	5.250	6.919	35.540	30.194	5.346
Brasil	1.442.146	675.823	766.323	2.463.988	2.152.854	311.134

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007.

Tabela 97 - Evolução da habitação precária e percentual em relação aos domicílios particulares permanentes, segundo região Centro-Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – 2007

ESPECIFICAÇÃO	HABITAÇÃO PRECÁRIA				PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			
	2000	2005	2006	2007	2000	2005	2006	2007
Centro-Oeste	117.372	85.958	73.246	72.049	3,7	2,2	1,8	1,7
Mato Grosso do Sul	31.347	15.597	14.324	12.169	5,6	2,3	2,1	1,7
Brasil	2.125.798	1.556.237	1.493.966	1.442.146	4,7	2,9	2,7	2,6

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007  
Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2006.

Tabela 98 - Levantamento de demanda para 2010 – SEHAC

MUNICÍPIO	CONTAGEM DA POPULAÇÃO IBGE - 2007	FAMÍLIAS EM HABITAÇÕES PRECÁRIAS	Nº DE FAMÍLIAS/HAB. PRECÁRIAS AGRUPADA	Nº DE FAMÍLIAS/HAB.PRECÁRIAS PULVERIZADAS	TIPO DE RISCO	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	INFRA-ESTRUTURA
Amambai	33.426	89	-	89	-	-	Clandestina
Anastácio	22.364	651	171	480	-	-	Água
Aquidauana	44.920	2.856	1.056	1.800	-	-	-
Bodoquena	8.168	62	83	145	-	-	-
Caarapó	22.723	93	-	93	Alagamento	-	-
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	-
Coronel Sapucaia	13.979	255	201	54	-	-	-
Iguatemi	14.632	200	200	-	Lixão	-	-
Itaquiraí	16.924	133	133	-	-	-	Energia / Água
Ivinhema	20.567	186	78	108	Erosão	-	Energia / Água
Jateí	3.808	42	-	42	Condição da hab.	-	-
Ladário	17.918	462	-	-	-	-	-
Mundo novo	15.968	201	81	120	-	-	-
Naviraí	43.391	1.400	-	1.400	-	-	Energia / Água
Nioaque	15.203	314	161	153	Enchente	Sim	Energia / Água
Ribas do Rio Pardo	19.159	261	207	54	Enchente	Sim	Clandestina
Rio Brillhante	26.560	62	47	15	-	-	-
Sete Quedas	10.659	412	270	142	Enchente	-	Energia / Água
Tacuru	9.203	148	-	148	Enchente	-	Energia / Água
TOTAL		7.827	2.688	4.843			

Fonte: FJP - Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2007  
 Fundação João Pinheiro (FJP), Déficit Habitacional no Brasil 2006.

## Demanda habitacional

A Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB-MS mantém um cadastro de pretendentes a casa própria com a finalidade de identificar a demanda habitacional no Estado e para seleção de beneficiários a serem contemplados nos empreendimentos em implantação.

As informações do cadastro são coletadas por meio de uma Ficha de Cadastro Geral, cujos dados são tabulados para futura consulta quando da seleção de beneficiários, segundo critérios estabelecidos para cada Programa.

Nos municípios que possuem convênio com o Estado para construção de habitações de interesse social as inscrições são realizadas, tabuladas e arquivadas no próprio município, que é o responsável pela seleção dos beneficiários. Esses cadastros não são encaminhados para a AGEHAB-MS.

O cadastramento é permanente e as informações são atualizadas sempre que o inscrito procura a

instituição para alteração dos seus dados.

Como as inscrições são feitas por programa pode ocorrer duplicidade nos cadastros, sendo o controle e depuração realizados no momento da seleção de beneficiários, quando é consultado o arquivo daqueles já atendidos.

Quanto ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, que atende público com faixa de renda entre 4 a 6 salários mínimos, a depuração dos inscritos é realizada pela CAIXA que efetua a pesquisa cadastral do pretendente.

Embora digitalizado, o Cadastro Geral não possui um sistema informatizado que permita manipulação dos dados para identificação do perfil das famílias atendidas e avaliação da demanda a ser atendida.

Com o objetivo de ilustrar a análise de demanda que será realizada na sequência do trabalho de elaboração do PHE-MS a AGEHAB forneceu um extrato do cadastro de 96.510 inscrições, caracterizadas na tabela a seguir.

Tabela 99 – Caracterização da demanda: Cadastro geral da AGEHAB

DESCRIÇÃO	QTD.	%	DESCRIÇÃO	QTD.	%
1. Inscrições realizadas	-	-	Vendedor	4.379	4,54
Numero de famílias caracterizadas	96.510	100	Do lar	4.251	4,40
2. Nacionalidade do titular	-	-	Aposentado	3.552	3,68
Brasileira	96.238	99,72	Servidor público	3.479	3,61
Brasileira naturalizado	221	0,23	Auxiliar serviços gerais	3.062	3,17
Estrangeira	51	0,05	Funcionário público	2.295	2,38
3. Estado civil do titular	-	-	Pedreiro	1.963	2,03
Casado	24.159	25,03	Auxiliar em geral	1.930	2,00
Desquitado	192	0,20	Motorista	1.892	1,96
Viúvo	2.891	3,00	Auxiliar administrativo	1.671	1,73
Divorciado	3.576	3,71	Serviços gerais	1.616	1,67
Separado judicialmente	3.181	3,30	Professor	1.517	1,57
Solteiro	48.116	49,86	Faxineira	1.267	1,31
União estável	14.395	14,92	Pensionista	1.111	1,15
4. Faixa Etária	-	-	Secretário	1.070	1,11
4.1 Do Titular	-	-	Lavrador	1.060	1,10
Acima de 64 anos	5.046	5,23	Cozinheiro	1.011	1,05
de 18 a 24 anos	5.751	5,96	Manicure	974	1,01
de 25 a 34 anos	35.815	37,11	Servente	940	0,97
de 35 a 44 anos	26.997	27,97	Costureira	918	0,95
de 45 a 59 anos	22.738	23,56	Vigilante	874	0,91
Menores de 18 anos	163	0,17	Balconista	797	0,83
Menores de 1 ano	42	0,03	Operador de máquinas	625	0,65
4.2 Dos Dependentes	-	-	Mecânico	610	0,63
de 1 a 9 anos	29.921	21,86	Caixa	561	0,58
de 10 a 19 anos	54.469	39,79	Atendente comercial	558	0,58
de 20 a 29 anos	21.294	15,56	Militar	548	0,57
de 30 a 39 anos	12.028	8,79	Cabeleireiro	548	0,57
de 40 a 49 anos	7.755	5,67	Trabalhador rural	528	0,55
de 50 a 59 anos	4.031	2,94	Lavadeira	509	0,53
acima de 60 anos	3.338	2,44	Outros	18.235	18,89
Não informado	4.006	2,93	Não informado	9.650	10,00
5. Composição Familiar	-	-	6.2 Dos dependentes	136.884	100
de 0 a 2	57.126	59,19	Estudante	27.537	20,82
de 3 a 5	36.565	37,89	Do Lar	4.904	3,71
de 6 a 10	2.796	2,90	Ajudante geral	2.667	1,74
mais de 10	21	0,02	Pedreiro	2.650	2,00
6. Profissão/ocupação	-	-	Autônomo	2.210	1,67
6.1 Do titular	96.510	100	Diarista	1.435	1,08
Diarista	7.906	8,19	Motorista	1.233	0,93
Autônomo	7.813	8,10	Aposentado	1.126	0,85
Empregado (a) doméstico (a)	6.032	6,25	Vendedor	1.065	0,81

Continua...

...Continuação

DESCRIÇÃO	QTD.	%
Empregado(a) doméstico(a)	630	0,48
Servidor público	623	0,48
Servente	596	0,45
Lavador	514	0,39
Mecânico	500	0,38
Outros	9.399	6,87
Não informado	73.359	55,45
7. Faixa de renda familiar	-	-
de 0 a 1	50.953	52,80
de 1.1 a 2	29.317	30,38
de 2.1 a 3	9.087	9,42
de 3.1 a 4	4.591	4,76
de 4.1 a 5	1.602	1,66
acima de 5	958	0,99
8. Sexo	-	-
8.1 Do titular	-	-
Feminino	60.802	63,00
Masculino	35.708	37,00
8.2 Dos dependentes	-	-
Feminino	63.933	46,68
Masculino	73.017	53,32
9. Condições de moradia do titular	-	-
Alugada	37.468	38,82
Cedida/funcional	25.915	26,85
Mora com parentes (pais)	18.341	19,00
Ocupação irregular	3.426	3,55
Própria quitada	3.403	3,53
Coabitada	2.483	2,57
Imóvel em estado precário	820	0,85
Financiada	248	0,26
Imóvel em construção não concluída	122	0,13
Não informado	4.284	4,44
10. Tipo de moradia do titular	-	-
Alvenaria	71.828	74,43
Madeira	13.569	14,06
Barraco de sobras de construção	1.555	1,61
Barraco de lona	1.092	1,13
Barraco de sapê	682	0,71
Barraco de pau-a-pique	626	0,65
Não informado	7.158	7,41
11. Situação de localização da moradia	-	-

DESCRIÇÃO	QTD.	%
Não informado	8.371	8,67
Outras	12.652	13,11
Áreas de risco/insalubre	4.819	4,99
Cortiço	804	0,83
Mocambo	364	0,38
Adequada	69.151	71,65
Favela	230	0,24
Inadequada	119	0,12
12. Necessidades especiais	-	-
12.1 Do titular	-	-
Mental	916	0,95
Visual	211	0,22
Física/não cadeirante	162	0,17
Física/cadeirante	159	0,16
Física/usa outro aparelho p/ locomoção	118	0,12
Esclerose múltipla	113	0,12
Auditiva	108	0,11
Renal Crônico	26	0,03
Paralisia Cerebral	23	0,02
Muda	13	0,01
Síndrome de Down	6	0,01
Outros	76	0,08
Nenhuma	94.579	98
12.2 Dos dependentes	-	-
Física/cadeirante	3.739	2,73
Mental	651	0,48
Visual	182	0,13
Auditiva	179	0,13
Esclerose múltipla	170	0,12
Paralisia cerebral	108	0,08
Física/não cadeirante	98	0,07
Síndrome de down	80	0,06
Física/Usa outro aparelho p/ locomoção	68	0,05
Muda	15	0,01
Renal crônico	7	0,01
Epilepsia	2	0,00
Outros	113	0,08
Nenhuma	131.538	96,05
Mulher chefe de família	-	-
Sim	60.802	63,00
Não	35.708	37,00

Fonte: AGEHAB – 2009